

UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIENCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

AGROINDUSTRIA E URBANIZAÇÃO

O Caso de Guariba (SP)

V.2

Dissertação apresentada à área de
Geografia Humana para obtenção do
título de Mestre, sob orientação
do Prof. Dr. Paulo Pedro Perides.

DEMETRIO MAGNOLI

1980

SUMARIO - VOL. II

III. A CIDADE E A AGROINDUSTRIA CANAVIEIRA (1948-1988)

- 1. Modernização Agrícola e Agroindústria Canavieira**
- 2. Guariba no Espaço Canavieiro**
- 3. Especificidade do Urbano no Território da Usina**
- 4. Estruturação Intra-Urbana de Guariba**

CONCLUSÃO

APENDICE 1 - O MUNICIPIO DE GUARIBA

APENDICE 2 - PROCEDIMENTOS DE CAMPO

NOTAS DE REFERENCIA

BIBLIOGRAFIA

III

A CIDADE E A AGROINDUSTRIA CANAVIEIRA

(1948 - 1988)

1. *Modernização Agrícola e Agroindústria Canavieira*

As décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial conheceram um ciclo longo de prosperidade do mundo capitalista maior e mais profundo mesmo que o ciclo instável do último quarto do século passado. Entre 1948 e 1968, período áureo desse ciclo expansivo, o crescimento da economia mundial apoiou-se em ganhos de produtividade do capital e na ampliação constante dos níveis de consumo, revolucionando o conjunto das condições da produção capitalista vigentes no pré-guerra.

Essas décadas do ciclo de prosperidade redefiniram inteiramente as características do mercado mundial, que se estiolara nas crises do entre-guerras. As redefinições do mercado mundial tiveram como ponto de partida o novo papel ocupado pela economia americana e pelo dólar, respectivamente o credor e financiador da recuperação do pós-guerra e a moeda-reserva e padrão de referência para a retomada dos intercâmbios mundiais. O Sistema de Bretton-Woods, engenhosa combinação de concepções keynesianas e liberais, forneceu um instrumental multilateral constituído por organismos financeiros (como o FMI e o BIRD) e acordos comerciais e tarifários (como o GATT) destinado a prevenir tendências nacionalistas e autarquizantes e estimular o desenvolvimento saudável das trocas internacionais (37).

Entre as consequências mais importantes das alterações vividas pelo mercado mundial capitalista esteve o processo de desconcentração geográfica da indústria, disseminando a industrialização pelos espaços da periferia capitalista através de investimentos produtivos voltados para a realização das máximas rentabilidades marginais. A concentração e a centralização dos capitais nos Estados do "centro" do sistema capitalista esteve na base dessa internacionalização da manufatura, que conferiu um novo sentido aos tradicionais "investimentos no exterior" das potências mundiais.

O processo de industrialização das periferias iria redimensionar a atuação dos aparelhos de Estado dos novos países que ingressavam na economia industrial e conheciam novas modalidades de inserção no mercado mundial. Nessa etapa, os aparelhos de Estado adicionam às suas funções tradicionais uma nova função, cada vez mais importante, de elo de ligação entre as economias nacionais e o mercado mundial, assumindo papéis determinantes tanto no controle como no agenciamento das tendências de modernização de infra-estruturas e mercados internos de consumo e de trabalho (*).

O redimensionamento do papel dos Estados caminhou paralelamente ao crescimento dos investimentos financeiros dos conglomerados

=====

(*) O Estado exerce pois um papel de intermediário entre as forças externas e os espaços chamados a repercutir localmente essas forças externas. O Estado não é, entretanto, um intermediário passivo: ao acolher os feixes de influências externas ele os deforma, modificando sua importância, sua direção e, mesmo, sua natureza. Isso significa que a reorganização de um subespaço sob a influência de forças externas depende sempre do papel que o Estado exerce. Milton Santos, Por uma Geografia Nova, Hucitec, São Paulo, 1980, p. 183.

bancários internacionais nos espaços periféricos em processo de modernização. Principalmente no final do ciclo de crescimento, durante a retração dos anos setenta, a exportação de "capitais de empréstimo" tende a assumir o papel preponderante que antes fora desempenhado pelos investimentos diretamente voltados para a produção industrial. Os dois processos, tomados em conjunto, revelam a unificação internacional dos circuitos de capitais industriais e financeiros e a consolidação de um novo patamar de integração das economias periféricas ao mercado mundial (*).

A integração do Brasil nesse "novo" mercado mundial que tomava forma realizou-se na base do fortalecimento do mercado nacional,

=====

(*) *Esse novo patamar de integração correspondeu, em verdade, a uma integração dos mercados internos da periferia capitalista aos circuitos de produção e consumo industrial. A tabela seguinte expressa essa diminuição da importância do comércio de mercadorias na definição dos laços e redes de dependência:*

PARTICIPAÇÃO DO "TERCEIRO MUNDO" NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E NO COMÉRCIO MUNDIAIS (em %)

<i>Ano</i>	<i>Parte na Produção Industrial</i>	<i>Parte no Comércio Mundial</i>
<i>1938</i>	<i>5</i>	<i>35</i>
<i>1963</i>	<i>9</i>	<i>25</i>
<i>1971</i>	<i>13</i>	<i>22</i>

Fonte: Michel Beaud (1987: 312)

O aumento na parcela da produção industrial mundial, concomitante à queda na participação no comércio internacional constituiu resultado característico das transições do tipo "substituição de importações", características da América Latina.

através da internalização da produção industrial e das suas condições gerais. A tabela seguinte, que mostra a brusca redução do valor das exportações e das importações relativamente ao PIB, ilustra o novo lugar que passa a assumir o mercado nacional durante o processo de industrialização:

TABELA 44 - BRASIL: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, 1907-1972

Ano	Exportações (% do PIB)	Importações (% do PIB)
1907	24,9	18,7
1920	11,6	13,8
1930	10,9	8,8
1939	12,7	11,3
1947	14,0	15,2
1954	8,6	8,9
1960	7,0	8,5
1965	5,7	4,1
1970	6,3	6,7

Fonte: Peter Evans (1982: 67)

Contudo, as mudanças qualitativas foram ainda mais importantes que as quantitativas. As exportações brasileiras, que até a década de 1960 se baseavam quase exclusivamente nos produtos primários, diversificaram-se para dar um lugar cada vez mais destacado às manufaturas. As importações conheceram um deslocamento significativo, com um peso crescente das compras de bens de capital substituindo as importações tradicionais de bens de consumo.

Esse percurso, na trilha de uma industrialização fundada simultaneamente nos capitais internacionais e na redefinição das funções do Estado, tem a sua dimensão geográfica, que é crucial. As metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e suas hinterlândias imediatas funcionam como locus privilegiado dos investimentos na abertura de plantas industriais e na implantação de complexas infra-estruturas de suporte. Essas áreas estabelecem um novo padrão de relações com o conjunto do espaço nacional, que tem seus liames internos reforçados. A integração territorial e a redefinição da divisão interna do trabalho formam duas faces do mesmo processo, cujo significado se explicita no plano do mercado mundial capitalista (38).

Ao mesmo tempo, modificam-se radicalmente as relações entre os diversos setores da economia, como expressão do predomínio crescente do complexo urbano-industrial sobre a agropecuária:

TABELA 45 - BRASIL: MODIFICAÇÕES NA COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB

Ano	Agricultura (%)	Indústria (%)	Serviços (%)
1939	25,8	19,4	54,8
1949	26,0	26,2	47,8
1959	20,2	30,1	49,7
1966	19,1	27,1	53,8
1973	15,3	33,3	51,5

Fonte: Peter Evans (1982: 72)

Entre as consequências mais importantes desse conjunto de transformações encontra-se a progressiva mudança nas relações entre a agricultura e a indústria ou, dito de outra forma, entre o setor agrícola e o capital urbano-industrial. Rompido o dinamismo das exportações agrícolas, que representaram num período anterior a vanguarda do crescimento econômico do país, o setor agrícola irá redefinir o seu papel no conjunto da economia, na base da subordinação ao complexo industrial e urbano.

1.1. Capitalização da Agricultura Paulista

José Graziano da Silva (1982: 17-32) cunhou a expressão "modernização conservadora" para caracterizar o estilo de desenvolvimento do setor agrícola nesse período. A expressão, muito feliz, resgata a idéia de Amin e Vergopoulos (1977), de focar as "irrationalidades" típicas do crescimento da agricultura na economia capitalista sob a ótica mais ampla da "racionalidade" global do modo de produção, cujo comando se encontra no complexo urbano-industrial. Nessa linha, ilumina a transformação sem ruptura da agricultura brasileira, cuja modernização técnica simultaneamente esconde e manifesta a reiteração das suas bases sociais conservadoras.

A reprodução da estrutura paradoxal de propriedade da terra, fundada no domínio das grandes propriedades e na multiplicação dos minifúndios, constitui um dos traços característicos desse conservadorismo, denunciador da reafirmação das funções de reserva de valor da propriedade fundiária no interior de uma sociedade onde já se firmou o predomínio do capital urbano.

A modernização técnica, muito intensa a partir da década de 1960, constituía, por outro lado, uma alteração real do padrão anterior, fundado basicamente no mero desenvolvimento extensivo e agregativo, na simples adição dos fatores terra e trabalho e no alargamento das fronteiras geográficas da agricultura de mercado. Esse novo padrão integrava mais fortemente o setor agrícola ao desenvolvimento do setor industrial ao transformar o primeiro em mercado do segundo, em consumidor ativo de adubos e fertilizantes, máquinas e implementos, combustíveis e energia (*).

Contudo, a modernização da base técnica revelou permanentemente outros aspectos do conservantismo dessa transformação do setor agrícola. De um lado, os avanços tecnológicos e a definição de nexos mais íntimos da agricultura com o capital industrial e financeiro dependeram, em larga medida, dos subsídios e facilidades creditícias concedidos pelo Estado, caracterizando um "capitalismo de fachada". De outro, a modernização tecnológica e a conseqüente elevação dos níveis

=====

(*) *Graziano da Silva (1981: 104-105) relaciona as tendências da mecanização agrícola brasileira às características da concorrência internacional entre os oligopólios fabricantes de maquinário, cujas decisões de produção têm por referência os grandes mercados da América do Norte.*

tradicionais de produtividade limitaram-se aos produtos e cultivos destinados ao mercado industrial, fato que também deve alguma coisa às políticas oficiais de estímulo ao setor.

Atrás dessa fachada de modernização, e servindo de sustentáculo a ela, a agricultura de alimentos destinados ao mercado urbano viu reiterarem-se as suas características tradicionais. A combinação "irracional" da grande produção modernizada e dirigida ao mercado industrial com a pequena produção familiar de alimentos alicerçou esse crescimento deformado do setor agrícola, cuja lógica não é outra senão a lógica global de uma economia fundada no predomínio do complexo urbano-industrial (*).

Esse estilo de modernização, conservadora e parcial, produziu uma determinada divisão social do trabalho no setor agrícola, que atribui a produção dos alimentos destinados ao mercado urbano a certo tipo de produtores, enquanto reserva a outro tipo de produtores os cultivos "modernos" (aqueles vinculados ao mercado industrial e/ou ao mercado externo, e subsidiados direta ou indiretamente pelo Estado). A pequena produção de alimentos, efetivada por minifundistas e sitiantes, posseiros, parceiros e arrendatários, experimenta um contraste técnico cada vez mais pronunciado face à grande produção empresarial de soja,

=====

(*) Essa persistência da pequena produção não é, todavia, fruto de vantagens inerentes a esta, senão da possibilidade concreta que ela representa, de um lado, como fonte de trabalho excedente para o grande capital (da própria agricultura e/ou de outros setores, como as indústrias de transformação); e, de outro, como forma, pelo menos temporária, de solucionar alguns problemas, levantados pela própria expansão capitalista, como, por exemplo, reserva de mão de obra barata. José Graziano da Silva, A Modernização Dolorosa, Zahar, Rio de Janeiro, 1982, p. 67.

cana, laranja e carne (*).

Entretanto, essa divisão social do trabalho está ligada a uma determinada divisão territorial do trabalho, tendente a especializar certos espaços no cultivo de produtos "modernos", expulsando os pequenos produtores para áreas mais distantes dos mercados consumidores, onde a concorrência pela exploração da terra seja menor. Evidentemente, esse processo de segregação espacial consiste num resultado do conflito entre pequenos produtores e produtores empresariais pela captura da renda diferencial gerada pelas áreas dotadas de maior acessibilidade aos mercados ou às infra-estruturas de exportação (o que, no fundo, dá no mesmo). É nesse conceito de divisão territorial do trabalho agrícola que residem as melhores pistas para a compreensão da evolução recente da agricultura paulista (**).

=====

(*) A contradição expressa nessa "divisão do trabalho" não deve ser entendida como uma disfunção. Antes, cabe interpretá-la como um nexu específico de articulação da agricultura no interior da economia envolvente. José de Souza Martins (1975: 15-42) desvenda essa contradição tomando por base a distinção entre a lógica capitalista e a lógica camponesa na produção rural e suas implicações os preços dos alimentos cultivados por pequenos produtores em condições de baixa produtividade.

(**) São Paulo pode ser considerado o estado onde as transformações provocadas pelo capital no processo de produção agrícola são as mais evidentes do país. Elas podem ser avaliadas em termos da presença marcante do trabalho assalariado, especialmente o temporário e o volante, ainda, em termos da produtividade da terra e do trabalho, revelada através da renda agrícola, da mecanização, enfim, da intensificação cada vez maior da produção através do capital. José Graziano da Silva, A Modernização Dolorosa, Zahar, Rio de Janeiro, 1982, p. 68.

Esse processo de valorização capitalista das terras do estado implicou num conjunto de consequências, variadas quanto à forma mas similares na sua substância.

Um traço crucial da modernização da agricultura paulista encontra-se na diminuição geral, relativa e absoluta, da força de trabalho agrícola no estado durante os anos sessenta, enquanto para o Brasil os dados indicam um aumento significativo, em termos absolutos, da força de trabalho agrícola (39). Esse processo correspondeu a uma elevação importante dos patamares de produtividade da agricultura paulista, mas igualmente a uma especialização da produção agrícola do estado.

O movimento de fundo empreendido pela agricultura paulista nas décadas de 1960 e 1970 foi um movimento de expulsão da pequena produção, entendida como produção de excedentes realizada por minifundistas e sitiantes, parceiros, arrendatários e posseiros. Esse movimento apresentou dois momentos distintos, compreendendo uma última expansão da fronteira agrícola nos anos sessenta (com consequente aumento das explorações de minifundistas e posseiros) e, em seguida, uma pronunciada retração da pequena exploração de todas as categorias de produtores no início dos anos setenta, vinculada ao esgotamento da fronteira agrícola no estado. A partir daí, a recriação da pequena produção voltada para as necessidades do mercado consumidor paulista se realiza fora do estado, configurando uma macro-especialização do território paulista (40).

Esse segundo momento, característico dos anos setenta, representou a continuação da tendência anterior, de redução absoluta da força de trabalho agrícola (envolvendo a diminuição absoluta de todas as categorias consideradas, residentes e não-residentes, minifundistas e empregados), mas também uma alteração significativa na composição dessa força de trabalho. Relativamente ao conjunto da mão de obra rural do estado, a participação dos trabalhadores não-residentes no imóvel cresce de 28,7% em 1971 para 33,1% em 1975, essencialmente em virtude do crescimento da participação dos trabalhadores volantes, que passa de 21,2% para 26,8% no mesmo intervalo (41).

Outra dimensão do estilo de modernização agrícola de São Paulo encontra-se nas tendências de evolução do uso do solo. Sob esse aspecto, verificou-se, em termos gerais, uma mais ampla mercantilização da terra, que não exclui (bem ao contrário) o aprofundamento simultâneo dos usos produtivos e especulativos.

Entre 1969 e 1974 o preço real da terra nua no estado experimenta uma alta acelerada, chegando em média a quadruplicar. Depois de uma relativa estabilidade do período anterior, essa elevação brutal correspondeu à fase de expansão máxima da economia brasileira como um todo, no que ficou conhecido como "milagre brasileiro". José Graziano da Silva (1981: 80-82) atribui essa elevação, que foi

mais pronunciada nas áreas "novas" do estado e nas terras de pior qualidade, ao processo de expulsão para fora dos limites estaduais do pequeno produtor com acesso precário à terra, gerando uma disputa pela apropriação dessas terras em moldes capitalistas.

Independentemente dessa proposição explicativa, que parece um tanto restritiva, a dinâmica de elevação dos preços reais da terra gera um conjunto de tendências que se estimulam mutuamente. De um lado, ela implica na intensificação da exploração produtiva da terra em moldes empresariais, envolvendo uma maior capitalização e expansão da base técnica como também a remoção de parceiros e pequenos arrendatários, com a sua substituição por assalariados. De outro, ela estimula a retenção de terras com finalidades de valorização imobiliária, ao gerar expectativas de uma alta continuada e ininterrupta dos preços do solo.

Mas as transformações no setor agrícola paulista relacionam-se ainda com um outro processo, de reconcentração da propriedade da terra, que acompanhou a expulsão da pequena produção nos anos setenta.

O englobamento de pequenas propriedades pelos grandes imovéis, ou a supressão de estabelecimentos de parceiros e pequenos arrendatários, implicou em usos monocultores e especializados de áreas utilizadas para culturas diversificadas no momento anterior. Esse processo já é bem característico do período 1962-67, quando a erradicação dos velhos cafezais e a eliminação do colonato praticamente se completa,

impulsionado pela reação dos proprietários contra o estabelecimento das leis trabalhistas no campo. Nesse período, as pastagens substituíram preferencialmente as velhas culturas cafeeiras, com significativa diminuição da mão de obra empregada nas terras onde ocorreu tal transformação (42). Contudo, é a expansão monocultora da cana em diferentes regiões do estado, um pouco mais tarde, que combina caracteristicamente os processos de reconcentração da terra e de expulsão de pequenos produtores.

Finalmente, um traço decisivo das transformações operadas na agricultura paulista nas décadas de 1960 e 1970 reside na expansão notável das culturas "modernas", isto é, daquele grupo de produtos destinados ao mercado industrial (*).

O grupo de produtos envolvendo algodão, amendoim, cana e café passa a representar 81% do volume de produção agrícola do estado em 1970-74, quando representava 65% em 1948-52. Com exceção do café, os demais constituem matérias-primas para a indústria demandadas pelo mercado interno. Além desses, a agricultura paulista conheceu processos de modernização da produção pecuarista e de expansão acelerada das áreas de reflorestamento destinadas à produção de papel e celulose. Ao mesmo tempo, especialmente na segunda metade dos anos setenta e na década de 1980 foi consolidado um ativo setor citricultor

=====
(*). ...as atividades rurais paulistas converteram-se cada vez mais em seções agrícolas da divisão industrial do trabalho, produzindo matérias-primas, ao mesmo tempo que outros estados tomavam seu lugar na produção de alimentos. SEPLAN/GESP, Trabalho Volante na Agricultura Paulista, Secretaria da Economia e Planejamento do Estado, São Paulo, 1978, p. 70.

altamente capitalizado e fundado na agroindústria. Todas essas produções caracterizam-se cada vez mais nitidamente como produções dos grandes estabelecimentos, enquanto o cultivo "tradicional" de alimentos se circunscreve cada vez mais aos pequenos estabelecimentos. Em consequência, predomina na produção de matérias-primas industriais o trabalho assalariado, enquanto predomina nas culturas "tradicionais" a mão de obra familiar (43).

A expansão dos produtos "modernos" resultou tanto da conjuntura favorável de evolução dos preços como dos subsídios e estímulos oficiais aos insumos destinados a tais culturas, como defensivos e fertilizantes ou maquinário agrícola. Um e outro fato revelam os mecanismos de fundo que operam para subordinar mais estreitamente o setor agrícola às necessidades da reprodução do capital urbano-industrial, que demanda matérias-primas em condições adequadas de preço e volume e que oferece insumos de todos os tipos a um mercado rural cada vez mais promissor.

José Graziano da Silva (1981: 91-100) mostra que um dos resultados mais significativos dessa evolução foi a alteração da composição do capital investido no setor agrícola, que passa a favorecer cada vez mais a fração constante em detrimento da fração variável. Contudo, a política oficial de créditos ao produtor e subsídios para a aquisição de insumos tendeu a inverter ilusoriamente, aos olhos dos produtores, essa relação. Isso porque tais políticas elevaram o preço realmente pago pela utilização de

força de trabalho em relação aos preços pagos na aquisição de insumos e maquinário. Atrás dessa inversão, encontra-se uma orientação de transferência de rendas na direção dos grupos industriais monopolistas, fornecedores de máquinas, adubos e fertilizantes. Rentabilizando esses grupos empresariais, as políticas oficiais de subsídios rentabilizavam também as culturas "modernas", criando vantagens comparativas que realimentaram a sua expansão.

1.2. Cana de Açúcar: Dirigismo Estatal e Monopólio Privado

A cana de açúcar esteve entre os produtos mais representativos do estilo de modernização da agricultura no estado de São Paulo. Duas tendências, complementares, marcam a evolução recente da lavoura canavieira: a dinâmica de concentração e centralização do capital investido no setor, que envolve um progressivo monopólio vertical comandado pelas usinas, e a substituição da área produtora nordestina pela área paulista, que hoje predomina amplamente na produção nacional. A cristalização dessas duas tendências realizou-se sob a permanente mediação das políticas estatais, exemplos da utilização do dirigismo econômico como método de viabilização e ordenação da centralização de capitais.

A criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), pelo Decreto-Lei 22.789, em 1933, representou uma opção dirigista voltada, inicialmente, para a conciliação dos interesses conflitantes dos pequenos produtores (fornecedores) e dos grupos agroindustriais (usinas), bem como para a mediação dos diferentes interesses regionais envolvidos na produção açucareira. O Estatuto da Lavoura Canavieira, de 1941, sintetiza essa política de compromissos que resguarda os fornecedores mas ao mesmo tempo os subordina às demandas das usinas.

Entretanto, com o fim do período do Estado Novo, abre-se uma fase de ascensão simultânea das idéias industrialistas e das políticas livre-cambistas que, juntas, começariam a corroer as bases do compromisso anterior. Já em 1946 o Decreto-Lei 9827 altera os limites das produções estaduais vigentes nos anos trinta, visando adequá-los ao consumo interno de cada estado e ao próprio aumento da produção e da capacidade industrial das usinas. Vinculado à orientação livre-cambista e à preocupação, cada vez maior, de barateamento do abastecimento dos centros urbanos, o decreto representava uma derrota dos usineiros nordestinos, que perdiam parte dos mercados que lhes era reservado pelas restrições anteriores. Esse mesmo decreto reduzia para 50% a obrigação das usinas de compra de cana de fornecedores, favorecendo a penetração da agroindústria na produção agrícola e desacelerando o crescimento das lavouras de fornecedores (44).

Em 1951, através da Resolução 501, o IAA cedia novamente às pressões dos usineiros paulistas, destruindo outra parcela dos

favorecimentos concedidos aos grupos nordestinos. Cotas estaduais não produzidas pelos estados detentores da sua titularidade eram redistribuídas para estados capazes de produzi-las; a partir do fim da safra de 1956 as cotas redistribuídas são incorporadas às cotas básicas, resultando na consolidação da migração de limites de produção do Nordeste para São Paulo. Essa redistribuição de cotas contribuiu para os dois ciclos sucessivos de expansão da cultura canavieira paulista, entre 1949 e 1954 e, em seguida, entre 1956 e 1959.

A década de 1960 seria marcada pela invasão do açúcar brasileiro de novos mercados internacionais e, depois, por uma conjuntura de alta significativa dos preços internacionais do produto que prosseguiria até meados da década seguinte. A abertura de novos mercados para o açúcar brasileiro resultou do rompimento de relações entre EUA e Cuba e do conseqüente fechamento do mercado americano a seu tradicional primeiro fornecedor. Essa circunstância geopolítica, que possibilitou ao Brasil ultrapassar Cuba na produção açucareira, ativou um novo ciclo de expansão da lavoura canavieira paulista, entre 1962 e 1966. Em meio a esse ciclo, na entressafra 1964/65, o açúcar nordestino era excluído das cotas compulsórias compradas pelas refinarias paulistas, o que significou nova e considerável elevação da produção das usinas do estado.

A conjuntura de alta dos preços internacionais, que se iniciou no final dos anos sessenta para persistir até 1974, gerou uma importante

inflexão nas políticas oficiais para o setor, de resto inteiramente coerentes com a orientação geral dos anos do "milagre econômico", marcados pela multiplicação de iniciativas direcionadas para a concentração e a centralização de capitais. O Programa de Racionalização da Lavoura Canavieira, implantado em 1971 pelo Decreto-Lei 1186, visava estimular a produtividade do setor através do aumento das economias de escala, a fim de tornar o produto nacional mais competitivo nos promissores mercados externos (45).

O Programa redefinia os critérios de redistribuição de cotas, tomando por base as macro-regiões. O abandono dos tradicionais limites estaduais para a redistribuição de cotas favorecia as usinas maiores, que ganhavam o direito de "invadir" áreas antes controladas por outras usinas. Além disso, agiam na mesma direção os inúmeros estímulos financeiros e fiscais voltados para favorecer a fusão de usinas com a incorporação da titularidade das cotas. Finalmente, foi limitada a localização de usinas aos estabelecimentos com cotas superiores a 400 mil sacas, decisão que representava um favorecimento extra-econômico para as grandes usinas na concorrência com as usinas menores.

O Programa rompia também com a velha tradição dos preços diferenciais, que resguardavam a produção menos competitiva do Nordeste. Foram estabelecidos preços únicos nacionais, unificando mercados ainda segmentados. Como compensação, foi fixado um subsídio para os produtores nordestinos, que deveria decrescer até o zero no período 1971-78, e que acabou sendo anulado ainda em 1974. Em 1973, o

Decreto-Lei 1266 (Fundo Especial de Exportação) complementava o Programa, com medidas voltadas para os mesmos fins.

Em 1974, o predomínio paulista era já muito nítido. O estado concentrava 81 usinas, de um total nacional de 216. Tinha 42% da produção nacional e índices de produtividade agrícola e industrial superiores. Ao mesmo tempo, a produção paulista apresentava-se mais concentrada e os capitais mais centralizados. Também, a tendência ao monopólio vertical das usinas agia mais fortemente no estado (*).

O lançamento do Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool), através do Decreto-Lei 76.593 de 1975, representou uma profunda novidade no plano das políticas energéticas mas, no plano das políticas oficiais para a lavoura canavieira, representou apenas a continuidade e o aprofundamento das orientações anteriores (**).

A expansão da agricultura canavieira e da produção agroindustrial

=====

(*) *Ilustra esse fato a relação entre as canas moídas próprias e as de fornecedores. Na média nacional, essa relação era de 1,11 (39.313.000 próprias e 35.196.000 de fornecedores) enquanto em São Paulo era de 1,68 (21.886.000 próprias e 12.993.000 de fornecedores). Ver Tamás Szmrecsányi (1976: 50-68).*

(**) *Mas o Pró-Alcool representou a marginalização do IAA do centro das decisões relativas à agroindústria canavieira. A direção do Programa ficou a cargo da Comissão Nacional do Alcool, integrada por representantes dos ministérios da Indústria e Comércio, Fazenda, Minas e Energia, Interior e Planejamento, cabendo a presidência ao MIC. O IAA assumiu funções de mera assessoria técnica na aprovação de projetos e de fiscalização geral. Essa marginalização representou o reflexo institucional do rompimento definitivo do compromisso anterior de proteção dos fornecedores.*

do álcool (e também do açúcar) foi impressionante, especialmente em São Paulo. O estado tinha 39% do total nacional da área plantada com cana em 1975, saltando para 48% em 1984. Nesse ano, a produção de cana paulista representou 53% da produção nacional, revelando uma produtividade mais elevada para o estado de São Paulo. Dentro do estado, a área de lavoura canavieira passou de 18% para 30%, na década compreendida entre 1975/76 e 1985/86. Nesse período, a quantidade total de cana processada pelas usinas e destilarias do estado cresceu cerca de 300%, passando de 30,3 milhões de toneladas para 121,6 milhões de toneladas. Esse crescimento representou um aumento de 2.000% na produção alcooleira e de 21% na produção açucareira (48).

O conjunto de incentivos e subsídios que alavancaram o Pró-Alcool alicerçavam-se no princípio fundante do Programa, que residiu na intermediação do Estado visando garantir cotas e preços altamente remuneradores para os produtores através de pesados subsídios do conjunto da sociedade. Nessas bases, a demanda energética interna originava a constituição de um mercado cativo de onde estava excluída toda e qualquer fonte de risco. Na ponta do consumo final, esse mercado era "arredondado" pela garantia estatal de um preço diferencial de 65% do preço da gasolina. Subsidiando o preço final, normatizando preços ao produtor a nível nacional e assegurando a distribuição do produto, o Estado geria o conjunto do sistema de forma a evitar a concorrência e estimular a concentração de capitais.

Finalmente, deve-se observar que o Pró-Alcool significou mais um degrau no estabelecimento do monopólio vertical dos grupos

agroindustriais, ao incentivar o crescimento numérico das destilarias autônomas. Ao contrário das usinas anexas de açúcar e álcool, as destilarias não estão sujeitas a processar qualquer quantidade de cana de fornecedores, podendo utilizar 100% de canas próprias. A ampliação da participação das destilarias no processamento de cana, que chegou a 28% do total do estado na safra 1985/86, representou uma nova expansão da participação das canas próprias e, conseqüentemente, um novo retrocesso na participação das canas de fornecedores.

As características particulares da evolução histórica da agroindústria açucareira determinaram condições especialmente favoráveis para a concentração do capital, potencializando o domínio dos conglomerados econômicos usineiros sobre o conjunto do processo de produção, tanto na fase agrícola como na fase industrial. A cristalização do monopólio vertical no setor significou o progressivo controle, direto ou indireto, dos fatores de produção empregados na lavoura canavieira pelas usinas e destilarias (*).

=====

(*) Comentando essa situação de monopólio, Tamás Szmrecsányi (1976: 39-50), utilizando dados de 1974, assinala o contraste entre o reduzido número de usinas (216) e o imenso número de fornecedores (cerca de 42 mil) mas vai mais longe e sublinha a diferenciação interna dos fornecedores. Apenas 8,2% dos fornecedores, os grandes produtores detentores de cotas superiores a 1000 TM, produziam 51,3% do total da cana de fornecedores, configurando uma expressiva concentração e deixando entrever a fragilidade dos pequenos fornecedores. Simultaneamente, o autor assinalava a importância crescente das cooperativas de usinas, estratégia de integração vertical monopolizadora dos diversos estágios que vão da produção agrícola da cana até a venda do açúcar no varejo.

Uma das decorrências da forma assumida pelo monopólio vertical das usinas foi o estabelecimento de um controle espacializado da produção canavieira dos fornecedores autônomos pelas usinas. Pelo menos no período anterior à disseminação de destilarias de álcool impulsionada pelo Pró-Alcool, a implantação de usinas açucareiras normalmente guardou um certo distanciamento geográfico, evitando a concorrência entre os estabelecimentos industriais pela aquisição de canas de fornecedores. Produto perecível, a cana não é estocável, o que subordina o fornecedor às usinas e destilarias próximas, restringindo ainda mais a concorrência. Finalmente, o sistema de cotas legais, embora resguardando por muito tempo a existência dos fornecedores, contribuiu para vinculá-los estreitamente às usinas próximas, detentoras da titularidade das cotas de produção (47).

Essa situação de monopólio determinou uma persistente "troca desigual" entre usineiros e fornecedores, beneficiando a acumulação dos conglomerados agroindustriais. Essa circunstância é ilustrada muito claramente pela conjuntura de expansão canavieira do estado de 1962-1966, quando a substituição do açúcar cubano exigiu pesados investimentos em capital fixo, realizados pelas usinas às expensas dos fornecedores. Através de descontos ilegais, pesagem desfavorável da cana e mesmo preços inferiores aos determinados legalmente, os usineiros serviram-se largamente do monopólio para "repassar" aos fornecedores os custos de modernização. Evidentemente, parcela

significativa desse ônus transitou ainda dos fornecedores para os trabalhadores rurais, configurando uma cadeia de "subsídios involuntários" agindo em favor dos detentores da posição monopolística (*).

Entretanto, São Paulo assistiu a um crescimento absoluto e relativo da participação dos fornecedores no total de canas moídas no estado até meados da década de 1960. As medidas de favorecimento das usinas adotadas anteriormente tinham conseguido bloquear temporariamente a tendência de crescimento dessa participação, mas não as tinham revertido, no longo prazo. Contudo, a conjuntura do final da década de 1960 e o Programa de Racionalização de 1971 representaram um primeiro freio duradouro a essas tendências, complementado e aprofundado pelos estímulos à abertura de destilarias autônomas, com o Pró-Alcool, em 1975. Desde esse momento, apesar das oscilações periódicas, registra-se uma nítida tendência de queda da participação das canas de fornecedores, ampliando-se o poder monopolístico dos estabelecimentos industriais (48).

=====

(*) Essa evolução resultou numa progressiva decadência relativa da produtividade das lavouras dos fornecedores, que são, na maior parte dos casos, pequenos proprietários, arrendatários pequenos e médios ou parceiros. Dados de José César Gnaccarini (1972: 165) referentes a médias nacionais de 1965 atestam essa defasagem. Enquanto os fornecedores utilizavam 4,8 unidades de máquinas/hora/ha. as usinas utilizavam 6,7 e enquanto os fornecedores utilizavam 0,15 ton/fertilizantes/ha. as usinas utilizavam 0,9. Os fornecedores conseguiam um rendimento agrícola de 32,6 ton/ha., quando o rendimento das usinas chegava a 37 ton/ha.

2. Guariba no Espaço Canavieiro

Os dois ciclos de expansão da cultura canavieira no estado nos anos cinquenta consolidaram a posição das DIRAs (Divisões Regionais Agrícolas) de Campinas e Ribeirão Preto como os pólos indisputados dessa cultura. Em 1962, momento do início de um novo ciclo de expansão, as duas respondiam por quase 72% da área plantada no estado e por 70% da produção canavieira. Em 1966, quando se fechava o ciclo de substituição do açúcar cubano, o predomínio relativo permanecia basicamente inalterado, embora a DIRA de Ribeirão Preto tivesse respondido sozinha por todo o aumento da área plantada e da produção, permanecendo estagnados, ou mesmo decrescendo um pouco, os índices absolutos da de Campinas. Aumentos consideráveis da produção e da lavoura canavieira nas DIRAs de Bauru e Sorocaba não alteravam o quadro geral de concentração espacial do produto.

O novo ciclo de expansão da primeira metade da década de 1970 também manteve a participação relativa das duas principais DIRAs, embora essa fase registre a ultrapassagem da DIRA de Campinas pela de

Ribeirão Preto, tanto em área plantada como em produção, além de um certo espraiamento da lavoura canavieira nas DIRAs de Bauru, Sorocaba, Marília e São José do Rio Preto. Observe as tabelas:

TABELA 46a - SÃO PAULO: ÁREA PLANTADA DE CANA, 1962-1975 (km2)

DIRA	1962	1966	1975
São Paulo	69	33	20
Vale do Paraíba	48	19	35
Sorocaba	248	437	544
Campinas	2472	2295	2539
Ribeirão Preto	1026	2041	3000
Bauru	554	875	1043
Marília	280	301	383
São José do Rio Preto	151	171	281
Araçatuba	22	88	92
Presidente Prudente	21	2	83
Estado	4874	6267	8020

Fonte: Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia (1978: 33)

TABELA 46b - SÃO PAULO: PRODUÇÃO DE CANA, 1962-1975 (1.000t)

DIRA	1962	1966	1975
São Paulo	296	160	70
Vale do Paraíba	210	115	80
Sorocaba	1384	2481	2200
Campinas	13530	10789	9600
Ribeirão Preto	4679	13159	14800
Bauru	3312	5808	4950
Marília	1473	2026	2100
São José do Rio Preto	851	1214	1610
Araçatuba	111	507	520
Presidente Prudente	99	11	470
Estado	25945	36270	36400

Fonte: Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia (1978: 34)

O Pró-Alcool trouxe um crescimento brutal das áreas canavieiras no estado, mas também um importante espraiamento da cultura canvieira para novas áreas, sem que fosse rompido o padrão de concentração espacial definido historicamente.

Áreas já especializadas conheceram um uso canavieiro mais intenso do solo, como as DIRAs de Ribeirão Preto e Campinas. A DIRA de Campinas continuou diminuindo a sua participação relativa, porém experimentou importante aumento absoluto da área ocupada pela cana. A DIRA de Ribeirão Preto, por seu lado, mais que duplicou a sua área de cana, praticamente mantendo a sua participação relativa. Entretanto, aumentos impressionantes verificaram-se nas DIRAs de São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília:

TABELA 47 - SÃO PAULO: ÁREA PLANTADA DE CANA NAS PRINCIPAIS DIRAS CANAVIEIRAS, 1975 E 1985 (km²)

DIRA	1975		1985	
	área	% do total	área	% do total
Sorocaba	544	6,8	910	4,5
Campinas	2539	31,6	4480	22,1
Ribeirão Preto	3000	37,4	7030	34,7
Bauru	1043	13,0	2650	13,1
Marília	383	4,8	1920	9,5
São José do Rio Preto	281	3,5	1480	7,3
Araçatuba	92	1,1	930	4,6
Presidente Prudente	83	1,0	720	3,5
Estado	8020	100,0	20270	100,0

Fontes: Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia (1979: 34) e Conselho Estadual de Energia de São Paulo (1987)

Uma outra dimensão do mesmo processo pode ser realçada através da distribuição das usinas de açúcar e álcool e destilarias autônomas no estado de São Paulo. Entre as safras 1975/76 e 1986/87 o número de unidades produtoras aumentou de 78 para 158, principalmente em função dos estímulos à implantação de destilarias autônomas. Esse tipo de unidade produtora, cujo crescimento deve-se quase exclusivamente ao Pró-Alcool, revela com clareza notável a dinâmica de intensificação do uso canavieiro do solo em determinadas áreas e também o espraiamento desse uso para áreas em que ele era quase desprezível.

Essa consequência dupla dos estímulos à agroindústria canavieira proporcionados pelo Pró-Alcool - avanço da cultura canavieira para áreas novas e intensificação do uso canavieiro em áreas de tradicional concentração da produção - parece ter originado a percepção equivocada de uma especialização canavieira generalizada no interior paulista. Na realidade, ainda que atualmente quase todas as macro-regiões do interior paulista abriguem um setor canavieiro expressivo, o Pró-Alcool agiu predominantemente no sentido da reiteração da concentração canavieira pré-existente.

A comparação entre a concentração de usinas anexas e a de destilarias autônomas nas regiões administrativas de Campinas e Ribeirão Preto ilumina o papel desempenhado pelo Pró-Alcool na expansão do setor canavieiro na Região Administrativa de Ribeirão Preto. Subsidiariamente pode-se observar ainda o papel do Programa na disseminação da agroindústria para as Regiões Administrativas de Marília, São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente:

TABELA 48 - SAO PAULO: DISTRIBUIÇÃO DAS
USINAS ANEXAS E DESTILARIAS AUTONOMAS, 1987

REGIAO ADMINISTRATIVA	Usinas		Destilarias	
	número	% do total	número	% do total
Sorocaba	4	5,2	4	4,9
Campinas	27	35,5	6	7,3
Ribeirão Preto	27	35,5	23	28,0
Bauru	6	7,9	6	7,3
Marília	5	6,6	11	13,4
São José do Rio Preto	6	7,9	8	9,7
Araçatuba	1	1,4	12	14,7
Presidente Prudente	0	-	12	14,7
Estado	76	100,0	82	100,0

Fonte: Associação de Usineiros de São Paulo (1987) e Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool no Estado de São Paulo (1987)

A expressiva concentração agroindustrial na Região Administrativa de Ribeirão Preto se reflete na captação dos créditos rurais do Banco do Brasil, índice tanto dos investimentos na agropecuária como do grau de capitalização da economia agrícola. Em 1979/80 a Região detinha 28% do valor da produção agrícola do estado e recebia quase 29% do crédito rural total do estado, parcelas bem maiores que as da Região de Campinas (que tinha 19% e 13,5%, respectivamente).

Entretanto, a especialização canavieira não se processou homogeneamente nesse amplo espaço da Região de Ribeirão Preto.

Um primeiro condicionante para essa especialização foram as limitações ecológicas próprias à cultura canavieira. Sob esse

aspecto, 52% das terras da Região apresentam-se aptas ecologicamente, ainda que cerca de 15% dessas terras revelem deficiência hídrica sazonal e outras 15% revelem deficiências climáticas (49).

Mas as limitações ecológicas constituem fator marginal na explicação das particularidades da penetração canavieira na Região, uma vez que existem quantidades apreciáveis de terras inteira ou parcialmente aptas para a cana nos diversos municípios. Efetivamente, os obstáculos principais para a progressão canavieira residiram nas especializações produtivas geradas historicamente, em particular durante as décadas de transição que sucederam a crise cafeeira. Municípios como Ribeirão Preto, Itápolis, São Carlos, Descalvado e Altinópolis, por exemplo, experimentaram forte modernização da pecuária leiteira, enquanto outros como Barretos, Franca, Bebedouro e Pedregulho modernizaram criações de gado de corte. Jardinópolis, Batatais e Ituverava formam outro conjunto, cuja economia vinculou-se fortemente às indústrias de óleos da Região e cuja agricultura desenvolveu importantes lavouras de soja e milho.

Na segunda metade da década de 1970, quando se consolidava o Pró-Alcool, decolava a produção paulista de laranja, que fazia fortunas aproveitando-se da conjuntura altamente promissora do mercado americano. Certos municípios, atingidos pela influência das indústrias de cítricos de Araraquara, apresentaram nítida especialização na cultura de laranja, como ocorreu com Taiúva e Taiacú, nas imediações de Guariba. Tecnologias e infra-estruturas, conhecimentos e redes de

negócios, a polarização das agroindústrias - tudo isso e ainda os estados de espírito e as ideologias que tais realidades engendram constituíram obstáculos materiais, históricos, para a penetração da cana na Região (*).

Fundamentalmente, a especialização canavieira de inúmeros municípios da Região resultou da implantação de usinas de açúcar e álcool e de destilarias alcooleiras, que demarcaram os "espaços canavieiros" induzindo a substituição de antigas culturas ou pastagens pela lavoura canavieira ou, mais diretamente, assumindo o controle sobre terras de sitiantes, fazendeiros, parceiros ou arrendatários com vistas à produção de canas próprias. Direta ou indiretamente, a implantação de usinas e destilarias determinou a polarização de um

=====

(*) *O caso de Guaira revela paradigmaticamente o entrelaçamento de situações econômicas, técnicas e ideológicas que, geradas pela história, configuram os limites da expansão "imperial" da lavoura canavieira. No início de 1990 dois vereadores da cidade, de partidos diferentes, propuseram que a Lei Orgânica municipal assumisse dispositivos limitadores da expansão canavieira. Essa reação, provocada pela instalação de três destilarias de álcool no município depois de 1982 e pelas tentadoras propostas de arrendamento de terras que elas oferecem aos agricultores, prende-se ao significativo aparato de irrigação implantado no município. Concentrando o maior número de aparelhos de irrigação da América Latina, Guaira pratica uma policultura de alto nível envolvendo o rodízio de variedades escolhidas de soja, milho, feijão, tomate industrial, batata e trigo. Apesar disso, os subsídios estatais permitem às destilarias concorrer pelo uso das terras da região, gerando a possibilidade de soluções extra-econômicas como as propostas pelos vereadores. Sobre o caso de Guaira, veja-se reportagem à página 1 do caderno de Economia de O ESTADO DE S.PAULO de 8/03/1990.*

certo raio de terras em torno da esteira da unidade industrial que tenderão a se especializar na lavoura canavieira, num processo de micro-zoneamento de áreas onde irá imperar a cana de açúcar (*).

Esse processo de zoneamento dependeu, portanto, não apenas de um conjunto de fatores locacionais objetivos mas ainda e sobretudo das iniciativas empresarias historicamente adotadas relativas à implantação de usinas e destilarias. Assim, nenhuma teoria genérica pode substituir a análise concreta do caso específico de cada área canavieira, pois a sua especialização produtiva responde a uma complexa tessitura de conjunturas históricas que não excluem o casual e o imponderável.

A ILUSTRAÇÃO 4, que agrupa os municípios dessa Região segundo classes de participação da lavoura canavieira na área total dos

=====

(*) ...a especialização das regiões em alguns poucos cultivos tem se acentuado nos últimos anos no estado de São Paulo, como resultado da própria industrialização da agricultura. Assim, não só a instalação de agroindústrias que tendem a concentrar no menor raio possível a produção de sua matéria-prima, mas também as facilidades de comercialização de determinados insumos ou produtos levou a um verdadeiro zoneamento do estado. Hoje em dia pode-se falar nas zonas de cana, de reflorestamento, de feijão, de arroz, de algodão, etc. José Graziano da Silva, Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura, Hucitec, São Paulo, 1981, p. 113.

estabelecimentos, revela os contornos desse zoneamento no ponto em que ele se encontrava em 1980, cinco anos após a deflagração do Pró-Alcool (50).

Ela mostra uma concentração extremamente significativa da especialização canavieira nos municípios inscritos no quadrilátero Araraquara-Jaboticabal-Sertãozinho-Ribeirão Preto ou contíguos a esse quadrilátero, com a solitária e curiosa exceção representada por Santa Rosa do Viterbo.

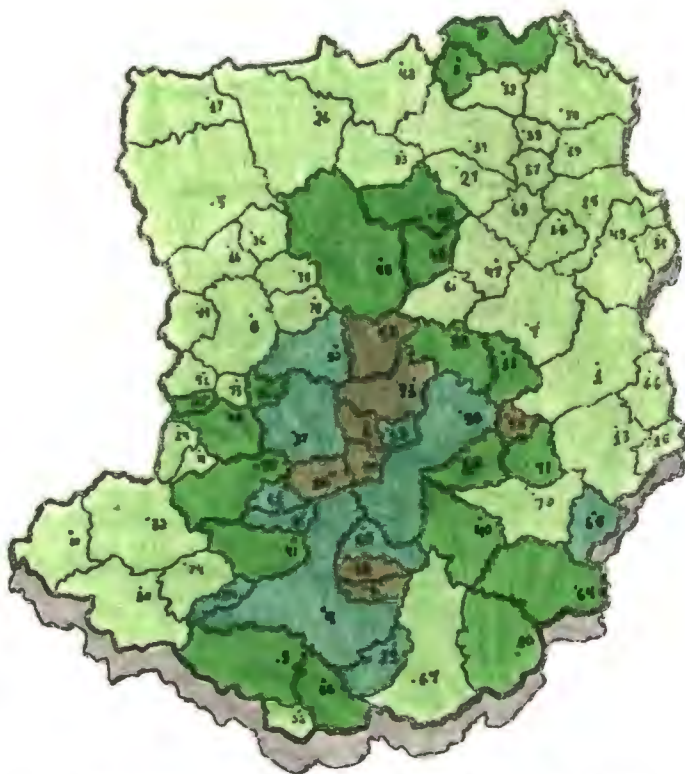
A explicação para essa notável concentração radica na presença de antigas e importantes usinas açucareiras, que já ostentavam grande produção antes do Pró-Alcool, localizadas nesses municípios ou nos seus arredores. Com o Pró-Alcool essas usinas lideraram a decolagem inicial da produção alcooleira, condicionando uma intensificação do uso canavieiro do solo nos municípios sob sua direta influência.

Mas o Pró-Alcool determinou ainda um espraiamento da lavoura canavieira em direção a áreas marginais a esse quadrilátero, introduzindo culturas canavieiras em municípios onde elas eram virtualmente inexistentes ou apenas marginais.

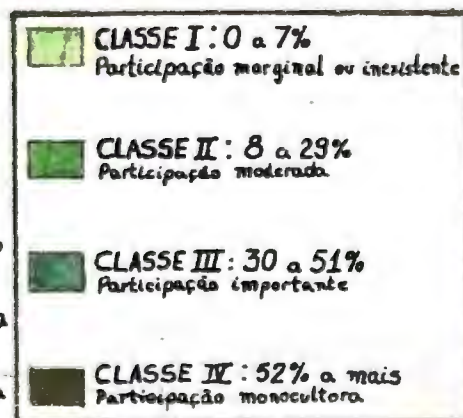
As ILUSTRAÇÕES 5 e 6 procuram captar precisamente esse processo, cartografando respectivamente as usinas anexas sucro-alcooleiras e as destilarias autônomas da Região Administrativa de Ribeirão Preto.

Analisando a ILUSTRAÇÃO 5, observa-se uma tendência de alargamento do quadrilátero citado, com a invasão da agroindústria canavieira nas áreas contíguas a Araraquara (municípios de São Carlos e Matão). Contudo, uma outra tendência é sugerida, com o surgimento de

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE RIBEIRÃO PRETO: CLASSES DE PARTICIPAÇÃO DA LAVOURA CANAVIEIRA NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS -1980-



01 Altinópolis	25 Franca	49 Patrocínio Paulista	73 Sertãozinho
02 Américo Brasiliense	26 Guaiara	50 Pedregulho	74 Tabatinga
03 Aramina	27 Guarã	51 Pirangi	75 Taiacó
04 Araraquara	28 Guariba	52 Pitangueiras	76 Taiuva
05 Barretos	29 Ibaté	53 Pontal	77 Taquaritinga
06 Barrinha	30 Ibitinga	54 Pradópolis	78 Terra Roxa
07 Batatais	31 Igarapava	55 Restinga	79 Viradouro
08 Bebedouro	32 Ipuã	56 Ribeirão Bonito	80 Vista Alegre do Alto
09 Boa Esperança do Sul	33 Itápolis	57 Ribeirão Corrente	
10 Borborema	34 Ipirapua	58 Ribeirão Preto	
11 Brodósqui	35 Ituverava	59 Rifaina	
12 Buritizal	36 Jabotandi	60 Rincão	
13 Cajuru	37 Jaboticabal	61 Sales Oliveira	
14 Cândido Rodrigues	38 Jardinópolis	62 Santa Eneer	
15 Cassia dos Coqueiros	39 Jertiquara	63 Santa Lúcia	
16 Colina	40 Luis Antônio	64 Sta Rita do Passo Quatro	
17 Colômbia	41 Matão	65 Sta Rosa do Viterbo	
18 Cravinhos	42 Miguelópolis	66 Sto Antônio da Alegria	
19 Cristais Paulista	43 Monte Alto	67 São Carlos	
20 Descalvado	44 Monte Azul Paulista	68 São Joaquim da Barra	
21 Dobrada	45 Morro Agudo	69 São José da Bela Vista	
22 Dourado	46 Nova Europa	70 São Simão	
23 Dumont	47 Nuporanga	71 Serra Azul	
24 Fernando Prestes	48 Orlandia	72 Serrana	



TRAÇÃO 4

FONTE: SEADE / 1978

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE RIBEIRÃO PRETO: USINA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL - 1987

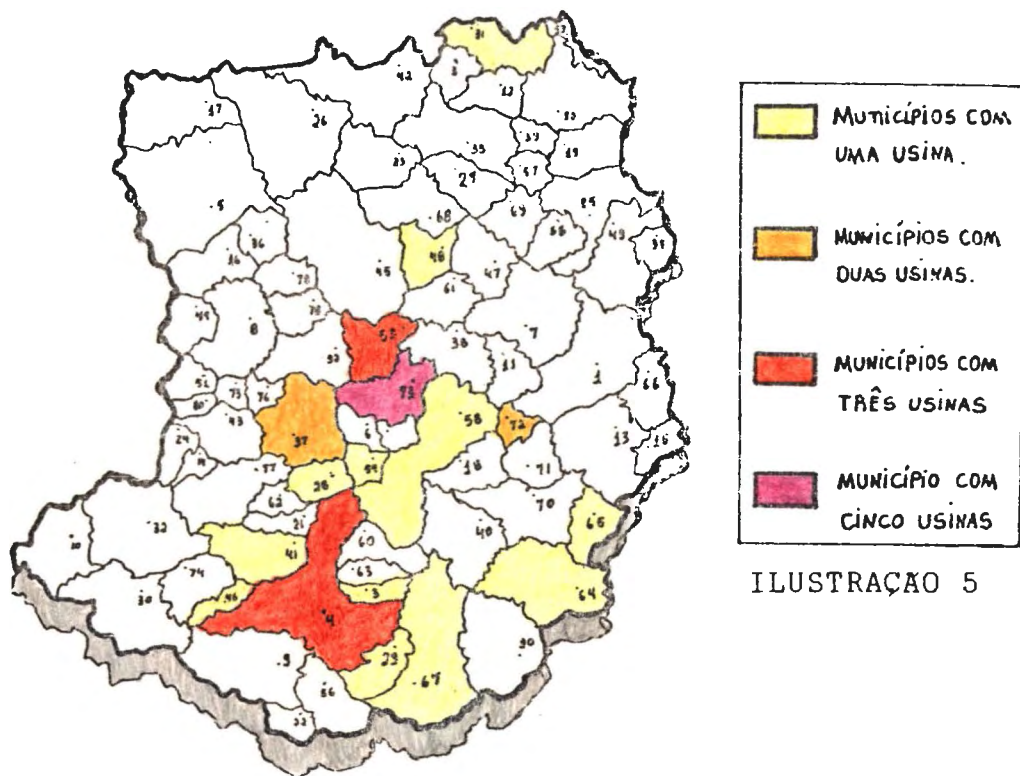
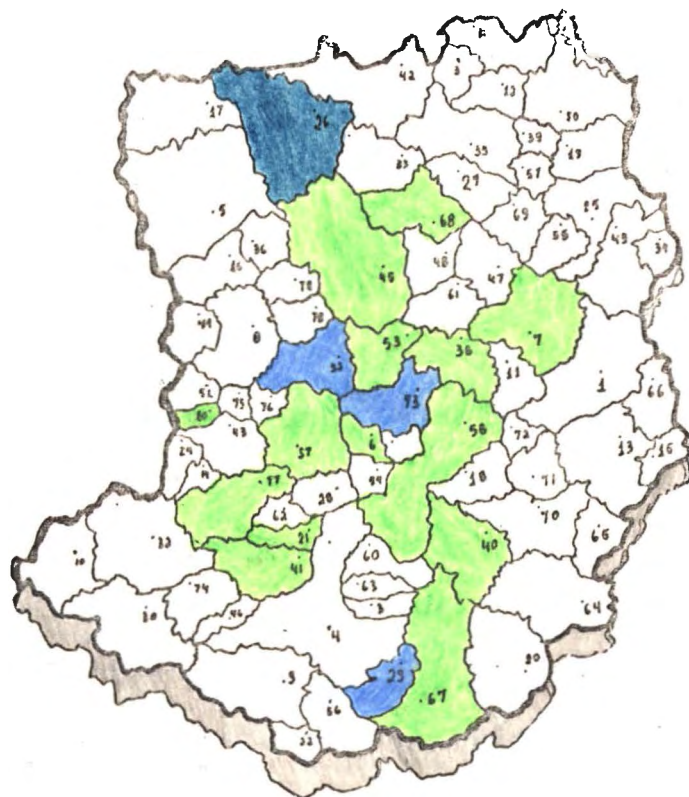


ILUSTRAÇÃO 5

- 02 Américo Brasiliense
- 04 Araraquara
- 28 Guariba
- 29 Ibaté
- 31 Igarapava
- 37 Jaboticabal
- 41 Matão
- 46 Nova Europa
- 48 Orlandia
- 53 Pontal
- 54 Pradópolis
- 58 Ribeirão Preto
- 64 Sta Rita do Passo Quatro
- 65 Sta Rosa do Viterbo
- 67 São Carlos
- 72 Serrama
- 73 Sertãozinho

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE RIBEIRÃO PRETO: DESTILARIAS AUTÔNOMAS DE ÁLCOOL - 1987



06 Barrinha
07 Batatais
21 Dobrada
26 Guaira
29 Ibaté
38 Jardinópolis
37 Jaboticabal
40 Luís Antônio
41 Matão
45 Morro Agudo
52 Pitangueiras
53 Pontal
58 Ribeirão Preto
62 Santa Ernestina
68 São João da Barra
67 São Carlos

73 Sertãozinho
80 Vista Alegre do Alto

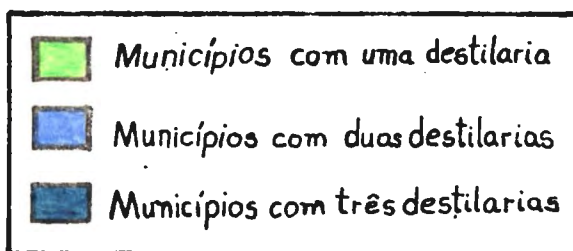


ILUSTRAÇÃO 6

focos agroindustriais isolados do quadrilátero básico, nos municípios de Santa Rita do Passa Quatro, Orlândia e Igarapava. Ao contrário do primeiro - situado na Sub-Região de Ribeirão Preto, contíguo à área canavieira consolidada de Santa Rosa do Viterbo - os focos de Orlândia (na Sub-Região de São Joaquim da Barra) e Igarapava (na Sub-Região de Ituverava) apontam para a cristalização de um novo espaço canavieiro no eixo definido pela via Anhanguera. Esse novo espaço canavieiro parece estar delimitado a leste pelas áreas de forte policultura comercial e pecuária de corte subordinadas à influência de Franca e a oeste pelas áreas citricultoras e pecuaristas subordinadas à influência de Barretos.

A ILUSTRAÇÃO 6 capta com maior precisão as consequências do Pró-Alcool para a lavoura canavieira, já que foi com o Programa que se implantou a maioria das destilarias autônomas.

Ela reforça as constatações proporcionadas pela ILUSTRAÇÃO 5. Destilarias em Guaira (três !), Morro Agudo, São Joaquim da Barra e Batatais consolidam o eixo citado, conformando na realidade um triângulo com vértices em Orlândia, Guaira e Igarapava, atingindo o Rio Grande, na divisa estadual com Minas Gerais. Ao mesmo tempo, destilarias em Matão, Taquaritinga, Jardinópolis, São Carlos e Luiz Antonio reforçam o alargamento do quadrilátero básico, que continua concentrando a parcela mais significativa da produção sucro-alcooleira do estado.

O envolvimento de Guariba pela lavoura canavieira implicou na expansão global da área destinada a lavouras no município, às expensas de áreas de matas ou inexploradas e, principalmente, à custa das extensas áreas de pastagens existentes na década de 1950:

TABELA 49 - GUARIBA: USO DA TERRA (ha), 1950-1980

Utilização	1950 (+)	1960	1970	1975	1980
Area estabelec.	31.867	31.167	30.840	22.262	25.750
Area de matas	2.079 6,6%	5.677 18,6%	809 2,8%	139 0,7%	165 0,7%
Area inexplor.	5.191 16,6%	243 0,8%	891 3,1%	40 0,2%	20 0,1%
Pastagens	14.298 45,7%	13.314 43,6%	8.044 27,6%	2.900 13,8%	1.505 6,2%
Lavouras	9.705 31,0%	11.314 37,0%	19.374 66,5%	17.931 85,3%	22.650 93,1%

(+) Dados incluem o Distrito de Pradópolis.

Fonte: Censos (FIBGE)

A tabela enfatiza suficientemente aquilo que é preciso reter: a década de 1960 como marco da expansão acelerada da área de lavouras, com a redução de todos os demais usos, com destaque para as pastagens (*). Esse processo revela, meridianamente, a intensificação do uso do solo como meio de produção depois de 1960. A tabela seguinte mostra o papel desempenhado pela lavoura canavieira nessa evolução:

TABELA 50 - GUARIBA: SUPERFICIE CULTIVADA PARA OS PRINCIPAIS PRODUTOS (ha.), 1950-1980

Produto	1950	1960	1970	1975	1980
Cana	2.150 22,2%	2.161 19,1%	11.419 58,9%	8.528 47,6%	18.831 83,1%
Café	1.963 20,2%	1.053 9,3%	40 -	74 -	51 -
Milho	1.320 13,6%	1.140 10,1%	993 5,1%	362 2,0%	190 -
Arroz	796 8,2%	385 3,4%	574 3,0%	440 2,5%	69 -
Algodão	607 6,3%	86 -	48 -	82 -	1 -
Laranja	494 5,1%	40 -	505 2,6%	156 -	465 2,0%
Feijão	107 1,1%	165 1,5%	59 -	7 -	- -
Soja	- -	- -	- -	269 1,5%	195 -

Fonte: Censos (FIBGE)

(*) A "redução" da área dos estabelecimentos registrada pela TABELA 49 entre 1970 e 1975 é ilusória, bem como o "aumento" no quinquênio seguinte. Ocorre que os critérios de divisão dos estabelecimentos pelos municípios, dependentes da sede dos estabelecimentos, produzem tais distorções, que se agudizam numa época de reagrupamento/subdivisão de estabelecimentos, que foi uma característica da expansão da lavoura canavieira no município. Por outro lado, nitidamente, os censos de 1950 e 1960 misturaram sem muito critério as áreas de matas e inexploradas, gerando situações aparentemente estranhas como a retratada na tabela.

A TABELA 50 revela o processo de especialização canavieira, com tendência monocultora visível desde a grande expansão da década de 1960, e inteiramente configurada em 1980.

De um lado, a especialização canavieira é responsável, diretamente, pela expansão geral das lavouras e concomitante redução das áreas inexploradas e eliminação das últimas manchas de matas. De outro, é diretamente responsável pela supressão praticamente completa de usos alternativos. Se, evidentemente, a redução das áreas de pastagens é o processo mais facilmente observável, também muito importante é a redução e virtual eliminação de outras culturas. E o caso da lavoura cafeeira, que apresentava retração constante desde a crise dos anos trinta mas que só foi eliminada durante a década de 1960, com a grande onda de expansão canavieira. De modo diferenciado, é o que ocorre com o milho, que conheceu constante retração, decisiva no quinquênio 1970-75, e com o arroz, suprimido no quinquênio 1975-80 (*).

Dizer que a especialização canavieira é diretamente responsável pela supressão de todos os usos alternativos não significa afirmar que a cana tenha substituído fisicamente os demais usos (embora eventualmente isso seja verdadeiro em larga medida). Significa, isso

=====

(*) *Evita-se citar aqui o algodão, na medida em que a sua virtual supressão é anterior à onda canavieira dos anos sessenta e parece resultar da continuidade do processo de decadência experimentado em meados da década de 1940.*

sim, afirmar que as características básicas da agroindústria canavieira implantada na área tenderam a eliminar toda a possibilidade de usos alternativos para a terra, determinando a cristalização de uma situação de monocultura.

Guariba foi envolvida desde cedo nesse processo de especialização canavieira, em virtude da implantação e rápido crescimento das usinas Bonfim (no interior do município), Santa Adélia e São Carlos (no município vizinho de Jaboticabal) e São Martinho (no município de Pradópolis, que pertenceu a Guariba até 1959) (*).

A Usina Bonfim foi a primeira a se instalar, em terras de latossolo amarelo, mais comuns a oeste da sede do município. Os Corona, fundadores da usina, provinham de São Paulo, onde eram proprietários da Metalúrgia Glória. Em 1946, compram a Fazenda Bem Feita (onde é implantada a sede da usina), e a Fazenda Bonfim, de Eugênio Mangolini, que dá nome à usina. Na Fazenda Bonfim, a existência de um velho engenho de açúcar batido facilitava a indispensável obtenção de cotas do IAA. Em 1951 a jovem usina já produzia 200 mil sacas de açúcar.

Em 1947 instalaram-se as usinas São Carlos e Santa Adélia. A São Carlos foi fundada pelos Tonanni, empresários de Jaboticabal provenientes do Nordeste, de onde foi transferida o maquinário de uma velha usina, junto com a cota do IAA. Em torno da sede, na Fazenda São Carlos, os Tonanni compram outras propriedades, em terras-roxas legítimas, encontradas geralmente a leste da sede do município, nos dois lados do rio Mogi-Guaçu. Em 1951 a produção

=====

(*) Além delas, as destilarias Santa Luiza, Contenda e Lagoa Dourada se instalaram respectivamente nos municípios de Jaboticabal, Taquaritinga e Dobrada, todos limitrofes de Guariba.

atinge 120 mil sacas anuais, mas a precariedade do maquinário impede a continuidade do crescimento da usina, levando os Tonanni a venderem-na para os Bellodi.

A família Bellodi, constituída de fazendeiros de Guariba e Jaboticabal descendentes de antigos imigrantes italianos, tinha engenhos na região e, com a Usina São Carlos, começava a montar um verdadeiro império agroindustrial. Desse império faria parte a Usina Santa Adélia, que em 1951 produzia 80 mil sacas anuais e que passaria ao controle dos Bellodi em 1958, iniciando então um período de forte crescimento. Além das duas usinas em Jaboticabal, os Bellodi tornaram-se proprietários da Destilaria Santa Luiza, obtendo o controle, direto ou indireto, de boa parte das terras do município.

Contudo, aquela que veio a ser a maior usina da região (e do Brasil), seria fundada em 1948, em terras da célebre fazenda de café dos Prado, a São Martinho. A história da criação da usina, seguida da venda da fazenda aos usineiros, a família Ometto, metaforiza a conclusão de toda uma transição histórica (*).

=====

(*) ...A fazenda tinha dois mil alqueires, uma parcela dos onze mil que vinham sendo retalhados desde a crise de 1929...A usina foi montada com uma parte do maquinário usado da Fazenda Vassununga (de Marcos Monteiro de Barros, da família Prado), e outra parte com implementos importados. Em junho de 1948 a usina foi inaugurada com uma grande festa, com os convidados da família Prado chegando de São Paulo pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, cujo tronco passava dentro da fazenda, sendo a estação em frente à sede...Em janeiro de 1950, Luis Ometto e Antonio Rodrigues Filho se encontraram e conversaram sobre a possibilidade de compra da São Martinho...Foi uma venda feita de porteira fechada, ficando montado o palacete da São Martinho, com todas as suas alfaías...A São Martinho desenvolveu-se em cima do tripé tradicional: cota de açúcar, terra e usina...A São Martinho foi-se ampliando em terra e produção, tendo reconstituído a área de onze mil alqueires da propriedade original. Margarida Cintra Gordinho, Os Ometto, C.H.Knapp, São Paulo, 1986, pp. 110-111.

A antiga fazenda dos Prado localizava-se no Distrito de Pradópolis que, à época, pertencia ao município de Guariba. Tinha uma pequena produção de café, culturas de cereais e gado. Em 1951, a usina já produzia 400 mil sacas de açúcar, tornando-se a mais importante da região. Na década de 1950 os Ometto agregam à propriedade as terras da Fazenda Bacuri e da Fazenda São Bento, todas em terras-roxas legítimas, começando a reconstituir a área original da São Martinho.

A TABELA 50 induz à conclusão errônea de que a década de 1950 não registrou aumentos na área plantada com cana (e, por extensão, na produção canavieira). Na verdade, esse aumento foi muito grande, mas está encoberto pela unidade de coleta de dados, pois em 1950 Pradópolis pertencia a Guariba, o que já não ocorre em 1960. Efetivamente, nos anos cinquenta a lavoura canavieira expandiu-se muito mais amplamente nas terras a leste do Mogi-Guassú (que pertenciam ao então Distrito de Pradópolis) que a oeste do rio, no Distrito de Guariba. Essa precoce especialização canavieira do Distrito de Pradópolis deve-se quase exclusivamente ao rápido crescimento da Usina São Martinho e à ampliação territorial da propriedade dos Ometto. Os dados do Anuário Estatístico ajudam a observar a expansão canavieira em Guariba antes da separação de Pradópolis:

TABELA 51 - GUARIBA: PRODUÇÃO CANAVIEIRA, 1955-1959

	1955	1957	1958	1959
Produção (ton.)	250.000	324.000	432.000	537.200
Área plantada (ha.)	5.000	6.000	8.000	7.900

Fonte: Anuário Estatístico de São Paulo (FIBGE)

Para cotejar a especialização canavieira de Pradópolis e Guariba, um dado parece suficiente: em 1960, Pradópolis (já desmembrado de Guariba) apresentava uma superfície com lavouras canavieiras de 6.077 ha., contra os 2.161 ha. de Guariba. Nesse ano, Guariba produziu 140.220 toneladas de cana, muito pouco se comparado às mais de 400.000 toneladas produzidas por Pradópolis.

A década de 1960 assinala uma expansão decisiva da área canavieira em Guariba, agora já sem o Distrito de Pradópolis. Essa expansão coincide com a erradicação do café e com uma significativa diminuição das lavouras de milho. Está estreitamente vinculada ao grande impulso registrado pela lavoura canavieira paulista a partir da abertura do mercado americano e do fim da obrigatoriedade de compra do açúcar nordestino pelas refinarias paulistas. Assim, a primeira metade da década corresponde ao período decisivo para a transformação do município em área com características tipicamente monocultoras.

Mas é o Pró-Alcool o responsável pela última grande onda de expansão canavieira, depois de 1975. O aumento da produção, impressionante em todas as usinas da região, incidiu especialmente sobre o álcool, enquanto a produção açucareira registrava uma certa estabilização.

As tabelas seguintes registram esse processo, para os quatro principais estabelecimentos produtores da região:

TABELA 52a - PRODUÇÃO AÇUCAREIRA DAS USINAS
DA AREA DE GUARIBA, 1976-1987 (ton.)

Ano	U.S.Martinho	U.Bonfim	U.S.Adélia	U.S.Carlos	Total
1976	206.573	84.400	25.806	47.700	364.479
1977	241.080	95.250	35.680	52.500	424.510
1978	153.003	80.150	30.000	40.850	304.003
1979	153.970	80.755	49.926	37.512	322.163
1980	208.280	109.255	54.350	57.725	429.610
1981	201.577	128.967	50.000	52.500	433.044
1982	223.300	142.861	55.250	58.313	479.724
1983	221.256	142.433	54.700	57.779	476.168
1984	185.549	141.591	58.500	61.345	446.985
1985	146.831	101.272	40.278	64.641	353.022
1986	182.995	122.686	47.945	47.456	401.082
1987	171.045	111.235	44.814	44.357	371.451

Fonte: Informações prestadas pelas usinas ao autor

TABELA 52b - PRODUÇÃO ALCOOLEIRA DAS USINAS
DA AREA DE GUARIBA, 1976-1987 (1000 litros)

Ano	U.S.Martinho	U.Bonfim	U.S.Adélia	U.S.Carlos	Total
1976	20.025	13.114	5.196	5.800	44.135
1977	83.013	38.252	10.810	16.608	148.683
1978	103.700	48.143	35.440	26.525	213.808
1979	155.800	74.800	40.040	34.700	305.340
1980	133.000	72.416	56.120	45.525	307.061
1981	136.000	84.870	60.000	51.591	332.461
1982	162.600	101.830	54.500	51.500	370.230
1983	233.300	138.001	72.000	61.808	505.109
1984	271.100	134.175	88.161	70.800	564.236
1985	304.240	171.479	102.838	75.051	653.608
1986	226.600	126.785	80.432	75.718	509.535
1987	318.300	139.790	94.350	85.532	637.972

Fonte: Informações prestadas pelas usinas ao autor

O papel, decisivo, desempenhado pelo Pró-Alcool nessa última onda de expansão canavieira pode ser observado pela tabela seguinte, que compara o crescimento da produção de açúcar e de álcool dos quatro estabelecimentos considerados:

TABELA 52c - INDICE DA PRODUÇÃO DE AÇUCAR E ALCOOL
DAS USINAS DA AREA DE GUARIBA, 1977-1987 (1976 = 100)

Ano	Produção Açucareira	Produção Alcooleira
1977	116,5	336,6
1978	83,4	484,4
1979	88,4	691,8
1980	117,9	695,7
1981	118,8	753,3
1982	131,6	838,8
1983	130,6	1.144,4
1984	122,6	1.278,4
1985	96,8	1.480,9
1986	110,0	1.154,5
1987	101,9	1.445,5

Fonte: Informações prestadas pelas usinas ao autor

Essa evolução provocada pelo Pró-Alcool resultou num claro predomínio da moagem de canas com finalidade de produção alcooleira, em todos os estabelecimentos da área:

TABELA 53 - FINALIDADE DA CANA MOIDA NAS
USINAS DA AREA DE GUARIBA, 1989

Cana Moída (ton.)	S.Martinho	Bonfim	S.Adélia	S.Carlos	Total
Para Açúcar	1.289.316	908.394	290.910	277.290	2.765.910
Para Alcool	3.638.500	1.981.141	1.216.627	1.197.369	8.033.637
Total	4.927.816	2.889.535	1.507.537	1.474.659	10.799.547

=====
Fonte: Boletim III - Cana Moída, 1990 (IAA-SRSP)

Analisando a evolução da produção alcooleira expressa na TABELA 52 pode-se observar a existência de duas fases de expansão (1976-79 e 1982-85), separadas por um patamar de relativa estabilização. Também pode-se observar que um novo patamar de estabilização foi atingido depois de 1985.

A primeira fase de expansão (1976-79) correspondeu a um salto produtivo de todos os estabelecimentos, cuja magnitude deve ser

relativizada pelo fato do ponto de partida ser baixo. Essa fase consiste numa resposta direta ao surgimento do Pró-Alcool, cujos estímulos implicaram em investimentos elevados no setor alcooleiro e, paralelamente, numa estagnação (e, para algumas usinas, até mesmo em um pequeno retrocesso) da produção açucareira. A elevação brutal da quantidade de cana moída nesses anos teve como pressuposto uma importante ampliação das áreas de lavoura canavieira nas terras próximas às usinas, cujos reflexos para o município de Guariba aparecem comparando-se os dados de 1975 (8.525 ha. de cana) com os dados de 1980 (18.831 ha. de cana) (*).

O patamar de estabilização atingido em 1979 fica evidenciado pelo pequeno crescimento da produção alcooleira verificado até 1982. Em parte, essa estabilização deve-se à retomada do crescimento da produção de açúcar, com uma favorável conjuntura de preços. Contudo, um dos fatores importantes para explicá-la reside no problema do custo de transporte da matéria-prima.

A ampliação das áreas canavieiras dos anos anteriores tinha praticamente esgotado a disponibilidade de terras nos arredores mais próximos das usinas, num raio de 25 ou 30 quilômetros, considerado aceitável em termos de custos de transporte. Essa situação era mais aguda para a Usina São Martinho, que exibia produção maior e,

=====

(*) A análise da evolução da produção das usinas da área de Guariba depois do Pró-Alcool apoiou-se, em grande medida, em entrevistas do autor junto a técnicos dos departamentos agrícolas e/ou industrial das usinas São Carlos (sr. Luis Antonio Brito), Bonfim (sr. Luis Carlos), Santa Adélia (srs. Claré e Norberto) e São Martinho (sr. Joaquim Paulo).

consequentemente, menor disponibilidade de áreas para ampliação da lavoura canavieira nos seus arredores. A solução para essa limitação de terras próximas consistiu na substituição dos caminhões simples por caminhões com equipamento de engate, chamados "Romeu e Julieta", para o transporte de canas provenientes de terras mais distantes. Introduzido em 1980, o "Romeu e Julieta" possibilitou uma ampliação do raio de influência direta das usinas para até 50 quilômetros, distância máxima de transporte da cana que se considerava economicamente aceitável em 1988. Com isso, viabilizou-se nova fase de expansão da produção de álcool, entre 1982 e 1985, fundada em mais um alargamento horizontal dos domínios canavieiros. Entretanto, nessa fase, Guariba praticamente não dispunha de mais reservas de terras para aumento das lavouras de cana, que se espalharam pelos municípios vizinhos.

A partir de 1985 configura-se, nitidamente, um novo patamar de estabilização. Mais marcado que o anterior, este patamar correspondeu a uma estagnação geral nos níveis de moagem de canas nas usinas da área de Guariba, com uma pequena redução na produção alcooleira compensada por um pequeno aumento na produção açucareira.

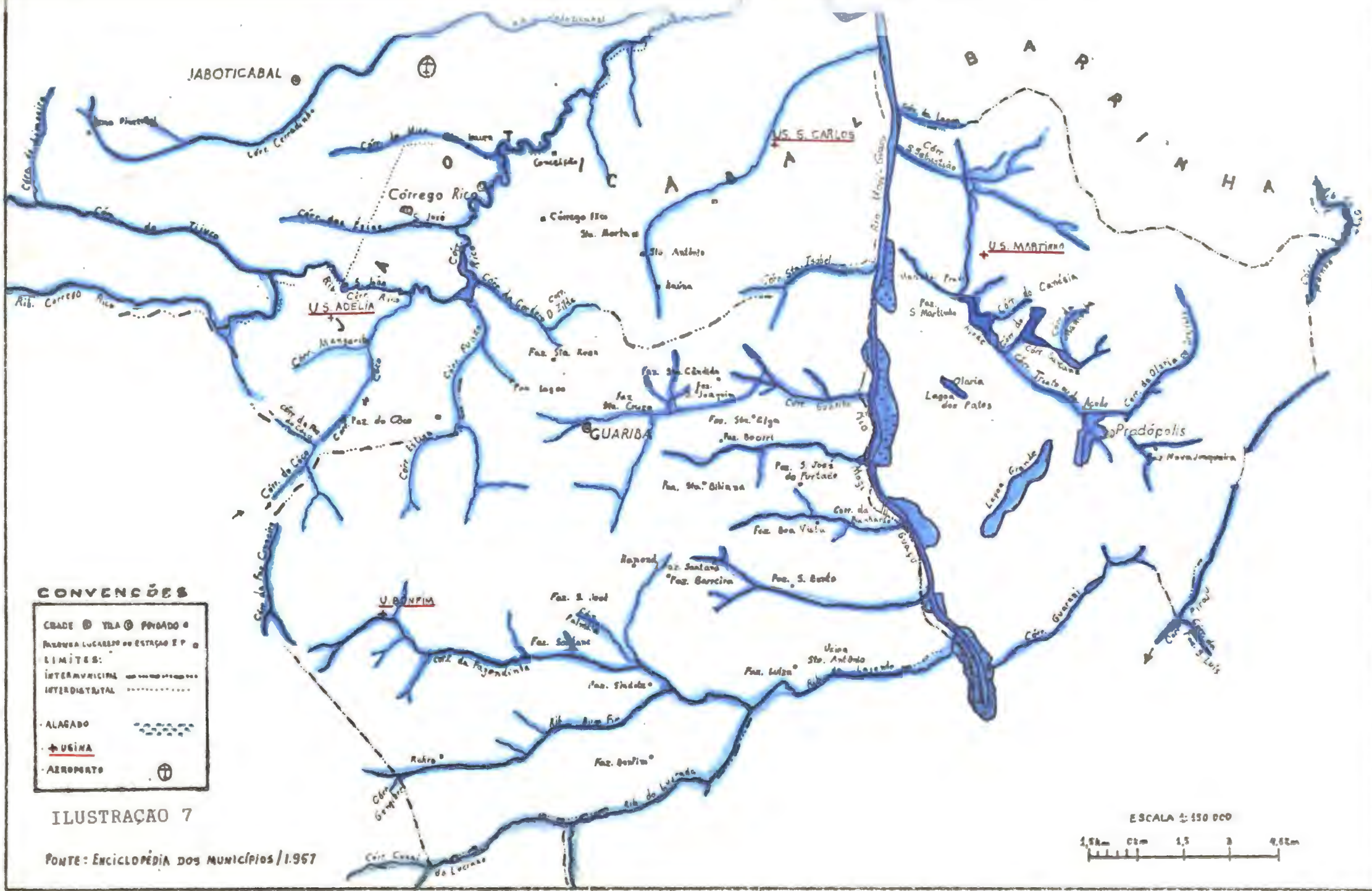
Esse novo patamar parece mais duradouro que o anterior, se não for realmente definitivo. As usinas alegam indisponibilidade de terras para compra ou arrendamento em distâncias economicamente viáveis. Um novo alargamento desse "circuito de influência" das usinas esbarra, aparentemente, em obstáculos mais sérios que aqueles resolvidos em 1980-81 com o "Romeu e Julieta". De um lado, o agregamento de terras ainda mais distantes geraria crescimento desproporcional de

custos administrativos. De outro, mesmo a duplicação da capacidade de carga conseguida em 1980-81 parece insuficiente diante do aumento exagerado das distâncias (*).

No interior das vastas propriedades rurais adquiridas pelos grupos usineiros, a situação locacional das unidades agroindustriais foi, em parte, condicionada pelos cursos d'água da rede de afluentes do rio Mogi-Guassú. Volumes consideráveis de água são utilizados na lavagem da cana e nas operações industriais de moagem. Assim, a Usina São Martinho foi situada nas imediações do Córrego do Açude, no lado direito do Mogi-Guassú. A Usina Bonfim situou-se junto às nascentes do Córrego da Fazendinha, afluente do Ribeirão do Lajeado. A Usina Santa Adélia estabeleceu-se entre os cursos do Córrego do Côco e do Ribeirão Córrego Rico, e a Usina São Carlos junto ao Córrego Anhumas.

Com isso, a sede municipal de Guariba passou a ocupar o ponto central de um quadrilátero formado pelas grandes usinas implantadas na área, como mostra a ILUSTRAÇÃO 7.

=====
(*). Em 1988 a Scania começava a introduzir carretas triplices, chamadas "triminhão", no transporte de cana. Contudo, as perspectivas do "triminhão" pareciam pouco promissoras, em virtude da impossibilidade de tráfego em vias de terra e da proibição, pelo DER, do tráfego noturno. A Usina São Carlos, que já encerrara a fase de testes, tinha rejeitado o "triminhão".

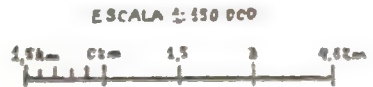


CONVENÇÕES

<p> CIDADE ● VILA ○ POVOADO ○ FÁBRICA LOCALIDADE OU ESTÁGIO E P ○ LIMITE S: INTERMUNICIPAL --- INTERDISTRITAL ALAGADO [hatched box] USINA [arrow pointing to a line] AEROPORTO [circle with cross] </p>
--

ILUSTRAÇÃO 7

PONTE: ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS/1957



Essa situação locacional colocou o conjunto das terras do município sob a influência produtiva direta das usinas.

Considerando as distâncias médias de transporte da cana até a esteira das usinas da área de Guariba, que gira em torno de 25 km (*), e as máximas distâncias de transporte, em torno de 50 km (**), é admissível propor um raio de influência produtiva dessas usinas sobre as terras nos seus arredores. Um raio de influência forte se estenderia por cerca de 20 ou 25 km a partir da esteira das usinas, enquanto um raio de influência moderada se estenderia até 45 ou 50 km de distância das esteiras.

A ILUSTRAÇÃO 7 revela que, com base nesse parâmetro, o conjunto das terras de Guariba estão situadas no interior do raio de influência forte de no mínimo duas usinas (e, quase sempre, das quatro usinas da área). Assim, a progressiva especialização canavieira do município começava a se delinear.

O controle das usinas sobre as terras de Guariba encontra uma primeira expressão na reorientação da produção rural do município, que progressivamente evolui para a monocultura canavieira em função dos mercados constituídos pelas usinas. A TABELA 54 talvez revele essa evolução ainda melhor que a análise do uso da terra, pois desvenda opções produtivas que tendem a circunscrever os cultivos não canavieiros aos menores estabelecimentos:

=====

(*) Para a Usina Bonfim, essa distância não passa de 18 km, mas a Usina São Carlos recebe canas distantes, em média, 32 km.

(**) A Usina Bonfim recebe canas de até 40 km de distância, enquanto a Usina São Martinho chega a receber de 50 km.

TABELA 54 - GUARIBA: ESTABELECIMENTOS CANAVIEIROS, 1960-1980

Ano	(A) - Total de estabelec.	(B) - Estabelec. com mais de 50 ha.	Estabelecimentos canavieiros Total	% de (A)	% de (B)
1960	62	41	13	21,0	31,7
1970	107	71	44	41,1	62,0
1975	76	45	39	51,3	86,7
1980	101	56	62	61,4	110,7

Fonte: Censos (FIBGE)

Os dados relativos a 1980 mostram que, depois do Pró-Alcool, a especialização canavieira domina completamente os estabelecimentos com mais de 50 ha. Admitindo como hipótese provável que todos os estabelecimentos com mais de 50 ha. apresentavam lavouras canavieiras em 1980, os dados indicam a existência de alguns estabelecimentos muito pequenos que também produziam cana de açúcar nesse ano, o que constitui demonstração eloquente do domínio das usinas sobre a estrutura produtiva da agricultura municipal.

Mas a especialização canavieira de Guariba resultou, muito nitidamente, no aprofundamento das características especificamente empresariais da produção agrícola da área. Um primeiro indicador desse fato ressalta da análise da evolução da estrutura fundiária entre 1960 e 1980:

TABELA 55a - ESTRUTURA FUNDIARIA DE GUARIBA, 1960-1980

Tipos de Estabelec.	1960		1970		1975		1980	
	Est.	Area	Est.	Area	Est.	Area	Est.	Area
Pequeno (0-100ha)	31	1174ha	52	2099ha	42	1516ha	60	2166ha
Médio (101-1000ha)	25	9316ha	52	16342ha	31	10485ha	35	12662ha
Grande (1001ha e mais)	6	20650ha	3	12401ha	3	10262ha	6	10920ha
Total	62	31140ha	107	30842ha	76	22263ha	101	25748ha

Fonte: Censos (FIBGE)

TABELA 55b - ESTRUTURA FUNDIARIA DE GUARIBA, 1960-1980

Tipos de Estabelec.	Participação na Area Total dos Estabelecimentos (%)			
	1960	1970	1975	1980
Pequeno (0-100ha)	3,8	6,8	6,8	8,4
Médio (101-1000ha)	29,9	53,0	47,1	49,2
Grande (1001ha e mais)	66,3	40,2	46,1	42,4

Fonte: Censos (FIBGE)

As tabelas anteriores retratam dois intervalos de grande expansão canavieira no município (1960-70 e 1975-80) separados por um patamar de relativa estabilização (1970-75).

Os intervalos de expansão canavieira correspondem a alterações significativas na estrutura fundiária tendentes à ampliação da participação dos estabelecimentos intermediários às custas dos estabelecimentos muito grandes. Esta é também a tendência do conjunto do período em estudo, em que os estabelecimentos intermediários passam de cerca de 30% para praticamente 50% da área total. Trata-se de uma tendência que parece bastante ligada à especialização canavieira, na medida em que encontrou interrupção (e até uma certa reversão) no intervalo de estagnação da expansão canavieira, no quinquênio anterior ao lançamento do Pró-Alcool.

Evidentemente, é inadequado falar em desconcentração fundiária face a esse processo, já que em todos os momentos considerados o grau de concentração é muito elevado. Entretanto, trata-se certamente de um processo de racionalização empresarial das dimensões dos estabelecimentos, com a subdivisão de estabelecimentos excessivamente grandes. Provavelmente, essa subdivisão atingiu estabelecimentos voltados para a pecuária, no momento em que as pastagens davam lugar a lavouras canavieiras.

Observando mais de perto a estrutura fundiária, com a desagregação dos dados, essa tendência de transformação de explorações enormes em explorações grandes ou médias torna-se mais clara:

TABELA 55c - GUARIBA: EVOLUÇÃO DOS ESTABELECEMENTOS
GRANDES E MEDIOS , 1960-1980

Classes Dimensionais	Número de Estabelecimentos			
	1960	1970	1975	1980
100 - 200 ha.	8	26	12	12
200 - 500 ha.	9	15	12	13
500 - 1000 ha.	8	11	7	10
1000 - 2000 ha.	4	2	2	5
2000 - 5000 ha.	1	-	-	1
5000 ha. e mais	1	1	1	-
Total	31	55	34	41

Fonte: Censos (FIBGE)

Esse processo de racionalização dimensional dos estabelecimentos - que não deve ser confundido com um processo de alteração na estrutura de propriedade fundiária - manifestou-se fortemente nos anos sessenta, com a eliminação de várias explorações muito grandes e a constituição de inúmeras explorações intermediárias. O intervalo 1970-75 coincide com um certo reagrupamento, cuja expressão mais nítida reside na supressão de vários estabelecimentos na faixa de 100 a 200 ha., ou seja, na faixa inferior dos estabelecimentos intermediários. Já o quinquênio posterior ao lançamento do Pró-Alcool, de grande expansão canavieira, está marcado pela eliminação do maior dos estabelecimentos e a constituição de vários estabelecimentos nas faixas de 500 a 1000 ha. e de 1000

a 2000 ha. Esses estabelecimentos grandes (mas não imensos) parecem materializar um determinado padrão de exploração empresarial canavieira.

A racionalidade empresarial na economia agrícola de Guariba transparece ainda no aumento das explorações dirigidas por administradores, com paralelo aumento da abstinência do produtor, seja ele o proprietário ou outro responsável pelo estabelecimento:

TABELA 56 - GUARIBA: FORMA DE ADMINISTRAÇÃO DOS ESTABELECEMENTOS, 1970-1980

Ano	Produtor		Administrador	
	Estabelec.	Área (ha.)	Estabelec.	Área (ha.)
1970	86 (80,4%)	15404 (49,9%)	21 (19,6%)	15437 (50,1%)
1975	63 (82,9%)	9905 (44,5%)	13 (17,1%)	12357 (55,5%)
1980	61 (60,4%)	9044 (35,1%)	40 (39,6%)	16706 (64,9%)

Fonte: Censos (FIBGE)

A figura do administrador dos estabelecimentos canavieiros arrendados ou comprados pelas usinas representa algo de novo na organização da agricultura brasileira. Nesse caso, o administrador pouca semelhança mantém com os tradicionais administradores de fazendas de café, integrantes eles próprios da elite local. Ao contrário, o administrador do estabelecimento canavieiro é pouco mais que um capataz: simples assalariado da usina, exerce funções administrativas meramente temporárias, controlando um pequeno setor da produção da matéria-prima industrial.

Depois de 1975, com o Pró-Alcool e a última onda de expansão canavieira, cresceu rapidamente a prática do arrendamento de terras, especialmente por parte das usinas mas também por grandes fornecedores, geralmente ligados à diretoria e ao grupo de importantes acionistas das empresas agroindustriais. A tabela seguinte revela esse processo:

TABELA 57 - GUARIBA: TERRAS ARRENDADAS, 1975-1980

	1975		1980	
Area total dos estabelec.(ha)	22262	100,0%	25750	100,0%
total de terras arrendadas	6600	29,6%	11680	45,3%
arrendamentos por quantia fixa	6600	29,6%	5135	19,9%
arrendamentos por quota-parte	--	--	6545	25,4%

Fonte: Censos (FIBGE)

O aprofundamento da racionalidade empresarial na economia agrícola do município, paralelamente à cristalização do domínio das usinas sobre as terras de Guariba, redundaram na desagregação da lógica tradicional da produção agrícola e a sua substituição pela lógica da produção industrial, que enfoca a terra como meio de produção da matéria-prima e a exploração agrícola como fase prévia para a transformação industrial.

Uma das consequências desse processo residiu na tendência à implosão do estabelecimento rural como unidade de vida e trabalho do produtor agrícola. De um lado, essa tendência se expressou na mudança

progressiva dos produtores agrícolas, que passam normalmente a residir fora do estabelecimento (*). De outro, se expressou na própria implosão física do estabelecimento enquanto unidade territorial, com a fragmentação da exploração agrícola em parcelas espacialmente separadas (**).

Contudo, o domínio das usinas sobre as terras do município não deve ser visto, evidentemente, apenas sob o aspecto do direcionamento da produção e das formas, modalidades e lógica que foram a ela imprimidos. Na realidade, um aspecto crucial desse domínio residiu na apropriação, direta e indireta, das terras de Guariba pelos grandes grupos usineiros.

O dimensionamento desse processo exigiria um estudo aprofundado e específico pois, infelizmente, os dados disponíveis o revelam de modo extremamente parcial e incompleto. A apropriação das terras pelas usinas, seja na forma do controle sobre a propriedade ou sobre o uso,

=====

(*) Em 1975, responsáveis por 10.460 ha. (ou cerca de 47% da área dos estabelecimentos) declaravam residir fora dos estabelecimentos. Em 1980 os responsáveis nessa condição já detinham 14.827 ha., ou cerca de 58% da área dos estabelecimentos, e nem todos tinham respondido a esse quesito censitário.

(**) Em 1975 apenas dois estabelecimentos ocupando parques 413 ha. (menos de 2% da área dos estabelecimentos) declaravam estarem compostos por duas parcelas separadas e não existiam estabelecimentos com três ou mais parcelas. Em 1980 um total de 17 estabelecimentos ocupando nada menos que 12.747 ha. (praticamente a metade da área total) declaravam serem compostos por duas ou até três parcelas separadas.

encontra-se encoberta pela distribuição de imóveis e estabelecimentos rurais entre os familiares dos proprietários das usinas e também entre os acionistas com significativa participação no capital das usinas e seus familiares.

Uma abordagem muito parcial desse processo foi possível através da pesquisa dos originais da Declaração Cadastral do Produtor para a Secretaria da Fazenda de fevereiro de 1987. Esta pesquisa permitiu montar quadros de dados precisos relativos às terras controladas direta ou indiretamente pelas três famílias proprietárias das usinas da área (Ometto, Usina São Martinho; Bellodi, usinas São Carlos e Santa Adélia; Corona, Usina Bonfim) e por uma família de grandes fornecedores da Usina São Martinho (Laurentiz):

TABELA 58 - GUARIBA: TERRAS EXPLORADAS PELAS "GRANDES FAMILIAS", 1987

	Número Estab.	Area (ha)	% sobre a área dos estabelec.	Area com cana (ha)	% sobre a área total de cana
OMETTO	5	3575,7	20,0%	3509,7	23,7%
BELLODI	16	1825,5	10,2%	1722,0	11,6%
CORONA	3	683,3	3,8%	623,4	4,2%
LAURENTIZ	10	2621,7	14,7%	2438,1	16,5%
TOTAL	34	8706,2	48,7%	8293,2	56,0%

Fonte: DECAP-ICM, 1987 (Secretaria da Fazenda/GESP)

Evidentemente, a tabela anterior apresenta inúmeros problemas (*). Ela é incapaz de revelar verdadeiramente a dimensão do domínio das usinas na apropriação das terras do município simplesmente porque esse domínio se realiza através de uma série de produtores e responsáveis por estabelecimentos que não pertencem necessariamente à família dos proprietários das usinas. Mesmo assim, constitui um sinal da brutal concentração fundiária sob o controle dos grandes grupos agroindustriais, onde se incluem tanto os usineiros como os maiores fornecedores.

O progressivo domínio, direto ou indireto, da agroindústria canavieira sobre o conjunto da produção agrícola municipal resultou numa completa transformação das bases técnicas e das relações de trabalho e produção na economia agrícola.

Fundamentalmente, essas transformações agiram no sentido de uma profunda homogenização das características da atividade agrícola nos estabelecimentos de usinas ou de fornecedores ditada pelos padrões vigentes de produção canavieira. Esses padrões, por sua vez, radicam tanto sobre condicionantes naturais como, principalmente, sobre

=====

() Um desses problemas reside nas características da própria fonte. Diversos produtores estão isentos de fazer a Declaração Cadastral para a Secretaria da Fazenda, o que produz uma subestimação do número total dos estabelecimentos e da área total. Assim, a área total dos estabelecimentos registrada por essa DECAP foi de 17.873,4 ha., significativamente inferior à área total dos estabelecimentos registrados pelo Censo de 1980.*

determinações histórico-econômicas vinculadas às especificidades da lavoura canavieira moderna no Centro-Sul do país.

Entre essas transformações, destaca-se a completa revolução do significado econômico da força de trabalho agrícola. Essa revolução originou o surgimento de um proletariado rural-urbano formado pelos trabalhadores volantes, caracterizado pela combinação de uma intensa mobilidade espacial com forte sazonalidade de emprego.

A revolução no significado econômico da força de trabalho agrícola resultou inclusive na implosão das classificações tradicionalmente utilizadas pelos censos para o registro do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais. De fato, as classificações tradicionais são incapazes de captar a realidade constituída pelo proletariado rural-urbano volante que, no caso de Guariba, constitui o cerne da força de trabalho da lavoura canavieira. Assim, os censos registravam:

TABELA 59 - GUARIBA: FORÇA DE TRABALHO AGRÍCOLA, 1950-1980

Categorias	1950 (+)	1960	1970	1975	1980
Responsáveis e Familiares	179 9,0%	133 6,7%	176 13,1%	126 10,1%	146 10,8%
Empregados Permanentes	652 32,6%	939 48,4%	988 73,3%	900 71,9%	1030 76,0%
Empregados Temporários	934 46,8%	763 39,5%	184 13,6%	224 17,9%	174 12,8%
Parceiros	232 11,6%	36 1,9%	0 -	1 0,1%	6 0,4%
Outros	0 -	67 3,5%	0 -	0	0 -
Total	1997	1938	1348	1251	1356

(+) Dados incluem o Distrito de Pradópolis.

Fonte: Censos (FIBGE)

A década de 1950 corresponde a uma transição, anterior ao período de predomínio canavieiro inaugurado nos anos sessenta. Além da expansão canavieira inicial, ela está fortemente marcada pela retração das culturas de algodão e arroz e, menos intensamente, de milho. Esse período assinala a remoção dos parceiros, que formavam um segmento significativo da força de trabalho.

Certamente, a categoria de trabalhadores catalogada como "empregados temporários" esconde um conjunto diferenciado de relações de trabalho assalariado combinado ou não com formas precárias de acesso à terra. A acentuada redução dessa categoria, entre 1960 e 1980, constitui a alteração mais notável revelada pelos dados censitários, ao lado do aumento absoluto (mas principalmente relativo) dos "empregados permanentes".

Para compreender os significados desses dados, entretanto, é necessário observar aquilo que os censos não revelam: os efeitos da especialização canavieira sobre a força de trabalho agrícola. Assim, a massa de trabalhadores volantes que se constitui progressivamente com a penetração canavieira e com a consolidação dessa especialização produtiva não aparece em nenhuma dessas classificações censitárias. Mas os censos de 1975 e 1980 trazem, numa seção à parte, os dados relativos ao emprego mensal de volantes durante os anos de 1975 e 1980. Esses dados aparecem na ILUSTRAÇÃO 8.

Analisando o impacto da modernização da base técnica da agricultura nas relações de trabalho e no mercado de trabalho agrícola, José Graziano da Silva (1981: 108-115) constata a

SAZONALIDADE DO EMPREGO NA AGROPECUÁRIA - GUARIBA: 1980/1975

NÚMERO DE EMPREGADOS VOLANTES NA AGROPECUÁRIA

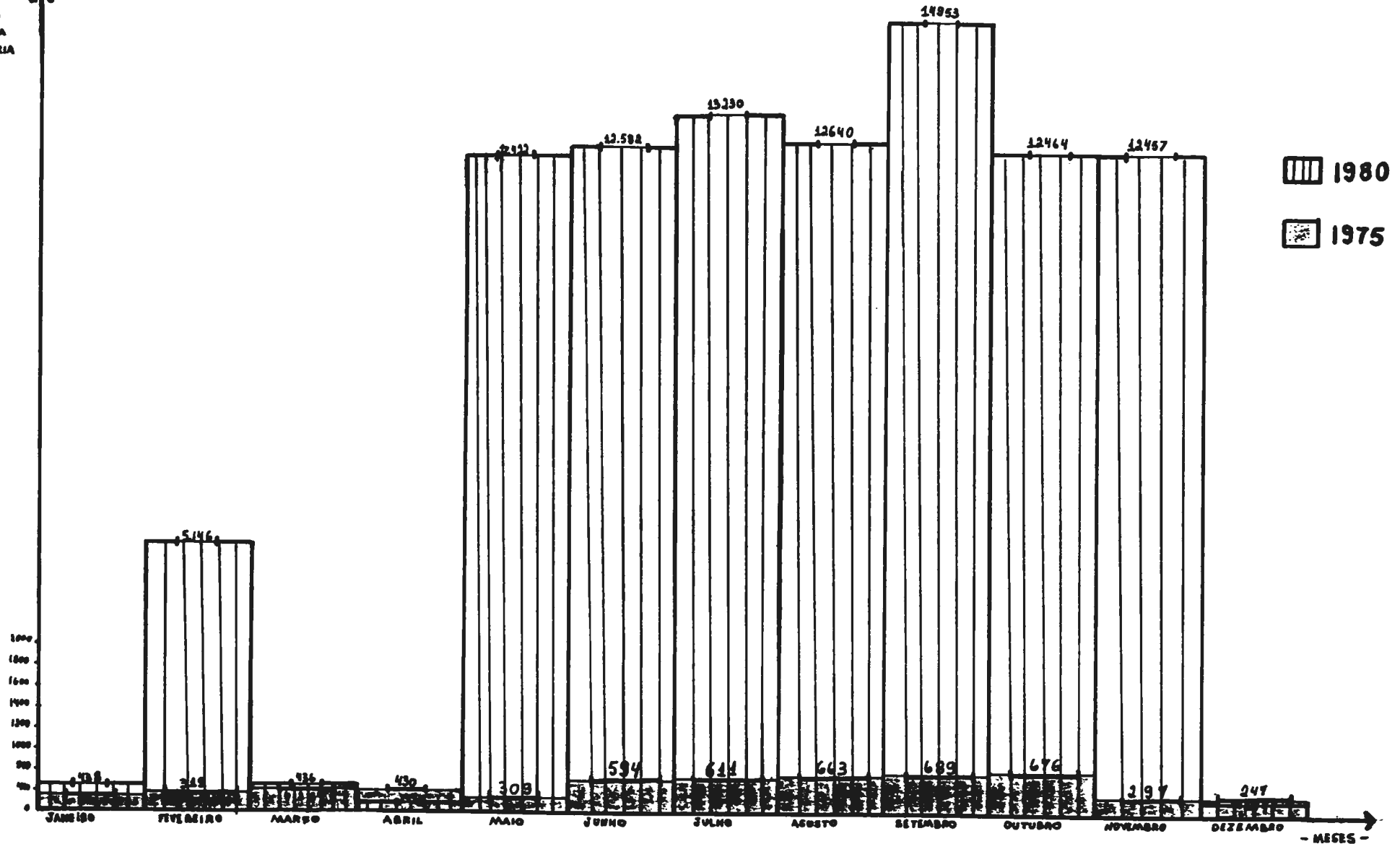


ILUSTRAÇÃO 8

FONTE: CENSO DE 1980 (Z802)

intensificação da sazonalidade da oferta de emprego com a mecanização das operações de plantio, tratos culturais e colheita e com o uso cada vez maior de defensivos, herbicidas e fertilizantes. Essa intensificação da sazonalidade da oferta de empregos decorre da redução da demanda de braços em determinadas etapas do calendário agrícola (plantio e tratos culturais) e do aumento dessa demanda na etapa da colheita. Também, decorre do aumento da descontinuidade da absorção de trabalhadores entre uma e outra dessas etapas do calendário agrícola.

Vale a pena observar mais atentamente essa intensificação da sazonalidade e suas consequências, para o caso da cana.

As operações da produção canavieira podem ser divididas em quatro (51):

- . Plantio, que coincide com a estação das chuvas, em janeiro e fevereiro (*);
- . Maturação do canavial, com duração de 15 a 18 meses;
- . Colheita, que ocorre entre junho e dezembro, coincidindo com a estiagem;
- . Reforma do canavial, que se inicia depois de cada corte, com os tratos culturais que preparam o novo corte.

A duração do canavial varia entre um mínimo de 3 cortes - que corresponde a uma duração muito baixa mas comum em várias regiões

=====
(*) *O Centro-Sul do país apresenta ainda uma outra época de plantio, em setembro, para a variedade conhecida como "cana-de-ano". Contudo, os vários inconvenientes que ela encerra - coincidência das operações de preparo do solo, plantio e tratos culturais com a colheita normal; riscos de perdas por falta de chuvas; menor rendimento agroindustrial - faz com que praticamente não seja cultivada na área de Guariba.*

do país - a um máximo de 5 cortes. Em Guariba, nas terras de propriedades das usinas (ou arrendadas pelas usinas) o tempo médio de duração do canavial é de 4,5 anos. Após esse período, segue-se a erradicação do canavial e um novo plantio. O intervalo entre essas operações é frequentemente utilizado para culturas intermediárias, geralmente de amendoim.

A operação quadrianual de plantio envolve a conservação do solo, o preparo da terra e o plantio das mudas. As duas primeiras atividades são essencialmente mecanizadas. Para a conservação do solo, máquinas e tratores constroem as curvas e os carregadores e fazem o terraceamento. Para o preparo do solo, caminhões e arados mecânicos fazem, sucessivamente, a calagem, a gradagem, a aração, a subsolagem e a gradagem leve. Já o plantio das mudas combina trabalhos mecanizados (como a sulcação e adubação, o transporte, carregamento e descarregamento das mudas, a cobertura das mudas e a aplicação de inseticidas, a limpeza do terreno) com trabalhos manuais (como a distribuição, corte e picação das mudas, a recobertura do plantio e a limpeza dos carregadores).

O ciclo produtivo anual envolve os tratos culturais (de maturação do canavial novo ou de reforma do canavial em produção) e a operação da colheita.

Os tratos culturais compõem-se de trabalhos mecanizados de subsolagem, adubação, cultivo e aplicação de herbicidas que exigem acompanhamento manual mínimo. O trabalho manual relevante nessa etapa consiste nas carpas.

A operação de colheita envolve o corte, o carregamento, o transporte e a catação da bituca. O corte (geralmente precedido da queima anterior, que aumenta a produtividade) é quase inteiramente manual e implica na mobilização intensa de mão de obra volante. O carregamento é mecanizado, mas exige o prévio empilhamento manual (*). O transporte é realizado por caminhões simples ou duplicados através de engate ("Romeu e Julieta"). A catação da bituca é outra atividade manual, realizada geralmente pelos volantes mais velhos, que não suportam o ritmo e o esforço do corte.

O conjunto dessas operações requer uma força de trabalho qualificada ou semi-qualificada, gerada pelas próprias demandas da mecanização parcial da lavoura canavieira. Trata-se da operação dos tratores e arados mecânicos que preparam o solo para o plantio, das máquinas de plantio, dos caminhões de calagem, dos instrumentos aplicadores de herbicidas e transportadores de mudas, das carretas de adubagem, das carregadeiras de cana e, finalmente, dos caminhões

=====

(*) *O empilhamento é realizado pelos próprios cortadores. As alterações decididas pelos produtores das áreas canavieiras de Jaboticabal e Guariba no sistema de corte e empilhamento, que passou de cinco para sete ruas na safra de 1983, provocaram tensão entre volantes e fornecedores já durante a colheita de 1983 e estiveram entre as causas da greve de volantes de Guariba em 1984. Sobre as implicações para produtores e trabalhadores dessas alterações no sistema de corte, ver José J. Gebara e José G. Baccarin (1984). Sobre as greves de volantes de 1984, ver Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1984).*

simples ou duplicados de transporte de cana (*). Assim, a mecanização induz a formação de uma mão de obra com uma certa especialização que, frequentemente, reside nas usinas ou nos estabelecimentos de grandes fornecedores.

E provavelmente essa parcela de trabalhadores que se encontra classificada na TABELA 59 sob o rótulo de "empregados permanentes". Os dados da tabela induzem a pensar num importante crescimento dessa categoria de trabalhadores na década de 1950 e um crescimento bastante moderado depois de 1960. Na realidade, além do mero aumento quantitativo, o que provavelmente ocorreu foi uma mudança de conteúdo da categoria assim classificada. Efetivamente, até 1960 essa categoria ainda abarcava um número considerável de colonos e semi-colonos remanescentes. Contudo, a derradeira erradicação do café na primeira metade dos sessenta suprimiu virtualmente o colonato e os

=====

(*) A intensificação da mecanização da agricultura de Guariba, com aumento de máquinas e de potência e ainda com substituição da força animal pela força mecânica pode ser observada pela tabela seguinte:

GUARIBA: UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS, 1960-1980

<i>Máquinas</i>	<i>1960</i>	<i>1970</i>	<i>1975</i>	<i>1980</i>
<i>Tratores (- de 10 C.V.)</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>1</i>
<i>Tratores (10 a 50 C.V.)</i>	<i>34</i>	<i>72</i>	<i>34</i>	<i>38</i>
<i>Tratores (50 a 100 C.V.)</i>	<i>0</i>	<i>87</i>	<i>175</i>	<i>246</i>
<i>Tratores (+ de 100 C.V.)</i>	<i>0</i>	<i>3</i>	<i>22</i>	<i>68</i>
<i>Total Tratores</i>	<i>34</i>	<i>162</i>	<i>232</i>	<i>353</i>
<i>Arados Animais</i>	<i>13</i>	<i>78</i>	<i>26</i>	<i>15</i>
<i>Arados Mecânicos</i>	<i>23</i>	<i>94</i>	<i>134</i>	<i>261</i>
<i>Colhedeiras</i>	<i>0</i>	<i>25</i>	<i>12</i>	<i>26</i>
<i>Máquinas de plantio</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>21</i>

Fonte: Censos (FIBGE)

regimes de trabalho híbridos produzidos na sua lenta dissolução. Já o Censo de 1970, e com mais razão os de 1975 e 1980, parecem ter classificado sob o velho rótulo de "empregados permanentes" essa parcela semi-qualificada de trabalhadores constituída recentemente sob o influxo da modernização técnica da agricultura (*).

Por outro lado, a drástica redução dos trabalhadores classificados como "empregados temporários" parece estar diretamente vinculada à expansão canavieira dos anos cinquenta e, mais especialmente, dos anos sessenta. Aparentemente, encontram-se aí misturados dois processos distintos, ambos explicáveis pelas características assumidas pela lavoura canavieira.

Uma parte desses trabalhadores (cuja magnitude é impossível determinar com os dados disponíveis) certamente compunha-se de semi-assalariados, que tinham algum tipo de acesso precário à terra. A expansão canavieira - e a intensa capitalização da produção agrícola que a acompanhou - determina uma valorização do solo que passa a excluir do horizonte econômico a utilização da terra em regime precário pelos trabalhadores para a produção de gêneros de

=====

(*) *Discutindo a mecanização do plantio e dos tratos culturais, José Graziano da Silva (1981: 109) observa:*
Essas atividades, por serem distribuídas por um período de tempo mais ou menos longo dentro do ano agrícola, eram rerealizadas pela mão-de-obra residente na propriedade. A mecanização dessas atividades - e de modo particular a tratorização - transforma, portanto, mão-de-obra permanente em temporária ao introduzir a descontinuidade resultante do menor tempo em que essas tarefas passam a ser realizadas. Ao mesmo tempo, opera-se uma mudança qualitativa: a mão-de-obra residente que permanece na propriedade passa a ter alguma especialização, tal como tratorista, motorista, capataz, etc...

auto-consumo. Torna-se mais vantajoso para o proprietário da terra substituir as formas de remuneração que envolvem essas modalidades de uso da terra pela remuneração inteiramente monetarizada, direcionando o uso do solo para a produção canavieira. A redução muito grande das áreas plantadas com milho e arroz nessas décadas reforça tais hipóteses (*).

Outra parte dos "empregados temporários" compunha-se de assalariados puros com contratos anuais, residentes ou não nos estabelecimentos. Esses devem ter sido praticamente suprimidos, e substituídos por volantes, que apresentam a vantagem de representar dispêndios unicamente sazonais, mesmo quando mais elevados por unidade de tempo. A possibilidade dessa substituição residiu na mecanização de diversas atividades parciais das operações agrícolas requeridas na produção canavieira (**).

A análise do calendário agrícola da lavoura canavieira permite compreender mais claramente a drástica sazonalidade na oferta de

=====
(*) Especialmente no caso do trabalhador residente que combinava o assalariamento com a produção de parte da sua alimentação, a elevação do preço das terras - que também é um reflexo da modernização da agricultura paulista - contribuiu decididamente para acelerar essa transformação na relação de trabalho, ao valorizar as áreas destinadas à produção de sua subsistência. José Graziano da Silva, *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*, Hucitec, São Paulo, 1981, p. 112.

(**) ...reduzido o tempo de trabalho e introduzida a descontinuidade no ciclo de produção dos bens agrícolas, é mais barato para o empregador pagar um salário mais elevado por um trabalhador adicional - mas pagar somente os dias de trabalho efetivo - do que mantê-lo durante o ano todo na propriedade. José Graziano da Silva, *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*, Hucitec, São Paulo, 1981, p. 112.

trabalho rural em Guariba no ano de 1980 que está refletida na ILUSTRAÇÃO 8.

Os meses de janeiro a abril apresentam duas importantes operações agrícolas: o plantio e a continuidade dos tratos culturais iniciados logo depois da colheita do ano anterior. Como vimos, o plantio utiliza trabalho manual para o plantio das mudas (distribuição, adubagem, corte e picação de mudas, recobertura do plantio e limpeza do carreador), mas trata-se de atividade complementar a um conjunto de trabalhos mecanizados. Já os tratos culturais envolvem um importante trabalho manual de carpa, que utiliza quantidade considerável de trabalhadores e consiste em atividade autônoma face aos trabalhos mecanizados dessa operação. O mês de fevereiro concentra, em Guariba, tanto trabalhos de carpa como de plantio, representando o primeiro grande pico de demanda de braços.

Maio assinala o início da colheita, que se prolonga até novembro. Essa operação concentra, de longe, a maior demanda de força de trabalho manual, especialmente na atividade de corte (mas subsidiariamente para a catação de bituca). Como revela a ILUSTRAÇÃO 8, a demanda de braços mantém grande estabilidade e um elevado patamar em todos esses meses. Além da colheita, o início sucessivo da operação de tratos culturais em diferentes estabelecimentos, à medida em que se vai completando a colheita, contribui para sustentar o nível de emprego. Nesses meses, um pico superior, que é o maior do ano, ocorre em setembro, quando colheita e tratos culturais combinam-se com o plantio esporádico e eventual das canas-de-ano.

Em dezembro, com o fim da safra, a demanda de braços cai virtualmente a zero. O número extremamente reduzido de volantes empregados dedica-se a carpas eventuais ou a trabalhos complementares às primeiras atividades mecanizadas de conservação e preparo dos solos para os novos plantios de janeiro e fevereiro.

A ILUSTRAÇÃO 8 reflete ainda os efeitos extremamente radicais do Pró-Alcool sobre o trabalho volante sazonal. Assim, em 1975, a sazonalidade da oferta de emprego produzia relações de demanda de braços de 2,79 entre o mês de maior demanda (setembro) e o de menor demanda (dezembro). Depois do primeiro quinquênio do Pró-Alcool esta relação saltou para 101,7, mantidos os meses de maior e menor demanda. Além disso, é interessante observar como o mês de menor demanda (dezembro) apresenta diminuição da demanda absoluta entre 1975 e 1980, confirmando a ampliação nas descontinuidades do trabalho observadas por José Graziano da Silva (1981: 108-109). Fica claro pela comparação desses dados que o período de implantação do Pró-Alcool gerou um novo padrão de produção agrícola, fundamentado em grande parte na sazonalidade da oferta de emprego.

Evidentemente, há um pressuposto indispensável para esse padrão de produção agrícola profundamente apoiado na sazonalidade da oferta de emprego: a prévia existência de um mercado de trabalho volante com as dimensões e a mobilidade capazes de responder às suas demandas singulares. Se a existência desse mercado de trabalho é uma realidade radicada num modelo de desenvolvimento econômico de corte essencialmente marginalizador, a reprodução desse mesmo mercado de trabalho apresenta implicações decisivas para os estilos de urbanização das áreas canavieiras do interior paulista.

3. Especificidade do Urbano no Território da Usina

As profundas transformações na base econômica regional e municipal promovidas pela implantação das usinas açucareiras, no final da década de 1940, impulsionaram uma rápida reação demográfica, revertendo o quadro de retrocesso populacional vivido no período anterior:

TABELA 60 - GUARIBA: DINÂMICA DEMOGRÁFICA, 1940-1985

	1940	1950	1960	1970	1980	1985
População	7085	6280	9042	11448	18896	23242 (*)
Índice 100 fixo	100	89	128	162	266	328
Índice 100 móvel	100	89	144	127	165	123

(*) Estimativa.

Obs: Dados de 1940 e 1950 para o Distrito de Guariba.

Fonte: Censos (FIBGE)

A dinâmica de incremento demográfico acelerado registrado pela tabela está vinculada diretamente à configuração de uma área de especialização canavieira.

Efetivamente, as décadas de 1950, 1960 e 1970 assinalaram a

retomada do crescimento demográfico da atual Região Administrativa de Ribeirão Preto, cuja população exibiu um incremento positivo de 21% em 1950-60, 19% em 1960-70 e de 28% em 1970-80, depois de decrescer cerca de 2% em 1940-50.

Contudo, essa retomada do crescimento demográfico implicou em uma profunda redistribuição intra-regional da população. Essa redistribuição significou, antes de tudo, uma intensa urbanização geral da população.

Em 1980, a Região Administrativa apresentava uma população urbana de 84,3% e apenas a Sub-Região de Ituverava tinha um pouco menos de 80% de população urbana. Todas as sub-regiões exibiam importantes incrementos positivos da população urbana e também significativos incrementos negativos da população rural no decênio 1970-80 (52). A formação de um exército de trabalhadores agrícolas urbanizados, vinculado ao crescimento da produção canavieira, constitui um dos aspectos marcantes desse processo geral de urbanização.

Essa urbanização processou-se, fundamentalmente, na direção dos maiores centros urbanos regionais e na direção das sedes dos municípios onde se iam definindo áreas de especialização canavieira.

A primeira linha de redistribuição populacional pode ser verificada pela tabela seguinte, que revela o crescimento intenso da população dos municípios onde se situam os mais importantes centros urbanos regionais:

TABELA 61a - R.A. RIBEIRÃO PRETO / EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ONDE ESTÃO OS GRANDES CENTROS URBANOS REGIONAIS, 1950-1980

	1950-60	1960-70	1970-80	1950-80
Ribeirão Preto (RP)	+58%	+50%	+50%	+255%
Franca (Fr)	+54%	+68%	+59%	+311%
Araraquara (Ar)	+34%	+30%	+28%	+122%
São Carlos (SC)	+42%	+39%	+40%	+177%
RP + Fr + Ar + SC	+48%	+46%	+45%	+215%
R.A. Ribeirão Preto	+21%	+19%	+28%	+ 82%
R.A. - <RP+Fr+Ar+SC>	+12%	+ 8%	+18%	+ 43%

Fonte: SEADE (1982: 45-50)

Assim, os quatro municípios que tinham mais de cem mil habitantes em 1980 cresceram a taxas significativamente superiores às médias regionais, e muito superiores às médias do resto da Região Administrativa (ou seja, da Região Administrativa com exclusão desses quatro maiores municípios). Dessa forma, se em 1950 os quatro maiores municípios representavam juntos 23% da população regional, em 1980 a participação dos quatro maiores municípios elevou-se a praticamente 40%.

A segunda linha de redistribuição populacional, praticamente tão significativa quanto a anterior, é extremamente reveladora:

TABELA 61b - DINÂMICA DEMOGRÁFICA: R.A.RIBEIRÃO PRETO / MUNICÍPIOS
 "CANAVIEIROS" (<+>), 1950-1980

	1950-60	1960-70	1970-80	1950-80
Sub-Região Jaboticabal	+13%	+14%	+26%	+ 63%
Guariba	+44%	+27%	+65%	+201%
Jaboticabal	+21%	+16%	+21%	+ 71%
Pitangueiras	+11%	+ 9%	+17%	+ 41%
S.Ernestina	+51%	+41%	+21%	+157%
Sub-Região de R.Preto	+32%	+24%	+38%	+127%
Sub-Região sem R.Preto	+19%	+ 7%	+26%	+ 61%
Barrinha	+89%	+29%	+49%	+264%
Dumont	+40%	-12%	+ 8%	+ 33%
Pontal	+31%	+ 4%	+22%	+ 67%
Pradópolis	+80%	+27%	+35%	+208%
Serrana	+36%	+22%	+59%	+165%
Sertãozinho	+55%	+19%	+66%	+205%
Sub-Região de Araraq.	+15%	+15%	+32%	+ 74%
Sub-Região sem Araraq.	+ 4%	+ 4%	+37%	+ 48%
A.Brasiliense	+73%	+32%	+121%	+406%
S.Lucia	+26%	+29%	+16%	+ 89%

(+) Municípios com área de cana igual ou superior à 40% da área dos estabelecimentos em 1980.

Fonte: SEADE (1982: 45-50)

Assim, ainda que a variedade de situações seja muito grande, fica configurada uma nítida tendência de concentração populacional nos municípios "canavieiros". Basta observar que, tomados em conjunto, os 12 municípios arrolados na TABELA 61b representavam 9,56% da população da Região Administrativa em 1950, passando a 11,76% em 1980. Tomando a Região Administrativa sem os quatro maiores municípios, os municípios "canavieiros" saltaram de uma participação de 11,07% em 1950 para 19,52% em 1980.

A Região Administrativa apresentou saldos migratórios decenais negativos no período 1940-1970, mas tais saldos negativos tendiam a declinar (-21,4% em 1940-50; -6,2% em 1950-60; -3,6% em 1960-70). No decênio 1970-80 a Região passa a exibir um saldo migratório positivo de 8,5%. Tanto o declínio dos saldos negativos como o saldo positivo da década de 1970 ligam-se ao crescimento das funções regionais das maiores cidades da Região Administrativa e também à expansão da atividade canavieira, que como vimos foi mais significativa após o lançamento do Pró-Alcool, em 1975. Este último fator é decisivo para explicar a tendência de concentração populacional nos municípios "canavieiros", que passam a receber fluxos migratórios intra e inter-regionais (53).

3.1. Formação da Força de Trabalho Agrícola Urbanizada

A emergência e rápido crescimento de uma massa de trabalhadores rurais proletarizados, submetidos a regime de assalariamento temporário e alta rotatividade de emprego, transformou num tempo relativamente curto o panorama social e econômico de inúmeras áreas do interior paulista.

Esse conjunto de transformações, caracteristicamente vinculadas a novos padrões de capitalização do setor agrícola paulista, chamou a atenção dos pesquisadores interessados no conteúdo sociológico das novas realidades em formação, originando importantes estudos de caso

produzidos na segunda metade da década de 1970 e durante a década de 1980. Trabalhos como os de Maria da Conceição D'Incao (1975), Vinicius Caldeira Brant (1977) e Maria de Lurdes Scarfon (1979) foram marcos significativos nessa linha de investigações porque se preocuparam em percorrer o caminho que liga pendularmente a realidade empírica aos conceitos e teorias gerais voltadas para a tradução dos novos padrões da acumulação capitalista no país. Essa opção pelo mais difícil resultou tanto em explicações originais dos casos estudados como num esclarecimento de posições, teorias e conceitos aplicados ao tratamento da acumulação capitalista em formações periféricas.

Vinicius Caldeira Brant (1977) tomou como alvo de investigação a Alta Sorocabana de Assis, enfocando o percurso de desaparecimento do colono e de emergência do bóia-fria.

Em seu trabalho, o bóia-fria ficava caracterizado por dois traços peculiares: a - separação entre o trabalhador rural e os meios de produção e subsistência; b - permanente instabilidade no emprego. A origem dessa camada de trabalhadores proletarizados era atribuída ao tipo de desenvolvimento das "formas de apropriação da terra" e dos "níveis de acumulação de capital".

Essas caracterizações encontravam um quadro explicativo mais amplo na noção de uma "ruptura" dos esquemas históricos de migração rural-urbana via uma crescente aproximação dos custos de subsistência da força de trabalho da cidade e do campo em função da supressão progressiva das economias não-monetárias no campo. Um "novo grau" de unificação do mercado de trabalho urbano-rural constituía o resultado desses processos.

No fundo do universo conceitual proposto estava a idéia ousada de um rompimento da articulação histórica entre o primitivismo no campo e a modernização nas cidades que fundamentou a acumulação capitalista a partir da década de 1930, moldando e impulsionando a migração rural-urbana característica da redistribuição espacial da força de trabalho no período de constituição de uma economia e um mercado nacionais. O conteúdo desse rompimento, efetivado entre as décadas de 1960 e 1970, residiria num novo patamar de unificação entre os investimentos capitalistas alocados na cidade e no campo com repercussões diretas nas relações de trabalho e de produção na agricultura (*).

=====
(*) Por certo ainda falta muito para que a organização da agricultura brasileira em termos empresariais modernos esteja completamente generalizada. A combinação entre grande e pequena agricultura, de um lado, e entre relações de produção "primitivas" e "modernas", de outro, continua a oferecer o padrão de equilíbrio entre a expansão da fronteira de exploração econômica do campo e as transformações internas do processo produtivo. Mas, ao contrário da suposição ingenuamente compartilhada pelos adeptos da teoria da modernização e pelos da teoria da revolução democrático-burguesa a completar, não é o imobilismo (ou a "resistência à mudança"), próprio de relações "tradicionais", "pré-capitalistas" ou "semi-feudais", que vem caracterizando as áreas rurais brasileiras. É, ao contrário do que prognosticava a teoria do "desenvolvimento do subdesenvolvimento", a miséria crescente entre as massas rurais não representa um empobrecimento do campo enquanto tal, mas revela-se como a contrapartida de uma intensa acumulação na agropecuária. De resto, a persistência e a recriação de relações não-assalariadas de produção não constituem singularidade das áreas rurais. Processo análogo ocorre nas cidades, em que a produção artesanal e outras formas de economia pequeno-burguesa coexistem e se articulam com a concentração industrial. Vinicius Caldeira Brant, Do Colono ao Bóia-Fria: Transformações na Agricultura e Constituição do Mercado de Trabalho na Alta Sorocobana de Assis, Estudos CEBRAP 19, São Paulo, 1977, p. 40.

Nessa linha, Brant aponta no surgimento e crescimento do exército de assalariados rurais temporários uma evidência decisiva das transformações sofridas pelas empresas agropecuárias, ou seja, das novas formas de investimento capitalista no campo vinculadas a um patamar específico de unificação entre a economia urbana e a economia rural.

A força da explicação proposta reside na escala macro em que o fenômeno é inserido: a evolução dos padrões gerais da acumulação no país. Nesse contexto explicativo, fatores como a concentração da propriedade fundiária, as transformações sofridas pelo uso da terra, a mecanização parcial das unidades produtivas e do ciclo produtivo e as mudanças na legislação trabalhista surgem como epifenômenos, como formas de realização de tendências inscritas na lógica da acumulação capitalista. Essa abordagem do problema consegue situar o particular (o exército de bóias-frias emergente na Alta Sorocabana de Assis) como manifestação de tendências gerais, ao mesmo tempo em que enriquece a compreensão dessas tendências gerais pela análise da sua realização como singularidade.

A fraqueza da abordagem de Brant parece decorrer do impacto da novidade histórica, de uma certa atração pela generalização impressionista que o leva a afirmar que "de uma forma ou de outra...essas regiões mostram o futuro das demais" (p. 40), como se a disseminação do assalariamento rural temporário constituísse uma espécie de destino lógico da produção agrícola. Aqui, aparece, nítido e transparente, o recorrente preconceito positivista de uma determinada leitura do marxismo obsecada pela determinação de uma

linha histórica evolutiva, pela idéia de uma férrea substituição de relações de trabalho direcionada para um fim ou resultado histórico (*).

A idéia contrária, que afirma a coexistência de tempos históricos em descompasso e que enxerga aí o cerne das contradições colocadas pela acumulação do capital, assume especial importância para a investigação geográfica se se tem em conta que o descompasso dos tempos históricos presente na formação social tem uma expressão espacial que surge como divisão territorial do trabalho. Produzindo e reproduzindo relações de trabalho e de produção "novas" e "atrasadas" no conjunto da economia nacional, a acumulação capitalista territorializa as formas de produção do valor, qualificando

=====

(*) José de Souza Martins capta, em uma crítica a Sérgio Silva, esse preconceito teórico que tende a suprimir as contradições produzidas pela coexistência de diferentes "tempos históricos" numa única formação social:

As formas atrasadas são, nessa concepção, simplesmente reproduzidas e não compõem a reprodução ampliada das contradições sociais. Para Sérgio Silva, o "velho" não é criado simultaneamente como o "novo". Essa dificuldade transparece na idéia de que as formas atrasadas do capitalismo no campo não são produzidas no processo de acumulação - mas apenas reproduzidas - e constituem limites internos à acumulação do capital... Para ele, o capital subordina, mas não produz, as relações pré-capitalistas. Por isso mesmo, o capital não as re-produz. O problema fundamental nas análises de Sérgio Silva está na falta de discernimento do que é contradição social em relação ao que é temporalidade das relações sociais. O atrasado (conceito que envolve uma certa noção de tempo) é, para ele, pré-capitalista, mesmo que transformado. O que ele não percebe... é que o processo de transformação não recria, simplesmente, o atraso (o "passado"), mas cria a contradição do presente, produz o desenvolvimento desigual do capital, o descompasso dos diferentes tempos que determinam essa relação social que é a relação capitalista. José de Souza Martins, A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova República", Hucitec, São Paulo, 1986, pp. 138-139.

diferenciadamente os lugares e subsumindo-os em conjunto à lógica da reprodução que comanda o sistema em sua totalidade.

Nessa perspectiva, nem a Alta Sorocabana de Assis nem Guariba e nem qualquer outra área marcada pela disseminação e quase exclusividade do trabalho assalariado temporário "mostram o futuro das demais". Essas áreas não são "casos exemplares" ou "modelos" do desenvolvimento capitalista no campo, mas precisamente singularidades: lugares que contém em si os resultados das tendências de conjunto da acumulação, revelando a lógica de que se reveste. Não "mostram o futuro" dos outros lugares: são produto do presente deles e, ao mesmo tempo, produzem esse presente.

A redistribuição populacional entre os segmentos urbano e rural do município de Guariba assinala a constituição definitiva de um exército de trabalhadores volantes rurais cuja reprodução realiza-se no espaço urbano:

TABELA 62a - MUNICIPIO DE GUARIBA: POPULAÇÃO, 1940-1980

Ano	População Total	Urbana	Rural	% Pop. Urbana
1940 (+)	7085	1845	5240	26%
1950 (+)	6280	2109	4171	34%
1960	9081	4663	4418	51%
1970	11745	9242	2503	79%
1980	18893	16340	2553	86%

(+) Dados para o Distrito de Guariba.

Fonte: Censos (FIBGE)

A evolução desse processo de redistribuição populacional no município fica mais clara através das tabelas seguintes:

TABELA 62b - MUNICIPIO DE GUARIBA:
DINAMICA DA POPULAÇÃO RURAL, 1940-1980

	1940	1950	1960	1970	1980
População	5240	4171	4418	2503	2553
Índice 100 fixo	100	80	84	48	49

Obs: Dados de 1940 e 1950 para o Distrito de Guariba.

Fonte: Censos (FIBGE)

TABELA 62c - MUNICIPIO DE GUARIBA:
DINAMICA DA POPULAÇÃO URBANA, 1940-1980

	1940	1950	1960	1970	1980
População	1845	2109	4663	9242	16340
Índice 100 móvel	100	143	221	198	177

Obs: Dados de 1940 e 1950 para o Distrito de Guariba.

Fonte: Censos (FIBGE)

O incremento muito intenso e praticamente constante da população urbana, depois de 1950, foi parcialmente alimentado pelo êxodo rural no interior dos limites do município. Esse processo foi responsável pela estagnação da população rural nos decênios 1950-60 e 1970-80 e pelo decréscimo absoluto e radical da população rural na década de 1960, quando a rápida expansão canavieira estreitava a capacidade de absorção de força de trabalho pelo segmento rural.

Antigos moradores recordam-se ainda dos sucessivos processos de expulsão de colonos, parceiros e pequenos proprietários nas décadas

de 1940, 1950 e 1960. A partir dos anos cinquenta, com a implantação e crescimento das usinas canavieiras, as antigas colônias, muitas já parcialmente abandonadas, eram derrubadas pelos usineiros ou pelos fornecedores. E o que acontece especialmente com as grandes colônias remanescentes nas fazendas São Bento, São José do Furtado, Barreiro (onde se localizava a estação Hammond) e São Joaquim. Uma parcela considerável dos trabalhadores assim expulsos transformava-se em volantes. Outros, conseguiram tornar-se agenciadores de mão de obra ("gatos") ou capatazes nas usinas. Alguns pequenos proprietários transformaram-se em fornecedores de cana ou alienaram as suas terras e fixaram-se como pequenos comerciantes na cidade.

Contudo, o incremento acelerado da população urbana dependeu também da atração de fluxos migratórios originados tanto na Região Administrativa como em outras regiões do estado ou do país. Os fluxos migratórios mais significativos aparecem na tabela seguinte:

TABELA 63 - GUARIBA: PROCEDENCIA DOS
NÃO-NATURAIS DO MUNICIPIO, 1970 e 1980

	1970	1980 (+)
Estado de S.Paulo	4050 (78,4%)	2186 (43,2%)
Minas Gerais	420 (8,1%)	1476 (29,2%)
Paraná	71 (1,4%)	983 (19,4%)
Nordeste	554 (10,7%)	339 (6,7%)
Outros	70 (1,4%)	74 (1,5%)
Total	5165 (100,0%)	5058 (100,0%)

(+) Dados restritos aos não-naturais entrados a partir de 1970.

Fonte: Censos (FIBGE)

A comparação dos dados para os anos de 1970 e 1980 revela tanto a aceleração dos fluxos (já que os migrantes entrados entre 1970 e 1980 correspondiam praticamente ao contingente total de migrantes registrados em 1970) como uma redefinição significativa das áreas de origem desses movimentos migratórios. Em 1970, o predomínio do estado de São Paulo como foco originário dessas migrações é quase absoluto, enquanto o decênio 1970-80 correspondeu a uma redução relativa dos fluxos provenientes de São Paulo e aumentos muito importantes dos fluxos provenientes de Minas Gerais e do Paraná.

O ritmo dos fluxos migratórios parece ter sido intenso nos anos cinquenta, experimentando um arrefecimento relativo na década seguinte e uma radical intensificação no decênio 1970-80, especialmente após o lançamento do Pró-Alcool:

TABELA 64a - GUARIBA: TEMPO DE RESIDENCIA DOS NAO-NATURAIS, 1960-1980

	1960		1970		1980	
Não-Naturais	4362	100%	5165	100%	7990	100%
Menos de 1 ano	378	9%	705	14%	1383	17%
1 a 5 anos	1241	28%	1143	22%	3092	39%
6 a 10 anos	974	22%	810	16%	567	7%
11 anos e mais (+)	1765	40%	2507	48%	2932	37%

(+) Para 1980, trata-se dos não-naturais residentes a 10 anos e mais.

Fonte: Censos (FIBGE)

A população não-natural cresceu 18,4% entre 1960 e 1970, provavelmente menos que o crescimento durante a década de 1950, já que a distribuição relativa do tempo de residência aponta uma concentração maior na faixa de 11 anos e mais para 1970.

Durante os anos cinquenta, ao lado do contingente principal de volantes provenientes do próprio estado de São Paulo, a implantação e consolidação das usinas açucareiras na área de Guariba começava a atrair quantidades crescentes de nordestinos, destacadamente pernambucanos, alagoanos, cearenses e paraibanos. Eles chegavam através da nova ligação rodoviária Rio-Bahia e depois através dos trens da Paulista, que só seriam desativados em meados dos anos sessenta.

O arrefecimento das migrações para Guariba durante a década de 1960 talvez possa ser explicada a partir da coincidência entre o período de forte expansão canavieira (na primeira metade da década) e a erradicação das últimas e grandes áreas de cafezais que desenvolveu-se junto com a eliminação do colonato. A liberação da força de trabalho numerosa constituída pelos colonos remanescentes, acelerada depois da extensão da legislação trabalhista ao campo (1962), deve ter resultado numa rápida ampliação do contingente local de volantes, estreitando conseqüentemente o mercado de trabalho para os migrantes. Por outro lado, isso não impediu que o decênio 1960-70 assinalasse a entrada de expressiva quantidade de migrantes de São Paulo e da Bahia, além de uma certa quantidade de mineiros do Vale do Jequitinhonha que antecipavam a principal corrente migratória da década seguinte.

A aceleração radical do ingresso de migrantes nos anos setenta e principalmente depois de 1975 pode ser verificada pela tabela seguinte:

TABELA 64b - GUARIBA: TEMPO DE RESIDENCIA DOS NAO-NATURAIS,
1970-1980

	1970	1980	Crescimento 1970-80
Não-Naturais	5165	7980	54,7%
Menos de 1 ano	705	1383	96,2%
1 ano	256	837	226,9%
2 anos	132	895	578,0%
3 anos	300	576	92,0%
4 anos	268	357	33,2%
5 anos	187	427	128,3%
6 a 10 anos (+)	810	567	-30,0%
11 anos e mais (+)	2507	2932	16,9%

(+) Para 1980, a penúltima linha corresponde aos residentes há 6 a 9 anos e a última linha aos residentes a 10 anos e mais.

Fonte: Censos (FIBGE)

Nitidamente, a aceleração do afluxo migratório da década de 1970 correspondeu à conjuntura sigular da segunda metade do período, quando o crescimento espetacular da lavoura canavieira redundou em uma absorção extremamente elevada de trabalhadores migrantes. A magnitude do movimento de capitais engajados pelo Pró-Alcool refletia-se na catalização de correntes migratórias cada vez mais ritmadas pela sazonalidade do emprego na colheita canavieira.

Com o Pró-Alcool, as migrações predominantes passaram a se originar no norte semi-árido de Minas Gerais, na área do

Jequitinhonha, onde os fundamentos tradicionais da existência e reprodução dos minifundistas desmantelavam-se sob o impacto combinado da transformação das fazendas agropastoris em pastagens extensivas e da penetração de empresas madeireiras nacionais e multinacionais nas áreas de chapadas (54).

Em sua maior parte, os migrantes provenientes de Minas Novas, Berilo, Araçuaí, Padre Paraíso, Capelinha e outros municípios do vale do Jequitinhonha experimentavam processos de ruptura com a exploração familiar da terra, cuja continuidade encontrava-se inviabilizada. Percorrendo o trajeto histórico que o despia da condição de pequeno proprietário e o transformava em proletário rural, o migrante do Jequitinhonha tornava-se amiúde volante sazonal, permanecendo em Guariba nos meses da colheita da cana e retornando à terra dos parentes na entressafra (*).

=====
(*) *A pendularidade desses migrantes, entre o Jequitinhonha e as áreas canavieiras paulistas, configura não apenas uma oscilação geográfica mas ainda uma oscilação entre duas condições sociais distintas. No Jequitinhonha, materializa a economia camponesa do excedente em vias de extinção; em São Paulo, a cristalização de um exército urbano de trabalhadores assalariados rurais que forma uma parcela do capital variável da agroindústria canavieira. A solidariedade entre essas duas condições ilumina processos singulares de subsunção da totalidade diferenciada da economia rural à lógica do capital. Efetivamente, ao contribuir para a reprodução do trabalhador rural no período da entressafra, a economia do excedente do Jequitinhonha opera uma transferência de excedentes para a economia capitalista das áreas canavieiras paulistas, na forma de força de trabalho semi-proletarizada.*

No final dos anos setenta, uma outra corrente migratória, proveniente do norte do Paraná, vem juntar-se à corrente do Jequitinhonha. Esse fluxo de trabalhadores do Paraná resulta da transformação de áreas cafeicultoras, algodoceiras ou policultoras em zonas sojicultoras especializadas, fundadas na mecanização integral dos processos produtivos.

Alguns anos depois, no início da década de 1980, os migrantes paranaenses chegaram a constituir provavelmente a maioria dos volantes entrados em Guariba, em função do fechamento da Usina Central de Porecatu, de propriedade de Wolney Atalla, que liberou uma massa considerável de cortadores de cana e também alguns auxiliares e técnicos de usina. Nesse caso, diferentemente dos migrantes do Jequitinhonha, realizavam-se transferências de força de trabalho no interior de áreas marcadas por relações de trabalho e produção homogêneas, operando-se apenas um movimento espacial de um exército de trabalhadores assalariados já plenamente constituído.

Um outro aspecto do mesmo processo reside no fato de que o crescimento acelerado do segmento urbano de Guariba expressa também movimentos de urbanização em escalas macro-regionais ou inter-regionais. É significativo que a parcela dos migrantes que se fixou na área urbana do município, absolutamente predominante, seja originária em grande parte do meio rural:

TABELA 65 - PROCEDENCIA DOS NAO-NATURAIS DE GUARIBA, 1970 e 1980

	1970	1980
Total de Não-Naturais	5165 (100 %)	7961 (100 %)
de Zona Urbana	2060 (39,9%)	4012 (50,4%)
de Zona Rural	3105 (60,1%)	3949 (49,6%)
Não-Naturais na Z.Urbana	4215 (81,6%)	6437 (80,8%)
de Zona Urbana	1705 (33,0%)	3400 (42,7%)
de Zona Rural	2510 (48,6%)	3037 (38,1%)
Não-Naturais na Z.Rural	950 (18,4%)	1524 (19,6%)
de Zona Urbana	355 (6,9%)	612 (7,7%)
de Zona Rural	595 (11,5%)	912 (11,5%)

Fonte: Censos (FIBGE)

A tabela mostra o absoluto predomínio do segmento urbano como destino dos fluxos migratórios, mas também a participação decisiva da zona rural como origem desses fluxos. No período anterior a 1970, a zona rural predominava como local de origem, revelando processos de êxodo rural predominantemente intra-estaduais e, possivelmente, em grande parte intra-regionais. Assim, o crescimento da cidade de Guariba parece ter se beneficiado dos movimentos de repulsão demográfica bastante intensos nos inúmeros municípios da Região Administrativa.

Na década de 1970 a zona rural deixa de ser predominante como local de origem. Os dados de 1980 revelam que os migrantes entrados no intervalo 1970-80 procediam em larga maioria da zona urbana, o que indica um patamar mais elevado de constituição de um exército de trabalhadores rurais completamente separados da terra. Esse exército apresenta uma ampla mobilidade espacial, deslocando-se tanto no interior do estado de São Paulo como do norte paranaense e vale do Jequitinhonha mineiro.

Assim, a expansão acelerada do segmento urbano do município está condicionada diretamente pela cristalização de um contingente de assalariados rurais que participam sazonalmente da atividade agroindustrial. Os processos constitutivos desse exército de volantes realizam-se na escala nacional, materializando a dinâmica da divisão territorial do trabalho que opera transferências intra e inter-regionais da força de trabalho.

3.2. O Paradoxo do Crescimento Urbano

Maria da Conceição D'Incao (1975) e Maria de Lurdes Scarfon (1979) foram levadas a operar no terreno da polêmica que envolve os conceitos explicativos da marginalidade social, a fim de situar em quadros teóricos precisos a existência e expansão da mão de obra volante. Por caminhos diferentes, ainda que paralelos, ambos os trabalhos submetem à crítica os conceitos explicativos da

marginalidade social propostos por Luiz Pereira (*), Anibal Quijano Obregon (***) e José Nun (****).

Conceição D'Incao (1975) tomou como suporte de investigação a Alta Sorocabana de Presidente Prudente e Presidente Venceslau, áreas marcadas pelo domínio extensivo das pastagens e pela retração das

=====
(*). "Populações Marginais", in Estudos sobre o Brasil contemporâneo, Pioneira, São Paulo, 1971. Nesse trabalho, procura-se caracterizar a marginalidade social não com referência à acumulação do capital mas em função de indicadores de nível de consumo, num movimento teórico de desagregação da unidade concreta da produção capitalista nos momentos da "produção" e do "consumo", escamoteando-se o fato de que a produção capitalista é, também e antes de tudo, produção de força de trabalho.

(**). "La formation d'un univers marginal dans le villes d'Amérique Latine", in Espaces et Sociétés 3, Julio, Paris, 1971. Nesse trabalho, a determinação da marginalidade social aparece com referência à acumulação do capital. Contudo, mesmo negando explicitamente o valor das explicações dualistas e afirmando a unidade contraditória das formações sociais, o autor retoma o dualismo através do conceito de "pólo marginal", dicotomicamente oposto aos setores hegemônicos e monopolistas. Milton Santos (1979: 32, 33, 34, 35, 36) enxerga no estudo de Quijano a qualidade de representar um produto da pesquisa empírica, não uma teorização abstrata. Sobre a noção de "pólo marginal", ver as críticas de Lúcio Kowarick (1977: 102, 103, 104, 105) e Paul Singer (1973: 88).

(***). "Superpoblación Relativa, Ejército Industrial de Reserva y Masa Marginal", in Revista Latinoamericana de Sociología, vol. 5 (2), julio, 1969. Esse trabalho procura acrescentar uma nova noção, a de "massa marginal" aos conceitos marxistas de superpopulação relativa e ejército industrial de reserva. A idéia decorre da suposição de que, sob o capitalismo monopolista e periférico, o crescimento desmesurado das populações marginalizadas geraria o aparecimento de uma massa populacional disfuncional, excedente, um verdadeiro "excedente do excedente". Fernando Henrique Cardoso (1972: 181) critica essa proposta, não tanto pelo que ela explica mas principalmente por aquilo que deixa sem explicação. Milton Santos (1979: 29, 30, 31) vai mais longe e vê na noção e na discussão que suscitou "uma espécie de orgia epistemológica sem sentido".

culturas alimentares de subsistência. Contextualizando os processos de urbanização verificados, o trabalho aponta o avanço do latifúndio pecuarista e a desagregação da pequena propriedade, em percurso de desaparecimento, como fatores determinantes do esvaziamento do campo. Contudo, esses processos são encarados sob o prisma das alterações na composição orgânica do capital investido no campo: é o incremento da parcela constante do capital que condiciona a supressão das culturas alimentares e dos trabalhadores residentes nas fazendas, destruindo as relações de trabalho e de produção engendradas em uma fase anterior (*).

A urbanização estudada envolve dois fluxos, analiticamente distintos: a - um fluxo de colonos, parceiros e sitiante cujas condições de reprodução foram suprimidas e que se transformaram em assalariados rurais e habitantes do urbano; b - um fluxo de migrantes inter-regionais, provenientes do Nordeste, atraídos pela oferta local de empregos. Esses fluxos materializam a formação de uma superpopulação relativa ou população marginal que é produzida pelas

=====
(*). No seu trabalho, D'Incao utiliza o modelo célebre proposto por Otávio Guilherme Velho, que relaciona o Número Máximo de Camponeses de um sistema com os fatores abundância de terra, escassez de mão de obra e isolamento face ao mercado nacional e, por oposição, o Número Máximo de Proletários Rurais com os fatores escassez de terra, abundância de mão de obra e integração no sistema nacional.

Esse modelo polar tem a vantagem de estabelecer uma descrição das condições características que acompanham a instalação de uma área agrícola fundada no trabalho do bóia-fria, e de suscitar o questionamento relativo às causas estruturais que produziram tais condições.

necessidades da acumulação e pelas formas concretas que ela assume. É nessa perspectiva que D'Incao submete à crítica a noção de que a mecanização parcial do ciclo produtivo agrícola está na raiz do emprego de trabalhadores temporários: é a presença da superpopulação relativa, engendrada pela lógica da acumulação capitalista, que determina limites para a mecanização dos processos produtivos e configura um mercado de trabalho marcado pela instabilidade e pela sazonalidade.

A análise dos custos agrícolas de produção canavieira na área de Guariba revela o peso proporcionalmente pequeno dos dispêndios com a força de trabalho volante empregada na colheita manual.

Os custos agrícolas de produção podem ser subdivididos em duas macro-atividades básicas:

- . Custos para Plantio, envolvendo um ciclo de quatro a cinco anos até a renovação do canavial;
- . Custos para Soqueiras, envolvendo um ciclo anual que compreende os tratos culturais e a colheita.

A tabela seguinte sintetiza os custos desagregados da primeira dessas macro-atividades:

TABELA 66a - GUARIBA: CUSTOS PARA PLANTIO DE CANA (HECTARE), 1986

	CZ\$	%
Operações Mecanizadas	3.725,55	44,1
Operações Manuais	832,26	9,8
Insumos	2.627,50	31,1
Mudas	1.269,50	15,0
Total	8.454,81	100,0

Fonte: Cooperativa dos Produtores de Cana de Guariba

A matriz de custos sintetizada na tabela acima compreende a renovação do canavial.

As operações manuais estão limitadas quase exclusivamente ao corte e plantio das mudas e limpeza dos carregadores, além das carpas na fase dos tratamentos culturais.

As operações mecanizadas compreendem praticamente a integralidade das fases de conservação do solo, preparo do terreno para o plantio e ainda envolvem parcialmente as fases de manejo das mudas, plantio e tratamentos culturais.

Uma parcela extremamente elevada dos custos totais está ligada aos insumos e à aquisição das mudas (que, juntos, perfazem cerca de 45% dos custos totais).

Mas os custos para plantio ocorrem, para cada canavial, a intervalos de quatro ou cinco anos, em média. Os custos anuais são aqueles dedicados às soqueiras em produção e envolvem as fases de tratamentos culturais e colheitas.

Os custos anuais com as soqueiras aparecem desagregados a seguir:

TABELA 66b - GUARIBA: CUSTOS PARA SOQUEIRAS DE CANA (HECTARE), 1986

	CZ\$	%
Tratos Culturais / Total	761,36	14,8
Operações Mecanizadas	394,75	7,7
Operações Manuais	366,61	7,1
Colheita / Total	2.377,65	46,3
Operações Mecanizadas	1.287,65	25,1
Operações Manuais	1.090,00	21,2
Insumos / Total	1.997,64	38,9
Total	5.136,65	100,0

Fonte: Cooperativa dos Produtores de Cana de Guariba

Conforme demonstra a tabela, as operações manuais representam menos da metade dos custos de colheita, e menos de um quarto do conjunto dos custos anuais com as soqueiras. Mas a tabela seguinte desvenda mais precisamente a composição geral de custos do processo agrícola, envolvendo plantio e soqueiras num ciclo médio de quatro anos e meio:

TABELA 66c - GUARIBA: PROPORÇÃO DE CUSTOS DAS OPERAÇÕES MANUAIS DE COLHEITA SOBRE OS CUSTOS AGRICOLAS DA PRODUÇÃO DA CANA, 1986 (+)

	Custos Globais	Colheita Manual
Custos de Plantio	8.454,81	----
4,5 X Custos de Soqueiras	23.114,92	----
4,5 X Colheita Manual	----	4.905,00
Total	31.569,73	4.905,00 (15,5%)

(+) Custos expressos em CZ\$, para um hectare de cana.

Fonte: Cooperativa dos Produtores de Cana de Guariba

Assim, a proporção significativamente baixa dos custos da colheita manual no conjunto da produção agrícola canavieira aparentemente retardam o avanço da mecanização da atividade, apesar da existência de máquinas colhedoras bastante adaptadas às variedades de cana mais cultivadas, já testadas pelas usinas São Martinho e Bonfim.

A partir da década de 1950, a crescente especialização canavieira da área de Guariba foi redefinindo as funções dos segmentos rural e urbano do município.

A expansão do segmento urbano do município - que é um resultado necessário do processo de constituição de um proletariado agrícola urbanizado e representa o fundamento indispensável da acumulação de capital no setor agroindustrial - realça a profunda ruptura entre os segmentos urbano e rural do município. Ao contrário da solidariedade básica que esses dois segmentos exibiam na fase cafeeira, torna-se agora quase um absurdo referir-se ao segmento rural da cidade de Guariba. Na realidade, o segmento "rural" só é "rural" numa acepção puramente formal da expressão, na medida em que se comporta como uma seção agrícola da produção agroindustrial vinculada aos mercados nacionais e à divisão inter-regional do trabalho.

Por outro lado o segmento "urbano" também só é "urbano" em função da inércia da linguagem: mesmo desempenhando o papel de "locus" da reprodução da força de trabalho engajada na atividade agroindustrial, a cidade de Guariba perdeu completamente a capacidade de polarização da "sua" hinterlândia, cuja dinâmica está definida pela espacialidade própria à empresa agroindustrial que opera em escalas extra-municipais.

O segmento urbano passou a funcionar, progressivamente, como "locus" da reprodução da força de trabalho rural empregada nas atividades vinculadas à agroindústria canavieira. Essa função específica, que não é a única mas que indiscutivelmente preside o desenvolvimento do segmento urbano, integra de maneira muito particular a pequena cidade na formação das condições gerais da reprodução do capital investido na economia canavieira. Isso porque a pequena cidade perdeu inteiramente o domínio que exercia sobre a sua hinterlândia, na medida em que a espacialidade própria à agroindústria canavieira marginaliza quase completamente a escala urbana local.

No caso das usinas da área de Guariba, uma enquete junto aos departamentos Agrícola e Industrial revelou uma independência completa face à sede do município no que toca ao fornecimento de máquinas e implementos agrícolas. Os fornecedores localizam-se em Ribeirão Preto (LION, da Caterpillar e SANTAL), Araraquara (TARRAF, da Scania), Sertãozinho (DMB, implementos agrícolas) ou ainda Jaboticabal (STEFANI, da Massey-Ferguson, TRATORASA, da Ford e ARADOR, implementos agrícolas), Matão (TATU) e Pompéia (SANISPLAY-JACTO). Por outro lado, mesmo no que concerne à mão de obra as usinas procuram estabelecer determinados padrões de autonomia, tanto no que se refere aos funcionários qualificados administrativos ou industriais como a um núcleo mais ou menos fixo de trabalhadores rurais que permanece empregado durante o ano inteiro. Os primeiros têm residências junto às

usinas (são quinhentos na Santa Adélia e duzentos na São Carlos, por exemplo) e os segundos são alojados nos barracões, que também recebem pequenas quantidades de safristas (55).

A evolução da estrutura ocupacional de Guariba ajuda a desvendar as repercussões dessa definição funcional do segmento urbano:

TABELA 67a - GUARIBA: POPULAÇÃO ATIVA, 1960-1980

	PEA	NAO-PEA	TOTAL
1960	2944 (33%)	6098 (67%)	9042
1970	4174 (36%)	7274 (64%)	11448
1980	7719 (41%)	11177 (59%)	18896

Fonte: Censos (FIBGE)

O crescimento relativo da PEA, de 33% para 41% no período, configura um processo extremamente significativo (trata-se efetivamente de nada menos que um crescimento de 24%).

Esse crescimento corresponde à progressiva dissolução dos fundamentos da unidade familiar de trabalho, que conhecia uma lenta desintegração nas décadas anteriores. Ele lança contingentes novos de trabalhadores no mercado formal de trabalho, subordinando diretamente ao capital indivíduos antes integrados como dependentes no núcleo familiar. Nesse sentido, representa um alargamento das bases sobre as quais se desenvolve a produção especificamente capitalista, tanto nos setores econômicos secundário e terciário como na agropecuária.

Esse alargamento relativo da massa de assalariados aparece mais claramente através da tabela seguinte, que o desagrega pelos setores da economia:

TABELA 67b - GUARIBA: PROPORÇÕES DA PEA E DA NAO-PEA
POR SETORES DA ECONOMIA, 1960-1980

	1960	1970	1980 (+)
Agropecuária: PEA (I)	2185	2718	4391
Agropecuária: NAO-PEA (II)	3870	4097	5394
Agropecuária: II/I	1,77	1,51	1,22
Indústria: PEA (I)	245	452	1678
Indústria: NAO-PEA (II)	549	964	2484
Indústria: II/I	2,24	2,13	1,48
Outras Ativ.: PEA (I)	514	1004	1650
Outras Ativ.: NAO-PEA (II)	1186	1361	2153
Outras Ativ.: II/I	2,32	1,36	1,30
Inativos	483	852	1146

(+) Para 1980, os dados só discriminam os setores de dependência para a população de 10 anos e mais. Na tabela, a população de menos de 10 anos foi distribuída pelos três setores de dependência de acordo com os percentuais respectivos da PEA.

Fonte: Censos (FIBGE)

Desde 1960, a agropecuária representa o setor econômico com menor capacidade de absorção de dependentes, o que denuncia um grau já bastante elevado de desintegração da unidade familiar de trabalho. Com a disseminação do assalariamento temporário na economia rural essa capacidade de absorção de dependentes experimentou novas reduções.

Entretanto, os setores secundário e terciário conheceram também reduções significativas na capacidade de absorção de dependentes, com o terciário chegando a absorver menos dependentes que a agropecuária em 1970.

A redução da absorção de dependentes nos três setores indica um grau elevado de unificação do mercado de trabalho, com a

intensificação da fluidez entre os diferentes compartimentos da economia. Assim, as reduções relativas da massa de dependentes expressam o ingresso acelerado das mulheres e menores no mercado de trabalho formal ou, o que dá no mesmo, a disseminação do assalariamento dos membros da família como estratégia de ampliação da renda global familiar.

Evidentemente, os setores com menor proporção de dependentes são aqueles que concentram o trabalho de mulheres e menores e que funcionam em maior escala como fontes de complementação da renda familiar. E o que ocorre com o terciário na década de 1960, quando o emprego na agropecuária apresentou um incremento absoluto de apenas 24,4% contra um crescimento populacional de 26,6%. Naquele período, antes do Pró-Alcool, a desagregação da unidade familiar de trabalho na agropecuária parece ter resultado num forte afluxo de mulheres e menores para empregos terciários, visando complementar a renda auferida pelo chefe da família na agropecuária ou mesmo no secundário.

Por outro lado, na década de 1970, a ampliação notável do emprego agropecuário, que alcançou 61,6% em termos absolutos e foi certamente impulsionada pelo Pró-Alcool, cristalizou esse setor como a fonte mais importante de complementação da renda familiar, atraindo mulheres e menores em grande quantidade. Os dados de 1980 permitem supor que a complementação da renda familiar de inúmeros famílias cujo chefe está empregado em qualquer dos setores econômicos realiza-se através do emprego de mulheres e menores na agropecuária, como cortadores de cana.

A evolução da distribuição da população ativa pelos setores da economia aparece sintetizada na tabela seguinte:

TABELA 67c - GUARIBA: ESTRUTURA OCUPACIONAL, 1960-1980

	1960	1970	1980
Setor Primário	2185 (74%)	2718 (65%)	4391 (57%)
Setor Secundário	245 (8%)	452 (11%)	1678 (22%)
Setor Terciário	514 (18%)	905 (22%)	1490 (19%)
Terciário T	s.d.	95 (2%)	189 (2%)
Terciário C	s.d.	132 (3%)	223 (3%)
Terciário S	s.d.	531 (13%)	881 (11%)
Terciário AD	s.d.	147 (4%)	197 (3%)
Outras	---	99 (2%)	160 (2%)
Total PEA	2944 (100%)	4174 (100%)	7719 (100%)

Terciário T = Transportes, Comunicações e Armazenagem
 Terciário C = Comércio de Mercadorias
 Terciário S = Prestação de Serviços e Atividades Sociais
 Terciário AD = Administração Pública

Fontes: Censos (FIBGE)

A redução relativa do emprego na agropecuária gerou um aumento muito grande da participação do secundário na absorção da força de trabalho. Esse aumento realiza-se principalmente no intervalo 1970-80. Por outro lado, a participação relativa do terciário permanece mais ou menos estagnada no conjunto do período, ainda que conhecendo algum aumento no intervalo 1960-70 e uma redução entre 1970 e 1980.

A ampliação da participação do secundário decorreu, quase inteiramente, do crescimento do emprego na agroindústria canavieira,

especialmente após o Pró-Alcool. Assim, apesar da abertura de um certo número de pequenas empresas mecânicas (que passaram de duas em 1960 para três em 1970 e 1975 e para cinco em 1980) e metalúrgicas, a única alteração significativa ocorreu no número de empregados industriais na produção direta de açúcar e álcool das usinas do município e dos municípios vizinhos de Pradópolis e Jaboticabal, bem como nas atividades de apoio mecânico e de manutenção dessas usinas.

Dessa forma, a ampliação da participação do secundário na absorção da força de trabalho revela não uma diversificação dos eixos econômicos de desenvolvimento do município mas uma repercussão da divisão técnica do trabalho no interior da agroindústria canavieira. Essa ampliação relativa do secundário desenvolve-se em função da produção agroindustrial para os grandes mercados inclusivos, não implicando em qualquer aumento paralelo do mercado consumidor local.

O setor terciário apresenta um panorama singular.

A absorção de força de trabalho por este setor conheceu uma estagnação relativa, nas décadas de 1960 e 1970. A ampliação, em termos absolutos, da força de trabalho empregada nos transportes e comunicações, comércio de mercadorias e prestação de serviços foi igual ou menor que a ampliação da população ativa no período. Na década de 1960, registrou-se ainda um certo aumento relativo da participação do terciário. A ausência de dados desagregados não permite qualificar mais nitidamente essa ampliação, mas é razoável supor que ela decorria predominantemente do crescimento do setor de serviços, que em 1950 ocupava apenas 8% da população ativa. Contudo,

durante os anos setenta - marcados pelo crescimento notável da atividade agroindustrial e da força de trabalho volante residente no segmento urbano - todas as atividades ligadas ao terciário apresentam estagnação relativa ou mesmo retrocesso.

Um conjunto de fatores limitativos explicam essa estagnação relativa do terciário, que parece encontrar uma fronteira de crescimento bem definida no interior da pequena cidade inserida em área de especialização canavieira. De um lado, a presença das usinas, que mantêm um domínio absoluto sobre o conjunto das atividades agrícolas do município, cristaliza a ruptura entre o segmento urbano e o segmento rural e praticamente suprime as funções básicas regionais tradicionalmente cumpridas pela cidade. De outro lado, a nítida definição das hierarquias urbanas em escala macro-regional circunscreve o setor terciário da pequena cidade a um conjunto de necessidades cotidianas de nível elementar.

Entretanto, a estagnação do setor terciário é, efetivamente, uma realidade relativa. Em termos absolutos a absorção de força de trabalho no terciário conheceu um crescimento de 76,1% na década de 1960 e de 64,6% na década de 1970. Na década de 1970 todos os grandes ramos de atividades vinculadas ao terciário apresentaram crescimento absoluto apreciável.

Rompida a tradicional articulação orgânica cidade-campo tão característica da época cafeeira, esse crescimento só pode se apoiar na ampliação do próprio mercado urbano e das necessidades que ele gera

e sustenta. A ampliação do mercado urbano e das necessidades postas por esse mercado é um resultado do crescimento demográfico impulsionado pela constituição de um exército de proletários agrícolas urbanizados, que passam a ter na cidade o "locus" da sua reprodução enquanto força de trabalho subordinada à agroindústria canavieira.

Nessas condições, a pequena cidade redefinida pela função de "locus" da reprodução da força de trabalho engajada na agroindústria canavieira experimenta um desenvolvimento paradoxal, que combina crescimento demográfico e expansão física com retração das suas funções regionais e perda do domínio sobre a sua hinterlândia "rural". As características do seu setor terciário são, provavelmente, o melhor signo dessa transformação na natureza da pequena cidade.

4. Estruturação Intra-Urbana de Guariba

Na sua evolução, o espaço urbano de Guariba conheceu a formação sucessiva de três cinturões envolventes, distintos não apenas em função da época em que se constituíram mas também dos significados objetivos de que são portadores. Esse processo de produção de periferias transformou o núcleo central original, tanto no que concerne às modalidades de uso do solo como, principalmente, nas relações funcionais que mantém com a totalidade do conjunto urbano.

A estruturação intra-urbana de Guariba constitui a forma espacial assumida pelas necessidades postas pela reprodução do capital investido no campo e, desde a década de 1950, pelas necessidades de produção e reprodução da força de trabalho empregada temporariamente na agricultura canavieira e na agroindústria implantada na área.

Milton Santos (1980-138) define o espaço como "uma forma, uma forma durável que não se desfaz paralelamente à mudança de processos...". Esse "espaço-paisagem" de que fala Milton Santos é um produto da acumulação de tempo histórico (*). É cristalização e

=====
(*). ...o espaço, espaço-paisagem, é o testemunho de um momento de um modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo...O momento se cristaliza em memória, como diria Lefebvre (1958 p. 345) e, para repetir Morgenstern, é como a memória de um presente que foi (...). Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos: ao contrário, alguns processos se adaptam às formas pré-existentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas. Milton Santos, Por uma Geografia Nova, Hucitec, São Paulo, 1980, p. 138.

inércia, "testemunho de um momento do mundo", na medida em que sobrevive aos processos que o engendraram ou, dito de outra maneira, possui um tempo de permanência mais alongado que aquele dos processos de que deriva. É, ainda, um elemento de inércia, a "inércia dinâmica" que molda as necessidades do presente às realidades legadas do passado. As necessidades do presente marcam com seu sinete as formas herdadas do passado, mas não as destroem sempre, tornando-as "rugosidades" condicionadoras das alternativas de reprodução do capital e de reprodução do próprio espaço-paisagem (*).

=====
(*) Sandra Lencioni (1985) investigou o caso da cidade de Jardinópolis, na região de Ribeirão Preto (SP), utilizando-se dessa perspectiva teórica. A força do seu trabalho residia na proposta que o animava: determinar o conteúdo objetivo da pequena cidade submetida aos processos de transformação da economia agrícola.

O trabalho reconstrói a produção histórica do urbano como parte essencial do conjunto das condições gerais de produção capitalista e de reprodução da força de trabalho, analisando a inserção da cidade interiorana nos diversos momentos atravessados pela economia regional. A formação de um exército de assalariados temporários aparece como resultado da intensificação do emprego de capital no setor agrícola, e como condição para um modelo de reprodução capitalista fundado inteiramente nas lógicas da rentabilidade empresarial. A capitalização do campo, concretamente, significa subordinação da agricultura ao capital industrial: industrialização da agricultura e urbanização do trabalhador rural são as duas faces desse movimento, que é o movimento do capital.

A cidade surgida dessas transformações traz ainda as marcas da inserção tradicional numa economia agrária já extinta mas está tomada pelas novas necessidades oriundas das transformações no campo. São essas necessidades que comandam a evolução do urbano, inclusive daquelas áreas cuja inércia reflete um momento fixado no passado. Passado e presente manifestam-se na paisagem urbana de Jardinópolis como bipartição aparente em uma "cidade velha" e uma "cidade nova": a paisagem legada pela cidade cafeeira, cujas características superficiais mantêm-se praticamente intactas, e a paisagem criada pelas necessidades da agricultura nascida da capitalização do campo. Contudo, atrás dessa aparente dualidade, a autora revela a existência de um conjunto cidade velha/cidade nova, subordinado às necessidades presentes da reprodução do capital investido no campo.

Compreender essa forma espacial implica considerá-la como portadora de conteúdos históricos identificáveis pelo estudo das relações que estabelece com os espaços maiores, com territorialidades inclusivas que resultam de padrões determinados da acumulação do capital e que moldam esses padrões de acumulação.

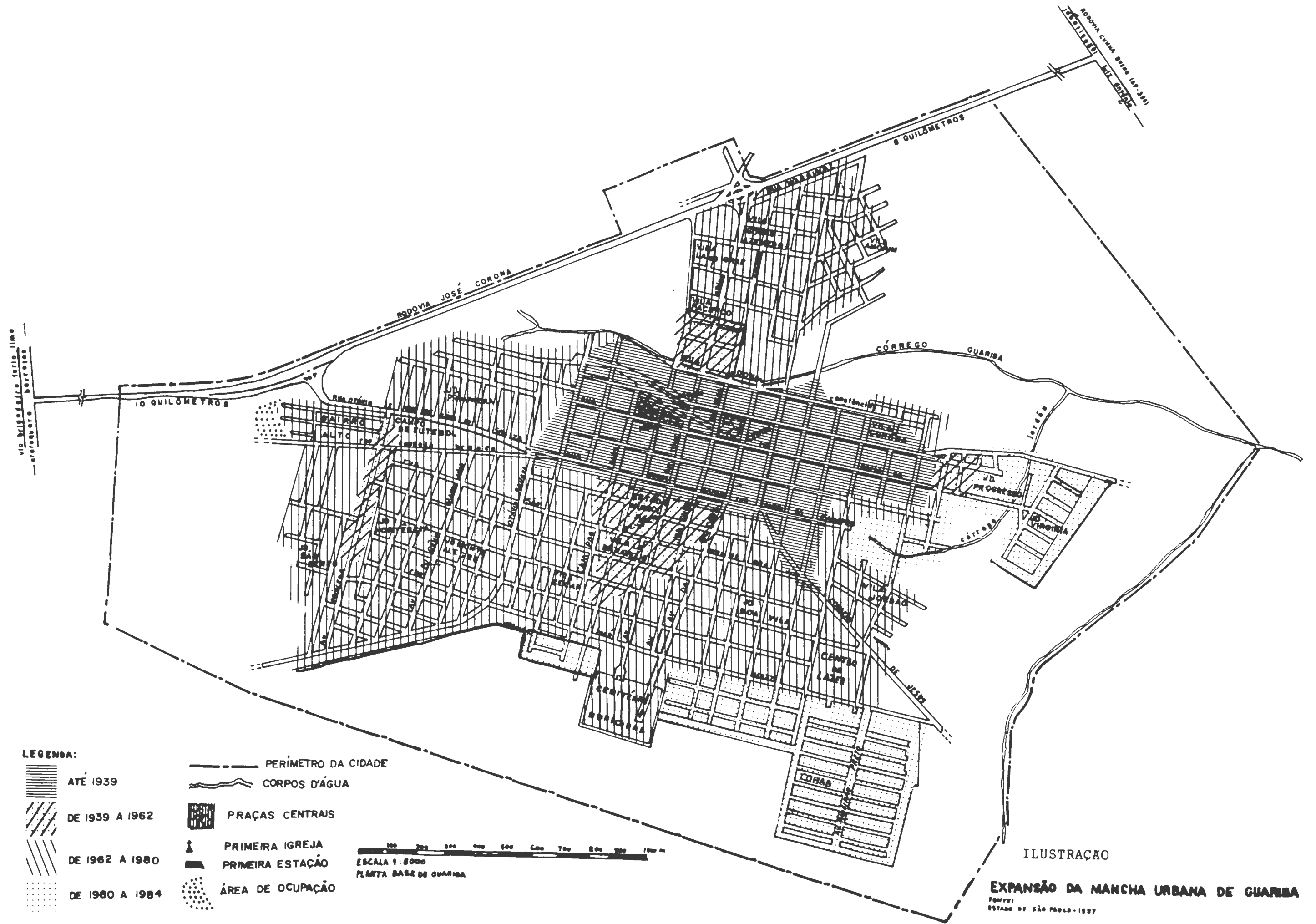
4.1. A Expansão do Espaço Urbano

Numa primeira abordagem, é possível distinguir, no interior do espaço urbano de Guariba, três cinturões envolventes que se constituíram historicamente em torno do núcleo urbano original da época cafeeira.

O critério histórico-genético dessa primeira abordagem visa fornecer uma descrição da formação desses cinturões urbanos, cuja origem esteve relacionada com os movimentos de implantação, consolidação e expansão do complexo agroindustrial e canavieiro na área de Guariba. A ILUSTRAÇÃO 9 revela essas fases distintas da constituição do espaço urbano de Guariba (*).

=====

(*) *Infelizmente, as fontes utilizadas para a confecção dessa planta de Guariba - plantas da cidade e fotos aéreas - não permitiram distinguir com absoluta precisão o cinturão urbano formado entre a década de 1960 e o início do Pró-Alcool (1975) do cinturão formado após o lançamento do Pró-Alcool. Contudo, a identificação dos bairros e vilas citados no texto permite observar os contornos diferenciados desses dois cinturões.*



O primeiro cinturão periférico, formado basicamente durante a década de 1950, cristaliza o movimento urbanizador que acompanhou a implantação inicial das usinas açucareiras nos arredores da cidade.

A Vila Garavello representou o primeiro transbordamento significativo dos limites históricos da cidade do café, que até 1951 estavam restritos à rua Feres Sadalla. Ela resultou de um loteamento aberto pelo antigo colono Guido Garavello em um sítio de café em decadência. O traçado irregular do arruamento contrastava com o plano em tabuleiro de damas da cidade original. Os lotes são vendidos para antigos colonos, parceiros e assalariados renovidos da área rural pelas transformações da economia agrícola do município. Nessa época instalava-se a Usina Bonfim e a serraria Baldan, e os operários desses estabelecimentos também adquirem terrenos no loteamento de Guido Garavello.

Entretanto, a década de 1950 conheceu o afluxo inicial de migrantes nordestinos que chegavam, ainda através da Hospedaria dos Imigrantes e da Cia. Paulista, para fixarem-se como volantes na nascente economia canavieira. Visando aproveitar esse novo mercado potencial, Guido Garavello abre um novo loteamento, que veio a ser conhecido como João de Barro (e, depois, com a sua ampliação, Bairro Alto). Arruado irregularmente em área de chácaras, o loteamento oferecia terrenos baratos, exageradamente parcelados e menores que os padrões vigentes.

A localização do loteamento, afastado cerca de quinhentos metros dos limites da cidade, respondia ao objetivo estratégico do loteador

de evitar a desvalorização da Vila Garavello que resultaria de uma ocupação dos terrenos adjacentes pelos migrantes nordestinos. Entre o João de Barro e a cidade, estendia-se uma faixa de chácaras e pequenos sítios de antigos colonos, que eram resultado do desmembramento parcial das primeiras fazendas de café, interessadas na formação de um "cinturão de proteção" entre a propriedade agrícola e a área urbanizada.

O crescimento acelerado do João de Barro na década de 1960 pode ser constatado pela análise dos dados do Censo de 1970, que trazia informações sobre a população suburbana. Naquele ano, para uma população urbana total de 9.242 habitantes, o meio suburbano contribuía com 2.547, ou 27,6%. Dada a inexistência de outra área suburbana significativa no município, pode-se concluir que a esmagadora maioria desses habitantes constituía o João de Barro, que despontava como uma imensa periferia em rápido processo de integração à mancha urbana.

Ainda nessa época, surgiram dois outros loteamentos similares à Vila Garavello mas que conheceram um crescimento menos intenso: a Vila Pacífico (também chamada Mortagu), aberta em 1956, e o Jardim Progresso, loteado em 1958. Como os outros, foram implantados em áreas de chácaras. No Jardim Progresso existem ainda algumas chácaras remanescentes, que produzem ovos, legumes e frutas.

Nos anos sessenta, o primeiro grande ciclo de expansão da cultura canavieira e da produção açucareira gerou uma matriz de demanda de trabalho semi-qualificado e qualificado, ao mesmo tempo que catalizava

fluxos crescentes de migrantes para o trabalho volante. Esse processo de transformação nas estruturas produtivas representou o fundamento da integração à economia canavieira de migrantes nordestinos e de minifundistas, parceiros, colonos e assalariados removidos das áreas rurais de Guariba e de dezenas de municípios próximos. Mas essa integração foi também uma integração ao tecido urbano em formação, repercutindo no crescimento explosivo do João de Barro (que passa a ser conhecido como Bairro Alto), de um lado, e na criação ou crescimento de inúmeros bairros envolventes, que constituem o segundo cinturão periférico.

O segundo cinturão periférico formou-se em meados da década de 1960, impulsionado essencialmente pelo deslanche canavieiro da primeira metade da década. Ele cristalizou na mancha urbana dois movimentos distintos originados do mesmo processo: o afluxo de migrantes que se integram como volantes à estrutura econômica do município e o afluxo de sitiantes e parceiros da região expropriados pela especialização canavieira.

O primeiro está representado pela formação do Jardim Monte Alegre e do Jardim Hortência, nas áreas de chácaras que separavam o João de Barro do núcleo urbanizado. O Jardim Monte Alegre (ou Vila Duvalte) foi loteado em 1963, ocupando inicialmente a avenida Eugênio Mangolini e as paralelas de cada um dos lados (avenidas Arthur Rodrigues e José Zanotto). Esse loteamento cristalizou investimentos de cortadores de cana que conseguiram acumular alguma poupança, e também de motoristas de caminhão, tratoristas e empreiteiros de mão de obra ("gatos"). Vários deles fundaram pensões para migrantes

safristas, afastando-se progressivamente do trabalho na lavoura. Em 1964, o sucesso desse loteamento estimulou o aparecimento do Jardim Hortência e, um ano depois, da expansão do próprio Jardim Monte Alegre até a avenida Otávio Rangel. Com isso, desaparecia a descontinuidade física entre o João de Barro e o núcleo urbanizado.

O segundo está representado pelos loteamentos da Vila Amorim, na extremidade nordeste da área urbana, e da Vila Jordão, na extremidade leste. A Vila Amorim, de 1963 e 1964, recebeu predominantemente motoristas e tratoristas, além de volantes já estabelecidos há algum tempo. A Vila Jordão, loteada em 1964 e inteiramente ocupada em 1967, caracterizou-se muito nitidamente pela presença de sitiantes e parceiros removidos da área rural.

Com o Pró-Alcool, realiza-se a terceira importante revolução produtiva na economia rural da área, desde o início do processo de especialização canavieira micro-regional. Ela traz a absorção de fluxos maiores de migrantes, provenientes de Minas Gerais e depois do Paraná nas também estimula processos de integração da força de trabalho a funções mais qualificadas, geradas pela mudança da escala de produção agrícola e industrial das usinas. Na cidade, surgem bairros como a COHAB, a Vila CECAP e o Jardim Boa Vista, expressões distintas de uma diferenciação social apoiada na complexidade crescente da divisão técnica do trabalho do setor agroindustrial canavieiro.

O aumento dos salários repercute na substituição das construções de barro pelas de alvenaria no antigo João de Barro. Repercute ainda na multiplicação de cômodos de aluguel e pensões para migrantes

sazonais, formas cristalizadas da poupança realizada por uma parcela dos trabalhadores já integrados à economia canavieira. Finalmente, condiciona o lançamento de vários loteamentos populares, lastreados no crescimento da economia rural e na aspiração à propriedade da moradia do trabalhador rural urbanizado.

Também está relacionado diretamente ao Pró-Alcool o processo de expansão física do centro comercial, que chega a definir uma área especializada no interior do núcleo urbano original da época cafeeira e condiciona a transferência de residentes dessa área para bairros de alto e médio padrão que surgem ou se desenvolvem.

O terceiro cinturão periférico é um produto do Pró-Alcool e da extrema intensificação do uso canavieiro do solo que ele provocou.

Nos anos setenta, uma "vila operária", um conjunto habitacional de médio padrão e um loteamento de alto padrão cristalizam diferentes vias de expansão do segmento urbano associadas às transformações em curso na economia rural.

A Vila Corona, erguida em 1974 e 1975 num antigo campo de futebol na extremidade do centro comercial, constitui um conjunto de cento e vinte casas de bom padrão cedidas pela Usina Bonfim mediante aluguel simbólico para os seus funcionários administrativos.

A Vila CECAP, conjunto habitacional de 1976, representou o primeiro exemplo de intervenção do poder público no setor habitacional do município. Os últimos sitiamentos autônomos renovados pela expansão canavieira em vários municípios próximos a Guariba e ainda volantes ou tratoristas e operários das usinas adquirem as casas do conjunto.

O Jardim Boa Vista, que teve os primeiros lotes vendidos em 1977, constitui-se num loteamento de alto padrão situado em antiga fazenda pecuarista, junto ao hospital da Cooperativa dos Fornecedores de Cana onde foi regulamentado o uso exclusivamente residencial. Ele recebeu profissionais liberais, médicos, alguns funcionários de usinas, comerciantes e proprietários de terras que passaram a arrendar seus estabelecimentos para as usinas. A maioria dos moradores deixava o centro da cidade, em processo de transformação em área exclusivamente comercial. Mesmo assim, o loteamento teve um sucesso bastante limitado e ainda hoje a densidade de construções na área é baixa, especialmente nas quadras ao sul, na direção da rua José Mazzi.

A década de 1980 assinala um verdadeiro "boom" de loteamentos destinados a volantes. O afluxo migratório crescente produziu ainda o surgimento da COHAB, resultado de uma segunda intervenção do poder público no setor habitacional, desta vez dirigida mais nitidamente aos trabalhadores de baixa renda.

A COHAB começa a ser implantada em 1981, atendendo inicialmente a antigos moradores da Fazenda Santa Isabel, principal fornecedora de cana da região. Através de contatos privilegiados dos proprietários da fazenda com a Prefeitura, os moradores expulsos são inscritos no topo da lista de compradores de casas do conjunto habitacional. Dessa forma, a fazenda consegue negociar a saída de trabalhadores que teriam direito a vultosas indenizações, em troca da inscrição na COHAB e do financiamento parcial de suas casas pelos fazendeiros.

Dois grandes loteamentos populares são lançados simultaneamente em 1983: o Jardim Primavera e o Jardim Virgínia. O primeiro alcançou sucesso absoluto, tendo sido vendidos inicialmente os lotes mais distantes e mais baratos, na direção do Bairro Alto, e depois os lotes mais caros, próximos ao núcleo urbano histórico. A sua localização privilegiada, próximo tanto ao centro comercial principal como ao sub-centro que vem se desenvolvendo no Bairro Alto, contribuiu para o rápido crescimento. A proximidade de familiares e parentes, no Bairro Alto, também ajudou a esgotar os lotes do Jardim Primavera. Já o Jardim Virgínia constituiu-se num fracasso relativo, principalmente em função da distância face aos centros comerciais, agravada pela interposição de área não arruada drenada pelo córrego Jordão e pelas chácaras do Jardim Progresso.

A continuidade do afluxo migratório tem aberto espaço para novos lançamentos imobiliários. Estavam previstos, em agosto de 1988, lançamentos de dois novos loteamentos populares, a Vila Rocca e a Vila São Francisco, respectivamente entre a rodovia José Corona e a Vila Amorim e a oeste do Jardim São Bento. A sul do Jardim São Bento, contornando a estrada municipal, está prevista também a construção da COHAB II, que terá 498 casas.

Entretanto, a continuidade da pressão migratória e a queda real dos salários na década de 1980 estão colocando em xeque o modelo de solução da questão habitacional articulado no momento do lançamento do Pró-Alcool. Fundamentado na combinação de empreendimentos imobiliários capitalistas dirigidos às camadas de baixa renda com

empreendimentos habitacionais de financiamento público, o modelo exige a realização de algum nível de poupança pelos trabalhadores rurais. O surgimento de uma área de ocupação, no final de 1985, a oeste do Bairro Alto evidencia os limites desse modelo. Contando em 1988 com cerca de cem casas e barracos instaladas em uma antiga área de dreno da Prefeitura repassada à SABESP, a área de ocupação aponta para um novo tipo de conflito, ainda desconhecido na cidade.

No outro pólo do espectro social, estão programados dois loteamentos de padrão mais alto. Ao sul da Vila CECAP, prevista para constituir-se como sua expansão, prepara-se o arruamento da Chácara Rabaquini, cujo mercado potencial está formado por fiscais de lavoura, empreiteiros de mão de obra e trabalhadores rurais qualificados. Ao sul do Jardim Boa Vista, ao lado da COHAB, estão vendidos 150 lotes e construídas dez casas do Alto do Boa Vista, anunciado como empreendimento de padrão elevado.

Com exceção do núcleo urbano original, surgido na época cafeeira e que guarda ainda uma diferenciação marcante face aos cinturões envolventes, toda a cidade apresenta uma dependência estrutural da economia canavieira que fundamentou o seu crescimento. Essa dependência, refletida na absorção da população ativa pela atividade canavieira, pode ser aquilatada através da tabela seguinte:

TABELA 68 - BAIROS DE GUARIBA: POPULAÇÃO ATIVA
VINCULADA A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA, 1988 (+)

Bairro	% PEA na agroindústria canavieira	Bairro	% PEA na agroindústria canavieira
Centro	19,5	COHAB	62,8
V. Corona	93,3	J. Primavera	72,3
V. CECAP	63,4	J. Virginia	63,9
V. Garavello	56,6	J. M. Alegre/Hortência	81,3
J. Boa Vista	52,6	Pensões M. Alegre/Hort.	100,0
J. Progresso	44,2	Bairro Alto	81,2
V. Jordão	73,2	J. S. Bento	82,9
V. Amorim	78,6	Ocupação	100,0

(+) Foram considerados todos os empregos diretos na atividade canavieira, tanto no setor agrícola como industrial.

Fonte: Levantamento de campo, 1988

4.2. Estruturação do Espaço Urbano

O espaço urbano de Guariba estruturou-se sobre a base da segregação, elemento organizador da cidade atual. Esse elemento organizador do atual espaço urbano distingue a pequena cidade inserida no território da usina do antigo núcleo urbano da época cafeeira. Representa a materialização espacial, inscrita no tecido urbano, da ruptura que se operou entre o segmento urbano e o segmento rural do município.

Esse processo segregador reconstruiu a cidade operando uma nítida diferenciação entre o núcleo urbano original e os cinturões envolventes bairros, que abarcam os bairros intermediários e o anel periférico.

A - O Núcleo Urbano Original

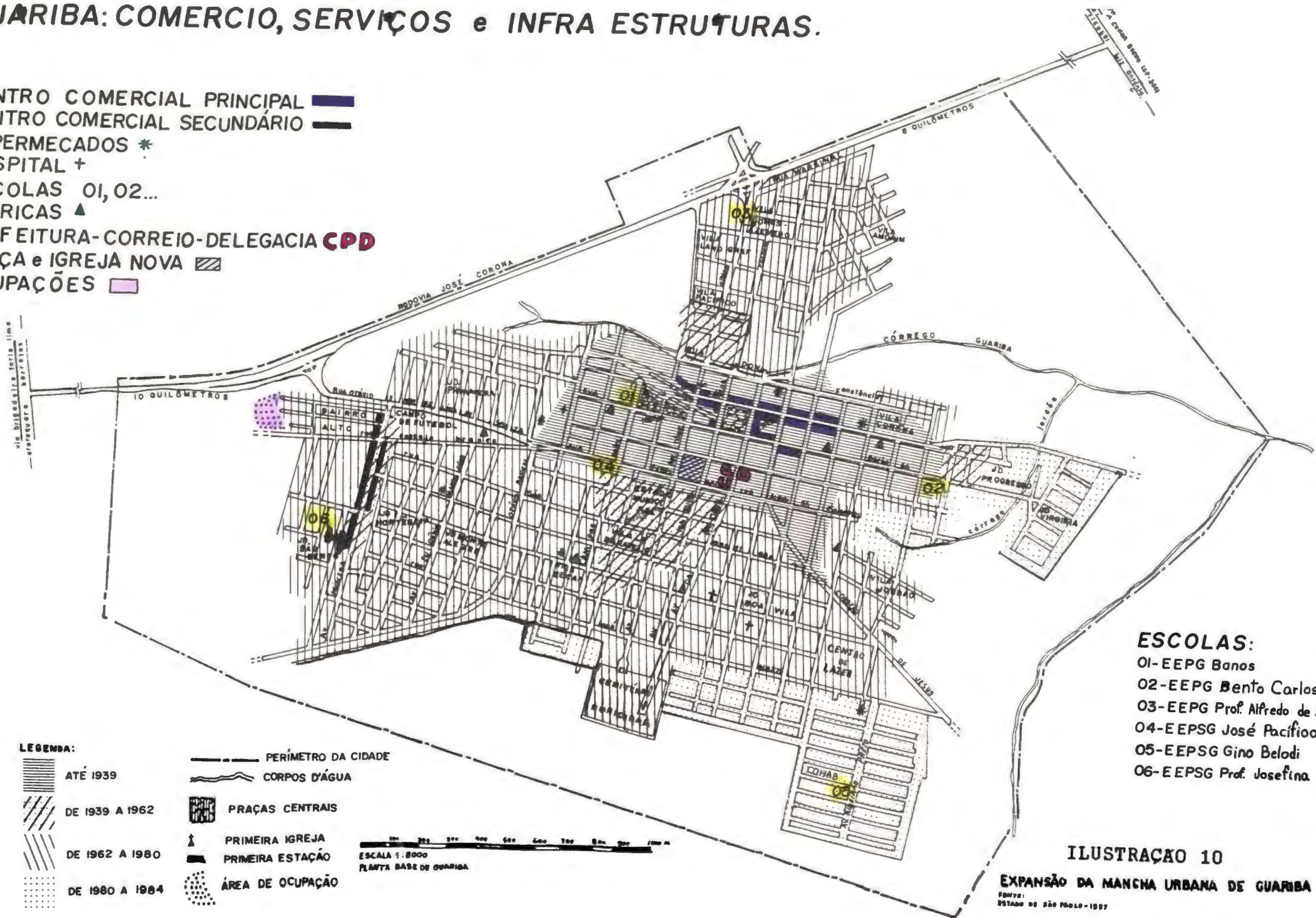
A cidade da época cafeeira era, fundamentalmente, um núcleo residencial pouco diferenciado e de dimensões bastante reduzidas. A configuração da base produtiva - apoiada na reprodução da força de trabalho agrícola no interior das fazendas de café - limitava fortemente a diferenciação social no interior do segmento urbano. As atividades secundárias realizadas no segmento urbano (cumprindo, como vinhos, importantes funções básicas) achavam-se disseminadas no tecido da cidade e frequentemente confundiam-se com as atividades de comercialização. O centro comercial praticamente limitava-se ao quarteirão em torno da velha estação. Mesmo aí, as funções comercial e residencial não se distinguiam claramente pois, via de regra, a mesma edificação cumpria as duas funções.

A expansão acelerada do espaço urbano de Guariba, com a constituição progressiva de sucessivos cinturões envolventes, gerou transformações funcionais no núcleo urbano original. Desde a década de 1960, ele desenvolveu um Centro Comercial e de Serviços especializado no seu interior.

A ILUSTRAÇÃO 10 mostra o espraiamento do Centro Comercial e de Serviços ao longo da rua Nove de Julho, na direção da Vila Corona e da rua Rui Barbosa, com uma nítida tendência de especialização desse

GUARIBA: COMERCIO, SERVIÇOS e INFRA ESTRUTURAS.

- CENTRO COMERCIAL PRINCIPAL
- CENTRO COMERCIAL SECUNDÁRIO
- SUPERMERCADOS *
- HOSPITAL + +
- ESCOLAS 01, 02... 01
- FÁBRICAS ▲ ▲
- PREF EITURA-CORREIO-DELEGACIA **CPD** CPD
- PRAÇA e IGREJA NOVA
- OCUPAÇÕES



LEGENDA:

- ATÉ 1939
- DE 1939 A 1962
- DE 1962 A 1980
- DE 1980 A 1984
- PERÍMETRO DA CIDADE
- CORPOS D'ÁGUA
- PRAÇAS CENTRAIS
- I PRIMEIRA IGREJA
- E PRIMEIRA ESTAÇÃO
- ÁREA DE OCUPAÇÃO

ESCALA 1:8000
PLANTA BASE DE GUARIBA

ESCOLAS:

- 01-EEPG Banos
- 02-EEPG Bento Carlos do Amaral
- 03-EEPG Prof. Alfredo de Maura
- 04-EEPSG José Pacífico
- 05-EEPSG Gino Belodi
- 06-EEPSG Prof. Josefina Neves

ILUSTRAÇÃO 10

EXPANSÃO DA MANCHA URBANA DE GUARIBA

ESTADO DE SÃO PAULO - 1987

setor da cidade. Em 1967, como expressão desse processo, realiza-se o deslocamento do Centro Administrativo, com a mudança da Prefeitura até então instalada junto à antiga estação da Paulista para a avenida Evaristo Vaz de Arruda. Essa mudança, que visava afastar a administração pública da área comercial, foi seguida pela instalação dos Correios e da Delegacia nas adjacências do edifício da Prefeitura. Pouco antes, em 1965, tinha se iniciado a construção da nova Igreja, também deslocada do centro comercial em expansão.

A expansão do Centro Comercial e de Serviços principal está diretamente relacionada com o deslanche da urbanização a partir da década de 1980. Assim, dos 61 estabelecimentos comerciais, de serviços e industriais implantados na rua Nove de Julho, trinta instalaram-se na década de 1980, onze na década de 1970 e oito na década de 1960.

A TABELA 69a procura estabelecer uma caracterização desse centro:

TABELA 69a - GUARIBA: TIPOS DE ESTABELECEMENTOS INSTALADOS NA RUA NOVE DE JULHO, 1988

Tipo de Estabelecimento	Número
Comerciais	44
Vestuário e Calçados	14
Bazar e Armário	8
Alimentos	7
Outros	15
Serviços	17
Hospedagem e Alimentação	8
Financeiros	3
Outros	8
Industriais	3
Total (+)	64

(+) Três estabelecimentos que desempenhavam dupla função (industrial e comercial ou comercial e de serviços) foram contados duplamente.

Fonte: Levantamento de campo, 1988

O baixo nível de diversificação e sofisticação das mercadorias e serviços oferecidos pelo centro principal reflete o estilo de crescimento do setor terciário, apoiado exclusivamente no mercado urbano.

Outra característica do centro principal é a modesta dimensão da maioria dos estabelecimentos e o seu baixo nível de capitalização, refletidos nas tabelas seguintes:

TABELA 69b - GUARIBA: NUMERO DE FUNCIONARIOS DOS ESTABELECEMENTOS INSTALADOS NA RUA NOVE DE JULHO, 1988

Pessoal Empregado	Estabelecimentos
um funcionário	5
2 a 4 funcionários	37
5 a 10 funcionários	12
mais de 10 funcionários	6

Fonte: Levantamento de campo, 1988

TABELA 69c - GUARIBA: NUMERO DE ASSALARIADOS DOS ESTABELECEMENTOS INSTALADOS NA RUA NOVE DE JULHO, 1988

Assalariados	Estabelecimentos
não tem	19
1 ou 2	23
3 ou 4	5
5 a 10	9
mais de 10	4

Fonte: Levantamento de campo, 1988

Agregue-se às tabelas a informação de que 40 dos 60 estabelecimentos que responderam à esse quesito possuem menos

assalariados do que proprietários e familiares trabalhando. Os poucos empreendimentos nitidamente capitalistas resumiam-se a uma gráfica e papelaria e três estabelecimentos financeiros (Caixa Econômica Estadual, Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco). Mesmo o supermercado ali localizado apresenta pequeno porte, já que os grandes estabelecimentos do gênero tenderam a se dispersar pela mancha urbana, acompanhando a formação dos cinturões envolventes residenciais.

Contudo, o desenvolvimento, desde muito cedo, de um subúrbio de migrantes integrados ao trabalho volante na agroindústria - o João de Barro - determinou a duplicação do Centro de Comércio e Serviços. Constituiu-se um centro comercial secundário, na avenida Princesa Isabel, impulsionado tanto pelo isolamento físico do subúrbio de migrantes como pelos limites estritos da capacidade de consumo desse mercado local. O crescimento do Bairro Alto e a sua integração ao Jardim Hortêncica e ao Jardim Monte Alegre estimularam o desenvolvimento desse centro comercial secundário, cuja expansão realizou-se ao longo do eixo da avenida Princesa Isabel no sentido sul, até o atual Jardim São Bento. A ILUSTRAÇÃO 10 capta os limites desse centro comercial secundário.

A especialização de um setor do núcleo urbano original, transformado em Centro Comercial e de Serviços, provocou a remoção de uma parcela dos antigos residentes. A população removida pela concorrência de usos produtivos do solo urbano deslocou-se inicialmente para a Vila Pacífico ou para a Vila Garavello e, mais tarde, para a Vila Corona (caso dos funcionários da Usina Bonfim) e para o Jardim Boa Vista.

Mas - mesmo tendendo a uma especialização comercial que o distancia profundamente do núcleo cafeeiro, onde conviviam as residências de proprietários rurais e profissionais urbanos, pequenos estabelecimentos artesanais e manufatureiros e casas comerciais - o núcleo urbano original ainda abriga uma população residente relativamente numerosa.

A área residencial central é radicalmente distinta, nas suas relações com a agroindústria canavieira, do restante da cidade. A dependência da população residente face à atividade canavieira é de outro tipo: depende dos mercados consumidores gerados pela economia agroindustrial. Apresenta quase 81% da PEA integrada ao setor terciário e cerca de 27% integrada ao setor secundário, sendo apenas 9,7% ligados à atividade industrial das usinas. A forte proporção de idosos e aposentados, inclusive vários antigos minifundistas de Guariba e dos municípios vizinhos (Dobrada, Taiúva, Taquaritinga, Guaira, etc.) ilumina as origens do crescimento urbano de Guariba, ligadas à transição para a economia canavieira.

B - Os Cinturões Envolventes

A TABELA 68 revelava a unidade estrutural dos cinturões envolventes, fundada na dependência face ao complexo agroindustrial canavieiro.

Mas essa unidade estrutural é uma unidade diferenciada, no interior da qual é possível distinguir bairros intermediários e um anel periférico de pobreza.

A reprodução da força de trabalho da economia canavieira envolveu tanto a absorção contínua de novos contingentes de trabalhadores como a integração do estoque de trabalhadores existentes às necessidades

postas pela crescente capitalização da atividade. Nesse processo, o espaço urbano em desenvolvimento comportou-se como uma seção inserida na organização produtiva presidida pelo capital agroindustrial, gerando áreas associadas aos diferentes níveis de qualificação exigidos pela esfera produtiva e criando as bases para a reprodução dessa força de trabalho numa escala suficiente para a constituição de um adequado exército industrial de reserva.

Assim, embora uma maior dependência da oferta de empregos no complexo agroindustrial canavieiro diferencie o anel periférico dos bairros intermediários (vide TABELA 68), a principal distinção reside na qualificação diferenciada da força de trabalho engajada nesse setor:

TABELA 70 - BAIRROS DE GUARIBA: ABSORÇÃO DA PEA
PELA ATIVIDADE CANAVIEIRA, 1988

Bairro	Participação na PEA (%)			
	Volantes e Carpa	Motoristas de cana e tratoristas	Operários (usinas)	Técnicos/ Administra. (usinas)
Centro	4,9	---	2,4	7,3
V. Corona	---	---	---	86,6
V. CECAP	12,2	12,2	17,1	7,3
V. Garavello	11,3	9,4	22,6	11,3
J. Boa Vista	---	5,3	15,8	15,8
J. Progresso	20,9	7,0	7,0	2,3
V. Jordão	19,5	24,4	9,8	---
V. Anorim	53,6	14,3	10,7	---
COHAB	25,0	12,2	16,8	6,7
J. Primavera	41,1	9,8	11,6	1,0
J. Virgínia	38,9	8,3	13,9	---
J. M. Alegre/Hortência	46,2	13,2	5,5	5,5
Pensões M. Alegre/Hort.	63,3	6,7	30,0	---
Bairro Alto	62,5	7,5	5,6	---
J. S. Bento	59,1	5,7	6,8	---
Ocupação	76,8	7,7	7,7	---

Fonte: Levantamento de campo, 1988

Os bairros intermediários - V.Corona, V.CECAP, V.Garavello, J.Boa Vista, J.Progrosso, V.Jordão, V.Amorim e COHAB - caracterizam-se por um equilíbrio entre a força de trabalho volante e a força de trabalho semi-qualificada e qualificada de motoristas, tratoristas, operários e funcionários técnicos e administrativos das usinas. Já o anel periférico - constituído pelo J.Primavera, J.Virgínia, J.M.Alegre/Hortência, Bairro Alto, J.S.Bento e Ocupação - caracterizam-se por amplo predomínio da força de trabalho volante. A dependência da atividade canavieira é uma dependência diferenciada, que parece transferir para o interior do tecido urbano a divisão técnica do trabalho da economia rural (*).

B1. Os Bairros Intermediários

Os bairros intermediários foram constituídos essencialmente pelos minifundistas, parceiros e colonos renovados da área rural de Guariba, de municípios próximos ou, em menor escala, de outros municípios do estado de São Paulo. Alguns dos migrantes nordestinos dos momentos

=====

(*) Outra importante distinção reside na absorção da força de trabalho pelo setor terciário. Nos bairros intermediários, é nitidamente maior a proporção de empregados no setor terciário. Bairros do anel periférico apresentam uma proporção muito baixa de empregos no terciário. No Jardim M.Alegre/Hortência e no Jardim Primavera esta proporção gira em torno de 17%, caínda para menos de 15% no Bairro Alto e menos de 5% no Jardim S.Bento. Mas no Jardim Virgínia ela chega a quase 28%, similar à de bairros intermediários como a Vila CECAP e a COHAB.

iniciais da implantação da agroindústria canavieira no município também chegaram a se integrar a essas áreas da cidade:

TABELA 71 - BAIRROS DE GUARIBA COM MAIS DE 70% DE NATURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO: NATURALIDADE DA POPULAÇÃO

Bairro	% Naturais do Município I	% Naturais da R.A. R.Preto II (+)	% Naturais do estado SP III (++)	I+II+III
Centro	50,4	31,3	6,1	87,8
V.Corona	49,0	34,7	14,3	98,0
V.CECAP	36,5	43,7	12,5	92,7
V.Garavello	56,7	19,7	11,0	87,4
J.Boa Vista	53,3	35,0	10,0	98,3
V.Jordão	55,5	16,2	14,1	85,8
V.Amorim	55,4	15,4	7,7	78,5
COHAB	47,6	23,3	4,0	74,9


(+) Excluídos os naturais de Guariba.

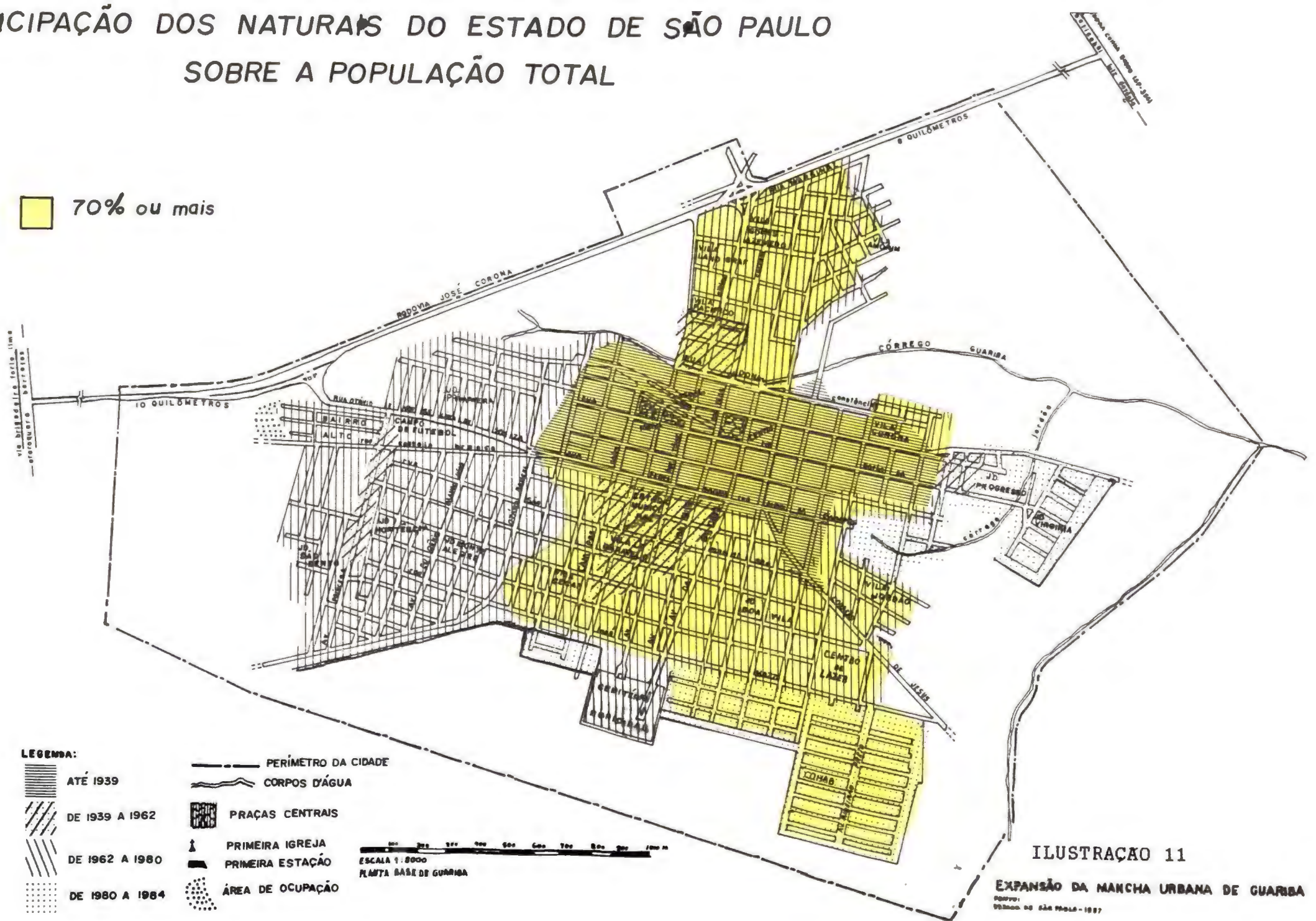
(++) Excluídos os naturais da R.A. Ribeirão Preto.

Fonte: Levantamento de campo, 1988

Alguns bairros, constituídos no momento da remoção de minifundistas, parceiros, colonos ou assalariados rurais de municípios próximos a Guariba guardam ainda as marcas de sua origem. É o caso da Vila Garavello, com 19,7% de habitantes oriundos de outros municípios da Região Administrativa de Ribeirão Preto, cujo crescimento remonta à década de 1950. É o caso ainda da Vila Jordão, com 16,2% de habitantes dessa área, removidos durante a grande expansão canavieira dos anos sessenta. Mais recentes, a Vila CECAP (com 43,7% de habitantes dessa área) e a COHAB (com 23,3%) traduzem processos sucessivos de expropriação de minifundistas ou expulsão de trabalhadores rurais.

PARTICIPAÇÃO DOS NATURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO SOBRE A POPULAÇÃO TOTAL

 70% ou mais



Em todos esses casos, formaram-se bairros intermediários, produtos da integração dessa força de trabalho às necessidades de trabalho qualificado e semi-qualificado da agroindústria canavieira. São bairros estabilizados, fruto de migrações mais ou menos antigas e da realização de determinados níveis de poupança pelos trabalhadores assimilados à economia rural da área.

Contudo, mesmo esses bairros estão estruturalmente ligados à divisão técnica do trabalho da agroindústria canavieira, e dependem essencialmente dos empregos diretos das usinas. Essa dependência marca os estreitos limites do urbano em uma cidade que funciona como uma seção da organização dos fatores de produção da economia canavieira.

Bairros intermediários como a Vila Jordão, Vila Amorim e COHAB distinguem-se por diferentes proporções de dependência da oferta de trabalho volante e semi-qualificado. A Vila Jordão representa um típico exemplo de bairro de motoristas de cana e tratoristas, enquanto a Vila Amorim apresenta um grande predomínio de volantes mesclado com uma proporção significativa de operários, motoristas e tratoristas. Já o Jardim Progresso constitui caso à parte: uma parcela importante da população está ligada à atividade das chácaras locais, resultando em menor dependência direta da atividade canavieira.

Bairros de padrão um pouco mais elevado, como a Vila CECAP e a Vila Garavello têm estruturas ocupacionais muito similares. Ambas apresentam um predomínio de empregos qualificados ou semi-qualificados. Também, as duas estão ligadas de maneira semelhante

à oferta direta de empregos das usinas (53,7% da PEA na Vila CECAP e 50,9% na Vila Garavello) sendo que a Usina São Martinho responde pela maior parte dos empregos de ambas (34,1% da PEA na Vila CECAP e 18,9% na Vila Garavello). Ambas apresentam uma tendência de se consolidarem como "bairros operários" das usinas, como é, formalmente, a Vila Corona.

No interior desse grupo de bairros, alguns se destacam pela transição de uma parcela mais significativa da sua força de trabalho para empregos no setor terciário. O Jardim Boa Vista tem 36,8% dos empregos vinculados ao terciário, enquanto a Vila Garavello tem 32,1%. A Vila CECAP e a COHAB apresentam índices semelhantes de empregos no terciário (respectivamente 26,8% e 25%): a diferença entre ambas reside na maior especialização da força de trabalho da CECAP empregada nas usinas (tanto no setor agrícola como no industrial). Já bairros como a Vila Jordão (19,5%) e especialmente a Vila Amorim (7,1%) apresentam uma baixa participação do terciário na absorção da força de trabalho. Bairros como a Vila CECAP, a Vila Garavello e o Jardim Boa Vista - naturalmente com o Centro e a Vila Corona - concentram a diminuta classe média da cidade. Neles, uma maior presença do terciário indica uma esfera maior de autonomia face à economia agroindustrial.

Esses bairros, ao lado de outros bairros intermediários como a COHAB e a Vila Jordão, a Vila Amorim e o Jardim Progresso, realizam a integração da mão de obra às necessidades de trabalho qualificado e semi-qualificado da economia canavieira. Resultaram tanto de migrações

mais antigas da área rural (geralmente do estado de São Paulo) como de movimentos de transferências de população no interior da mancha urbana, tanto no sentido Centro - bairros (com a especialização comercial progressiva do Centro) como no sentido anel periférico - bairros. Hoje, apresentam uma certa estabilidade populacional:

TABELA 72 - CENTRO E BAIROS INTERMEDIARIOS DE GUARIBA:
RESIDENTES RECENTES NO MUNICIPIO E NO LOCAL DE MORADIA, 1988

Bairro	Residentes há 5 anos ou menos (%)	
	No Município	No Bairro
Centro	19,2	30,8
V. Corona	16,7	25,0
V. CECAP	5,6	11,1
V. Garavello	---	30,8
J. Boa Vista	18,7	62,5
J. Progresso	9,5	42,9
V. Jordão	13,6	40,9
V. Amorim	14,3	28,6
COHAB	13,6	25,6

Fonte: Levantamento de campo, 1988

B2. O Anel Periférico

A constituição da cidade de Guariba no interior do território da agroindústria canavieira cristalizou um vasto anel periférico de pobreza, cujo crescimento acompanhou e viabilizou o aprofundamento da especialização canavieira e a intensificação da capitalização das atividades agroindustriais.

O quadrante sudoeste da cidade representa o núcleo desse anel periférico de pobreza, abrangendo o Bairro Alto e a sua expansão constituída pelo Jardim São Bento, a área de transição do Jardim Hortência e Jardim Monte Alegre e ainda a área de ocupação a oeste do Bairro Alto. Nos limites do anel de pobreza, o Jardim Primavera integra-se nitidamente a ele nos quarteirões a oeste, mas apresenta características distintas nos quarteirões a leste, próximos ao núcleo histórico da cidade. No lado oposto da mancha urbana, o Jardim Virgínia cristaliza uma inserção do anel de pobreza no lado leste. Fisicamente separado da cidade pelo córrego Jordão e pelas pequenas chácaras do Jardim Progresso, a sua vocação parece ser a de isolar-se dos eixos de expansão urbana, na medida em que uma área de difícil drenagem entre os córregos Jordão e Guariba o distancia do novo cinturão de loteamentos populares que começam a ser arruados a leste e nordeste da Vila Amorim.

O anel periférico depende essencialmente da oferta de trabalho volante (vide tabelas 68 e 70). Essa dependência oscila entre os quase 40% da PEA do Jardim Virgínia aos quase 80% da Ocupação. Em todos eles, com a exceção relativa do Jardim Virgínia, a proporção de empregados em atividades mais qualificadas (operários ou mesmo tratoristas e motoristas) é muito pequena. O caso das pensões do Jardim M. Alegre/Hortência é especial: a elevada proporção de empregos no interior das usinas refere-se basicamente a trabalhos internos não qualificados (auxiliares de carga e descarga, ajudantes de mecânicos, etc.).

O anel periférico é uma anel de pobreza urbana, onde está concentrado o exército de força de trabalho não-qualificada engajado no complexo agroindustrial canavieiro.

Um índice das fronteiras do anel periférico de pobreza reside nas taxas de analfabetismo, sintetizadas na tabela seguinte a na ILUSTRAÇÃO 12:

TABELA 73 - BAIRROS DE GUARIBA: TAXA DE ANALFABETISMO, 1988 (+)

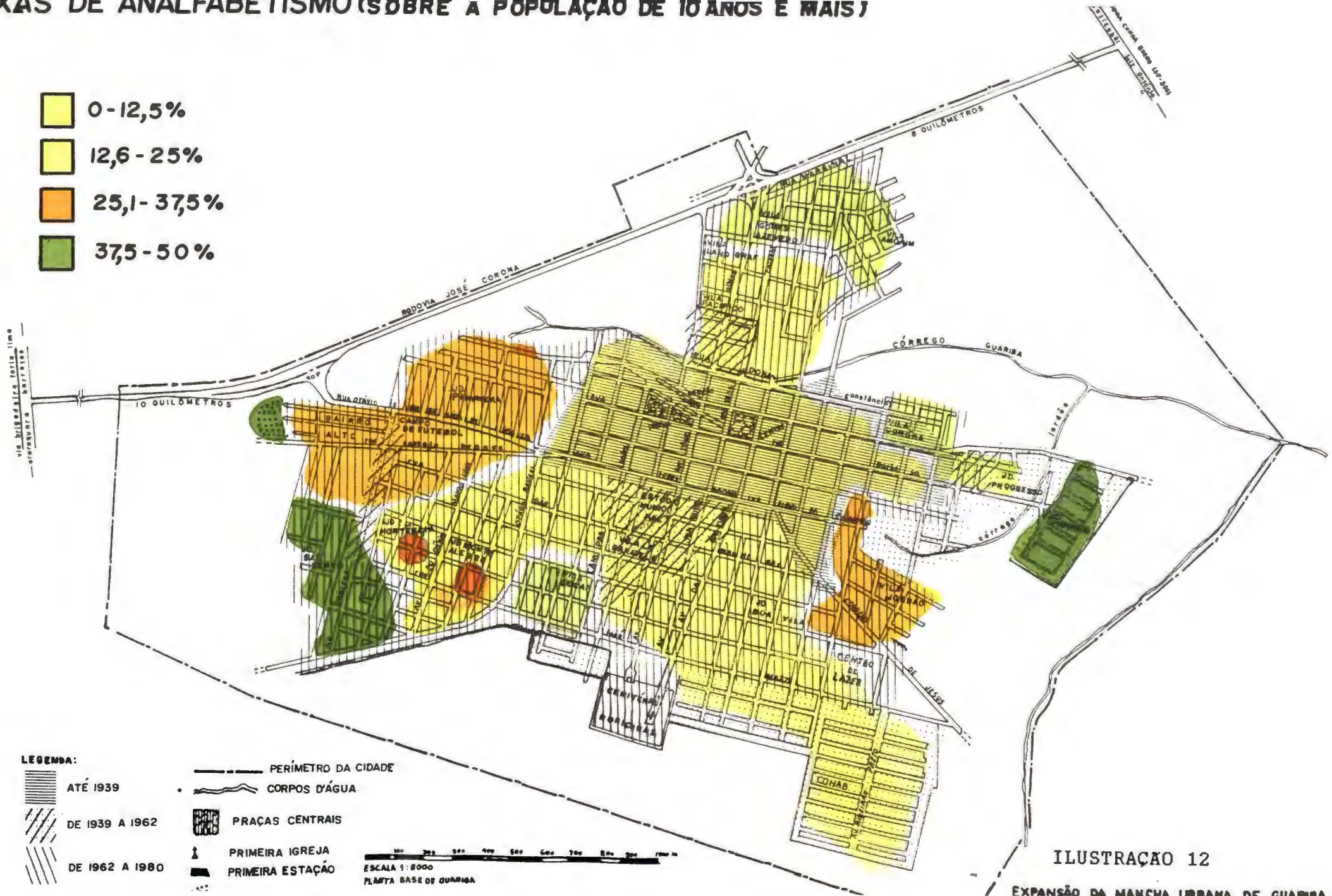
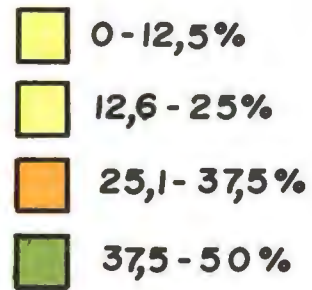
Bairro	% Analfabetos	Bairro	% Analfabetos
Centro	14,9	COHAB	14,9
V. Corona	--	. J. Primavera	29,5
V. CECAP	7,6	. J. Virginia	41,4
V. Garavello	19,0	. J.M. Alegre/Hortência	22,5
J. Boa Vista	14,3	. Pensões M. Alegre/Hort.	25,8
J. Progresso	7,7	. Bairro Alto	30,4
V. Jordão	31,9	. J.S. Bento	46,2
V. Amorim	10,4	. Ocupação	50,0

(+) Foram considerados analfabetos apenas os não alfabetizados de mais de 15 anos. A taxa de analfabetos foi calculada sobre a população de 10 anos e mais.

Fonte: Levantamento de campo, 1988

A Vila Jordão aparece como caso especial, pois a sua taxa de analfabetismo é similar à de certas áreas do anel periférico de pobreza, embora ela esteja muito longe de poder ser assimilada a este anel. Por outro lado, as taxas relativamente elevadas do Centro e da Vila Garavello podem ser explicadas pela concentração de idosos nessas áreas (o que também constitui uma parte da explicação para a taxa da Vila Jordão).

TAXAS DE ANALFABETISMO (SOBRE A POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS)



LEGENDA:

ATÉ 1939
 DE 1939 A 1962
 DE 1962 A 1980

PERÍMETRO DA CIDADE
 CORPOS D'ÁGUA
 PRAÇAS CENTRAIS
 PRIMEIRA IGREJA
 PRIMEIRA ESTAÇÃO

ESCALA 1:8000
 PLANTA BASE DE GUARIBA

ILUSTRAÇÃO 12

EXPANSÃO DA MANCHA URBANA DE GUARIBA

O anel periférico é um produto da atração de excedentes populacionais pelo capital agroindustrial investido na área de Guariba. A aceleração desses fluxos, nas últimas décadas, impulsionou o crescimento acelerado desse anel urbano, que alicerça a integração da superpopulação relativa proveniente de lugares diferentes do país à economia canavieira.

A tabela seguinte traz a distribuição da naturalidade da população dos diferentes bairros:

TABELA 74 - BAIRROS DE GUARIBA: NATURALIDADE DA POPULAÇÃO, 1988

Bairro	% Naturais estado São Paulo	% Naturais MG + NE + PR	% Naturais Outros
Centro	87,8	8,6	3,6
V. Corona	98,0	2,0	---
V. CECAP	92,7	6,2	1,1
V. Garavello	87,4	12,6	---
J. Boa Vista	98,3	1,7	---
J. Progresso	52,0	43,8	4,2
V. Jordão	85,8	14,2	---
V. Amorim	78,5	21,5	---
COHAB	74,9	24,2	0,9
J. Primavera	57,5	41,7	0,8
J. Virgínia	52,7	47,3	---
J. M. Alegre/Hortência	66,0	33,5	0,5
Pensões M. Alegre/Hort.	---	96,8	3,2
Bairro Alto	50,6	48,1	1,3
J. S. Bento	35,4	63,1	1,5
Ocupação	28,8	69,4	2,0

Fonte: Levantamento de campo, 1988

O anel periférico está nitidamente caracterizado pela maior participação proporcional dos naturais de Minas Gerais, Nordeste e Paraná, que constituíram a base dos grandes fluxos migratórios recentes, particularmente após o lançamento do Pró-Alcool.

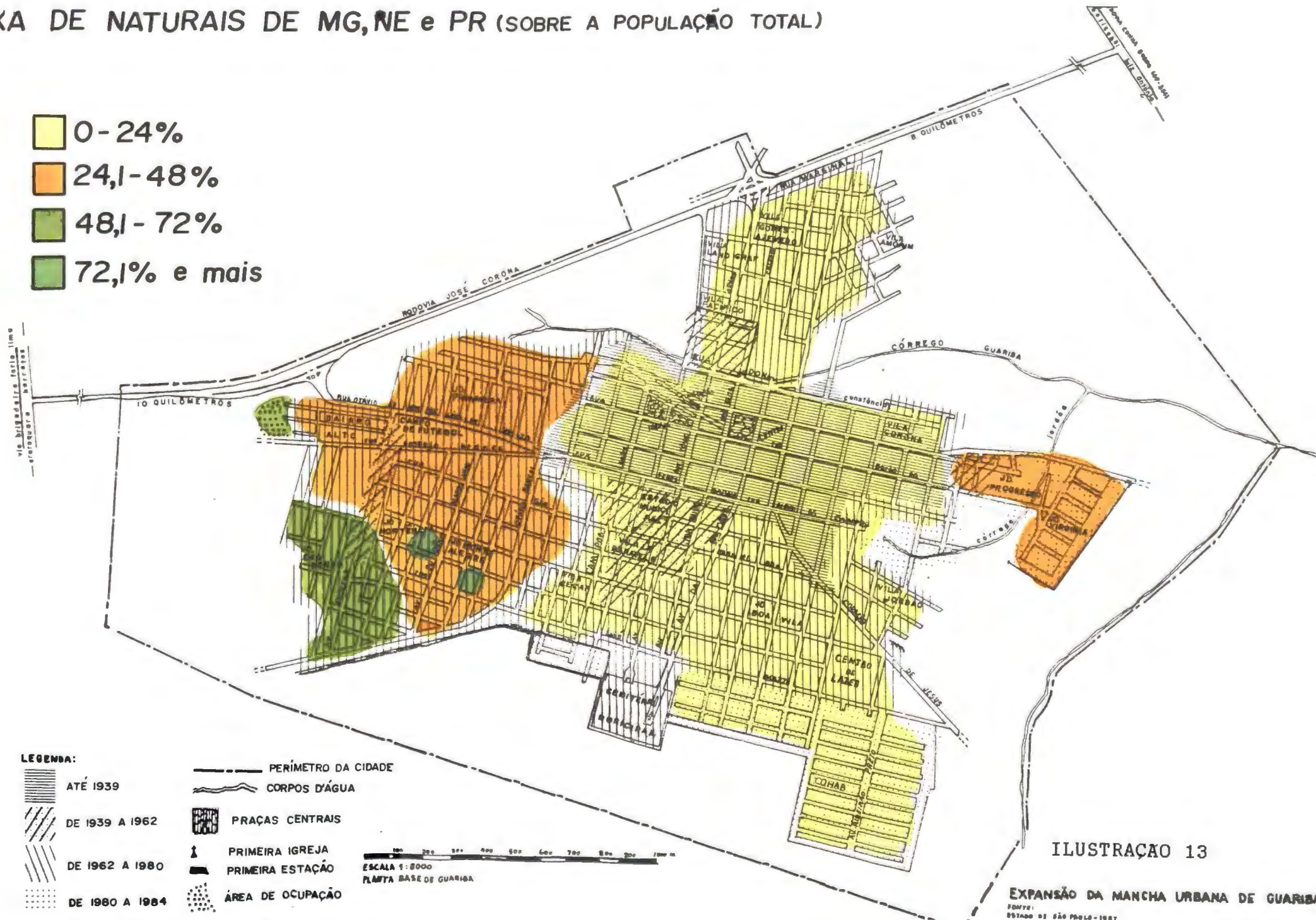
As pensões do Jardim M.Alegre/Hortência, a Ocupação e o Jardim S. Bento apresentam os mais fortes contingentes migratórios recentes. Nas pensões, predominam largamente os nordestinos (51,6%), especialmente baianos, e mineiros (45,2%). Na Ocupação e no Jardim S. Bento predominam os mineiros (respectivamente 32,6% e 35%), embora seja significativa nas duas áreas a presença de nordestinos e paranaenses.

O Bairro Alto, Jardim Virgínia e Jardim Primavera representam um segundo escalão quanto à absorção de migrantes recentes. No Bairro Alto e Jardim Primavera predominam os mineiros (27,6% e 26,4%, respectivamente). No Bairro Alto, o segundo grupo são os paranaenses (12,7%) enquanto no Jardim Primavera são os nordestinos (14,2%). No Jardim Virgínia ocorre maioria de paranaenses (22,2%), reflexo do caráter extremamente recente do loteamento.

O Jardim M.Alegre/Hortência, área bastante ampla e heterogênea internamente, abriga tanto os migrantes sazonais mais recentes (nas pensões que estão disseminadas por vários quarteirões) como antigos moradores naturais do município (46%) e uma proporção significativa de migrantes mineiros (23,4%) que alugam cômodos de fundo ou, quando estabelecidos há mais tempo, alugam uma habitação.

TAXA DE NATURAIS DE MG, NE e PR (SOBRE A POPULAÇÃO TOTAL)

- 0-24%
- 24,1-48%
- 48,1-72%
- 72,1% e mais



LEGENDA:

- | | | | |
|---|----------------|---|---------------------|
|  | ATÉ 1939 |  | PERÍMETRO DA CIDADE |
|  | DE 1939 A 1962 |  | CORPOS D'ÁGUA |
|  | DE 1962 A 1980 |  | PRAÇAS CENTRAIS |
|  | DE 1980 A 1984 |  | PRIMEIRA IGREJA |
| | |  | PRIMEIRA ESTAÇÃO |
| | |  | ÁREA DE OCUPAÇÃO |

ESCALA 1:8000
PLANTA BASE DE GUARIBA

ILUSTRAÇÃO 13

EXPANSÃO DA MANCHA URBANA DE GUARIBA
FUNVI
ESTADO DE SÃO PAULO - 1987

O Jardim Progresso merece um exame especial, pois apresenta participação muito elevada de migrantes paranaenses (21,9%), mineiros (11,5%) e nordestinos (10,4%) mas de maneira nenhuma pode ser assimilado ao anel de pobreza. Formado inicialmente na passagem dos anos cinquenta para os sessenta, recebeu principalmente fluxos migratórios de colonos, minifundistas e assalariados que deixavam o norte do Paraná, na década de 1970, apresentando hoje uma relativa estabilidade. A sobrevivência de várias chácaras de frutas e legumes na área confere ao bairro características singulares e alguma autonomia face à economia agroindustrial.

A COHAB, Vila Amorim, Vila Jordão e Vila Garavello apresentam participação muito menor de migrantes oriundos das áreas em tela. No caso da COHAB, trata-se de fato curioso, dado o caráter recente do conjunto habitacional, inaugurado em 1982. Ele revela o poder aquisitivo muito baixo dos migrantes mais recentes, além provavelmente de um favorecimento dos naturais do município (que formam 47,6% dos moradores) no processo de inscrição. Já os outros três, bairros mais antigos e estabilizados, são exemplos da integração de fluxos migratórios oriundos da principalmente do estado de São Paulo (caso da Vila Jordão e Vila Garavello) ou do Nordeste (20,0% dos moradores da Vila Amorim).

Absorvendo a mão de obra não qualificada, basicamente destinada ao trabalho volante e submetida às condições de sazonalidade da oferta

de empregos, os bairros do anel periférico realizam funções cruciais para a efetivação das condições gerais de reprodução da força de trabalho. Essas funções acabam por definir o anel periférico como área de forte instabilidade populacional. Os bairros dessa área apresentam um número mais elevado de habitantes recentes, que acabam de adquirir um terreno e realizaram a auto-construção da moradia ou que alugam um cômodo ou um lugar na pensão, ou ainda que habitam temporariamente em espaço cedido por parentes já estabelecidos na cidade:

TABELA 75 - ANEL PERIFERICO DE GUARIBA:
RESIDENTES RECENTES NO MUNICIPIO E NO LOCAL DE MORADIA, 1988

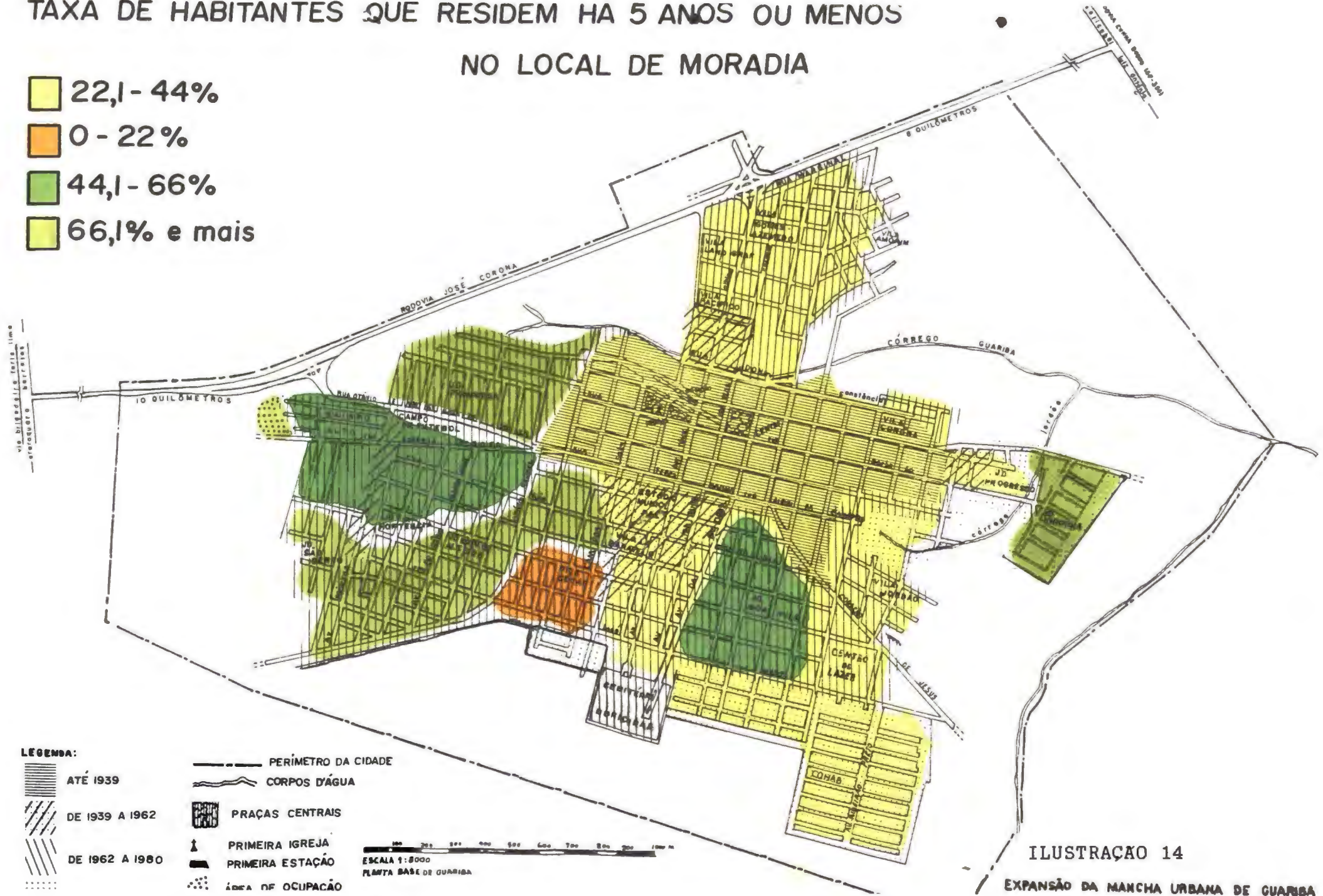
Bairro	Residentes há 5 anos ou menos (%)	
	No Município	No Bairro
J.Primavera	22,2	81,0
J.Virgínia	31,6	100,0
J.M.Alegre/Hortênciã	17,0	72,3
Pensões M.Alegre/Hort.	100,0	100,0
Bairro Alto	31,9	63,8
J.S.Bento	25,8	88,7
Ocupação	70,0	100,0

Fonte: Levantamento de campo, 1988

Assim, bairros como o Jardim S.Bento e o Jardim Primavera, o Jardim Virgínia e o Bairro Alto - para não falar no óbvio: a Ocupação e as pensões do Jardim M.Alegre/Hortênciã - constituem as portas de ingresso da força de trabalho volante (e do exército industrial de reserva). A desproporção completa entre a quantidade relativa de novos habitantes nesses bairros (que varia dos 63,8% do Bairro Alto até os 81,0% do Jardim Primavera) e de novos habitantes no Centro e nos bairros envolventes (vide TABELA 72) ilumina a natureza explosiva do crescimento urbano recente.

TAXA DE HABITANTES QUE RESIDEM HA 5 ANOS OU MENOS NO LOCAL DE MORADIA

- 22,1 - 44%
- 0 - 22%
- 44,1 - 66%
- 66,1% e mais



- LEGENDA:**
- ATÉ 1939
 - DE 1939 A 1962
 - DE 1962 A 1980
 - PERÍMETRO DA CIDADE
 - CORPOS D'ÁGUA
 - PRAÇAS CENTRAIS
 - PRIMEIRA IGREJA
 - PRIMEIRA ESTAÇÃO
 - ÁREA DE OCUPAÇÃO

ESCALA 1:5000
PLANTA BASE DE GUARIBA

ILUSTRAÇÃO 14
EXPANSÃO DA MANCHA URBANA DE GUARIBA

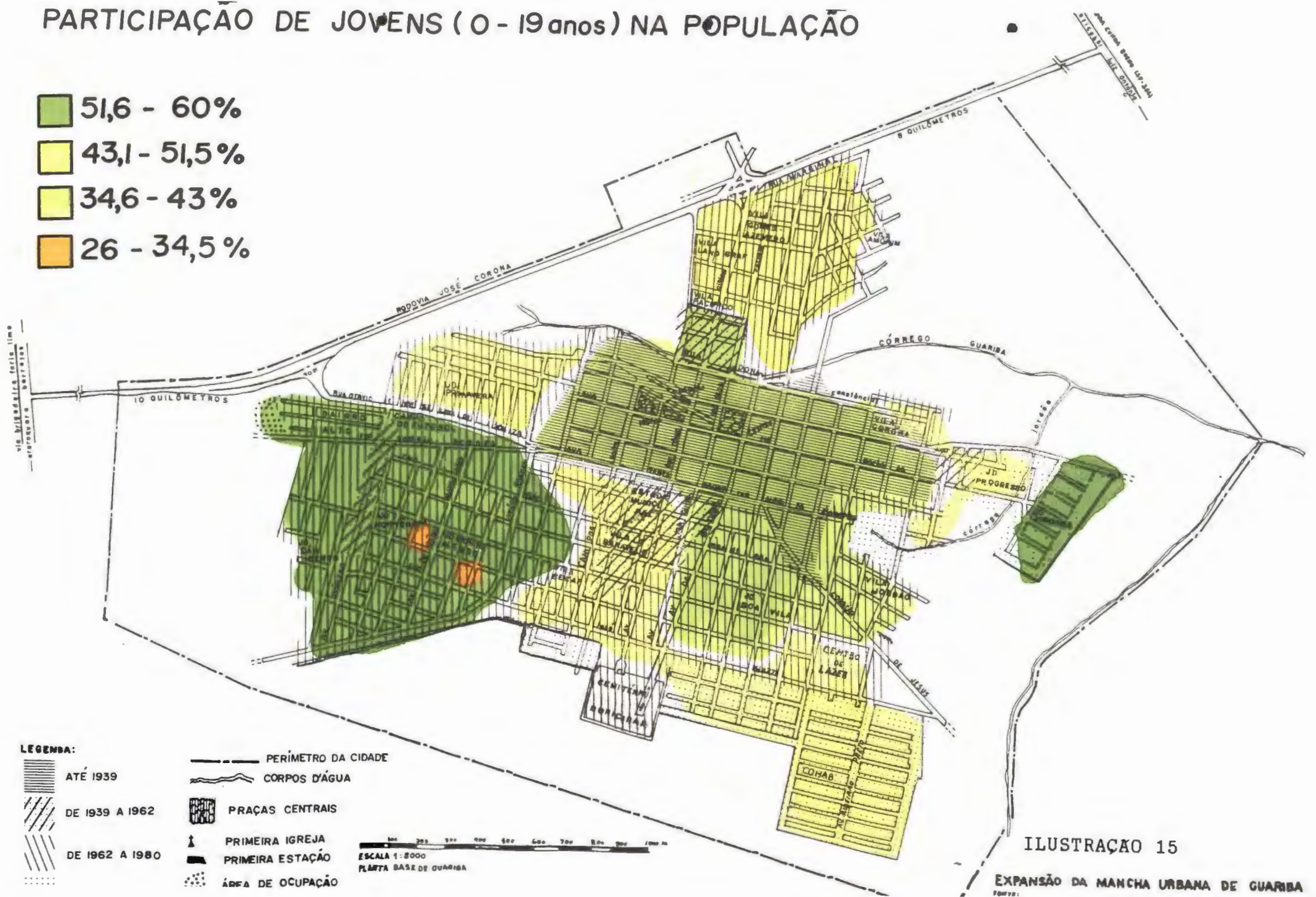
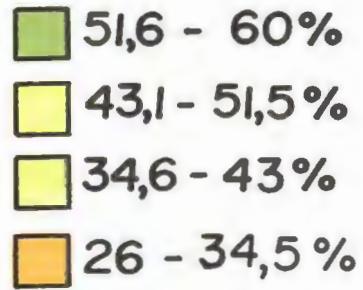
O anel periférico de pobreza apresenta uma estrutura etária singular, não apenas em função das elevadas taxas de natalidade e reduzida expectativa de vida características de áreas de pobreza mas principalmente em função das suas funções ligadas à integração da força de trabalho migrante. O contingente migratório expressivo e de ingresso recente altera a estrutura etária provocando grande concentração nas faixas mais jovens. O mesmo fator condiciona a presença de uma proporção extremamente baixa de idosos (60 anos e mais) e também de adultos das faixas etárias mais elevadas (40a 59 anos):

TABELA 76 - BAIROS DE GUARIBA: ESTRUTURA ETARIA, 1988

Bairro	Faixas Etárias			
	0 - 19	20 - 39	40 - 59	60 e +
Centro	35,0	27,2	19,3	18,4
V. Corona	50,0	41,7	8,3	--
V. CECAP	43,9	32,7	16,3	7,1
V. Garavello	45,3	32,8	12,5	9,4
J. Boa Vista	40,9	34,4	18,0	6,6
J. Progresso	45,8	29,2	17,7	7,3
V. Jordão	41,2	31,4	17,6	9,8
V. Amarin	50,8	36,9	10,8	1,5
COHAB	48,8	33,9	13,3	4,0
J. Primavera	50,7	39,3	8,8	1,1
J. Virginia	57,4	30,6	9,3	2,8
J. M. Alegre/Hortência	55,9	29,0	12,2	2,9
Pensões M. Alegre/Hort.	25,8	71,0	3,2	--
Bairro Alto	52,9	32,5	12,1	2,5
J. S. Bento	58,9	27,0	9,5	3,6
Ocupação	58,2	38,8	2,0	--

Fonte: Levantamento de campo, 1988

PARTICIPAÇÃO DE JOVENS (0 - 19 anos) NA POPULAÇÃO



- LEGENDA:**
- ATÉ 1939
 - DE 1939 A 1962
 - DE 1962 A 1980

- PERÍMETRO DA CIDADE
- CORPOS D'ÁGUA
- PRAÇAS CENTRAIS
- PRIMEIRA IGREJA
- PRIMEIRA ESTAÇÃO
- ÁREA DE OCUPAÇÃO

ESCALA 1:8000
PLANTA BASE DE GUARIBA

ILUSTRAÇÃO 15
EXPANSÃO DA MANCHA URBANA DE GUARIBA

Contudo, o anel periférico de pobreza não é homogêneo: antes, traduz diferentes situações de absorção da força de trabalho não qualificada na cidade.

O acesso à propriedade da moradia constitui provavelmente a aspiração principal do trabalhador rural urbanizado. No interior do anel periférico, é o Jardim Virginia que cristaliza mais nitidamente a realização dessa aspiração: lá, 73,7% dos imóveis são de propriedade do morador. O grande crescimento recente do Jardim São Bento também está vinculado à busca da propriedade da moradia, viabilizada pelo preço relativamente baixo dos terrenos nessa área, onde 64,1% dos habitantes têm a propriedade da moradia.

Essa proporção cai para 60% num loteamento de padrão um pouco mais elevado, como é o Jardim Primavera e chega a apenas 50,7% no Bairro Alto. Tanto em um como em outro, é elevado o número de cômodos de fundo construídos para locação (respectivamente 30,6% e 30,9% das habitações eram constituídas por um único cômodo). Essa modalidade de complementação da renda também é bastante difundida no Jardim São Bento, onde as habitações com um único cômodo atingem 31,6% e as moradias alugadas são 33,3% do total.

O Jardim M.Alegre/Hortênciã representa, com toda a clareza, a combinação dessas modalidades de acesso à habitação. Os imóveis habitados pelos proprietários são 61,7% mas lá se concentram as grandes pensões, construídas por antigos volantes que realizaram

determinados níveis de poupança ou também por motoristas e tratoristas ou empreiteiros de mão de obra ("gatos"). Algumas dessas pensões chegam a receber setenta ou oitenta safristas, provenientes do Jequitinhonha mineiro ou baiano, que se acumulam em oito ou nove minúsculos cômodos.

A pressão crescente pela propriedade da moradia vem sendo acirrada, nos últimos anos, pela queda dos salários reais, num movimento inverso àquele que se seguiu ao lançamento do Pró-Álcool. A nova conjuntura, aparentemente determinada pela combinação da estabilização da produção canavieira com o excedente populacional gerado pelos fluxos migratórios recentes, ilumina os limites da absorção da força de trabalho nas pensões, cômodos de aluguel ou nos loteamentos populares. A ocupação da área de dreno a oeste do Bairro Alto é a manifestação mais evidente do colapso daquele modelo.

CONCLUSÃO

A investigação da natureza objetiva e dos significados do urbano na pequena cidade interiorana transformou-se, desde logo, numa análise das mudanças de natureza e significado sofridas por Guariba em momentos diferentes da sua história.

A constituição do núcleo urbano, na última década do século passado, e o seu crescimento inicial materializam a lógica territorial do Complexo Cafeeiro Capitalista.

A subordinação da produção rural da mercadoria exportável aos mecanismos urbanos da circulação dessa mercadoria e dos capitais envolvidos na reprodução do sistema gerou uma espacialidade singular. O desenvolvimento paralelo de um circuito internacionalizado e de um circuito local - ambos submetidos à reprodução do capital cafeeiro - repercutiu territorialmente combinando a apropriação extensiva da terra pela grande unidade de produção agrícola com um processo de "seneadura urbana" responsável pela multiplicação de povoados e pequenas cidades "cafeeiras" ao longo dos eixos de circulação.

A ordenação espacial resultante fundamentou-se, em larga medida, na justaposição de domínios territoriais autárquicos, submetidos em conjunto às demandas do mercado mundial capitalista. Nesse aparente

paradoxo, onde autonomia e dependência derivam de um único movimento de acumulação, reside o segredo da pequena cidade do Complexo Cafeeiro.

A solidariedade entre o núcleo urbano e a hinterlândia rural dedicada à produção cafeeira marcou o desenvolvimento da pequena cidade. Estabelecendo relações orgânicas com o espaço rural adjacente, a pequena cidade elaborou sólidos vínculos com o mercado local, gerando um conjunto diversificado de atividades econômicas secundárias e terciárias. Ao mesmo tempo, a organização específica dos fatores de produção da economia cafeeira determinou limites rígidos para a expansão do segmento urbano, que permaneceu sempre circunscrito às demandas marginais do circuito local.

Sede de atividades econômicas básicas para esse circuito local, o núcleo urbano foi também o "locus" político da média e pequena burguesia cafeeira, inserida na estrutura do Complexo Cafeeiro em posição assemelhada à de uma camada de proprietários fundiários de expressão local ou regional. Essa camada social, e ainda uma diminuta classe média constituída de comerciantes e profissionais liberais, animou a vida política da pequena cidade, originando disputas e polêmicas, gerando jornais e movimentando o cenário urbano.

A desagregação do Complexo Cafeeiro - que precedeu a desagregação da produção cafeeira - removeu os fundamentos da vitalidade econômica (e política) da pequena cidade.

A dissolução da grande unidade cafeeira impulsionou a divisão

social e territorial do trabalho, contribuindo para a transformação das relações estabelecidas nas décadas anteriores. Simultaneamente, o desenvolvimento dos sistemas de transportes e comunicações incrementou os fluxos de mercadorias e capitais. A autarquização sui generis do Complexo Cafeeiro foi dando lugar a um sistema mais sofisticado de hierarquias locais e regionais.

O rompimento do circuito local originado desses processos condicionou a decadência de um conjunto de atividades artesanais e comerciais vinculadas às demandas locais, em particular às demandas básicas. Por outro lado, as atividades substitutivas vinculavam-se predominantemente às próprias demandas urbanas (ou não-básicas). Assim, o crescimento demográfico absoluto (e principalmente relativo) do segmento urbano realizou-se sobre a base de uma integração mais profunda na divisão territorial do trabalho e nos mercados inclusivos.

A introdução da cultura canavieira na região assinalou, desde os anos cinquenta, a integração da economia local a mercados cada vez mais unificados e subordinados a padrões monopolistas de acumulação.

A especialização canavieira de determinadas áreas do estado de São Paulo não constituiu um processo homogêneo. Ao contrário: sofisticados movimentos de regionalização agrícola diferenciaram micro-áreas, definindo níveis diferentes de subordinação do espaço rural à produção canavieira. No caso do município de Guariba, esse

processo de especialização produtiva gerou - ao longo de distintas etapas históricas - um domínio absoluto da estrutura de produção rural pela agroindústria canavieira.

O desenvolvimento urbano da pequena cidade passou a repercutir essas novas realidades. Nas décadas posteriores à implantação das usinas açucareiras, Guariba conheceu um paradoxo formado por um crescimento demográfico explosivo acompanhado de um esvaziamento das suas atividades econômicas especificamente urbanas.

Simultaneamente, a pequena cidade viu dissolverem-se inteiramente os laços de solidariedade que fundamentavam a sua inserção na hinterlândia rural. As empresas agroindustriais, em função da escala e da forma de organização do processo produtivo, movimentam-se no interior da lógica dos mercados de âmbito nacional, dependendo muito pouco do núcleo urbano local.

Nessas condições, os tradicionais significados atribuídos aos termos "urbano" e "rural" são esvaziados de sentido concreto. O "urbano" perde o domínio sobre a hinterlândia agrícola e perde ainda as atividades econômicas especificamente urbanas. O "rural" comporta-se como mero alicerce da produção industrial das usinas, como matriz de matérias-primas trabalhadas, já que não mais comporta a produção e reprodução da existência material da força de trabalho agrícola.

O crescimento demográfico explosivo da pequena cidade é produto precisamente da supressão das características "rurais" do espaço

agrícola. Esse crescimento, materializado pela formação sucessiva de cinturões periféricos habitados por migrantes atraídos pelo capital agroindustrial, revoluciona completamente a estrutura intra-urbana da cidade.

A estruturação do espaço urbano que se configura traz as marcas das novas funções desempenhadas pela pequena cidade.

Lugar da reprodução da força de trabalho da agroindústria canavieira, a aglomeração urbana transfere para o seu interior a divisão técnica do trabalho da economia canavieira. A cidade torna-se uma seção inteiramente subsumida a essa divisão técnica do trabalho: ela passa a ser uma oficina de reprodução da mão de obra.

Reprodução da mão de obra envolve, no caso, um duplo movimento. De um lado, é absorção e fixação de novos contingentes não-qualificados que ingressam na esfera da agroindústria canavieira. De outro, é integração da mão de obra fixada aos diferentes níveis de qualificação exigidos pela atual composição orgânica do capital investido na produção do açúcar e do álcool.

A lógica desse processo estrutura o espaço urbano. A presença, no seu interior, de um anel periférico de pobreza ao lado de bairros intermediários variados e heterogêneos sugere à razão analítica a existência de um "bolsão" de pobreza. O desvendamento das funções desempenhadas pela cidade no território da agroindústria canavieira dissolve essa dualidade superficial, revelando um movimento único mas desigual e diferenciado de apropriação da força de trabalho pelo capital.

APENDICE 1 - O MUNICIPIO DE GUARIBA

O povoado de Guariba foi fundado em 1893, tendo sido elevado a Distrito de Paz do município de Jaboticabal pela Lei 817 de 3 de agosto de 1904.

Guariba foi elevada à categoria de município a 6 de novembro de 1917, através da Lei 1562 que o desmembrou de Jaboticabal. Em 1 de janeiro de 1939 o distrito de Pradópolis, até então pertencente ao município de Sertãozinho, passa a pertencer a Guariba. Em 1 de janeiro de 1960 Pradópolis torna-se município, sendo desmembrado de Guariba.

Atualmente, o município de Guariba está enquadrado na Sub-Região de Jaboticabal, uma das 8 sub-regiões constitutivas da Região Administrativa de Ribeirão Preto.

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE RIBEIRÃO PRETO:

 SUB-REGIÃO JABOTICABAL



- 08 BEBEDOURO
- 24 FERNANDO PRESTES
- 28 GUARIBA
- 37 JABOTICABAL
- 43 MONTE ALTO
- 44 MONTE AZUL PAULISTA
- 51 PIRANGI
- 52 PITANGUEIRAS
- 62 SANTA ERNESTINA
- 75 TAIAÇU
- 76 TAIÚVA
- 77 TAQUARITINGA
- 78 TERRA ROXA
- 79 VIRADOURO
- 80 VISTA ALEGRE DO ALTO

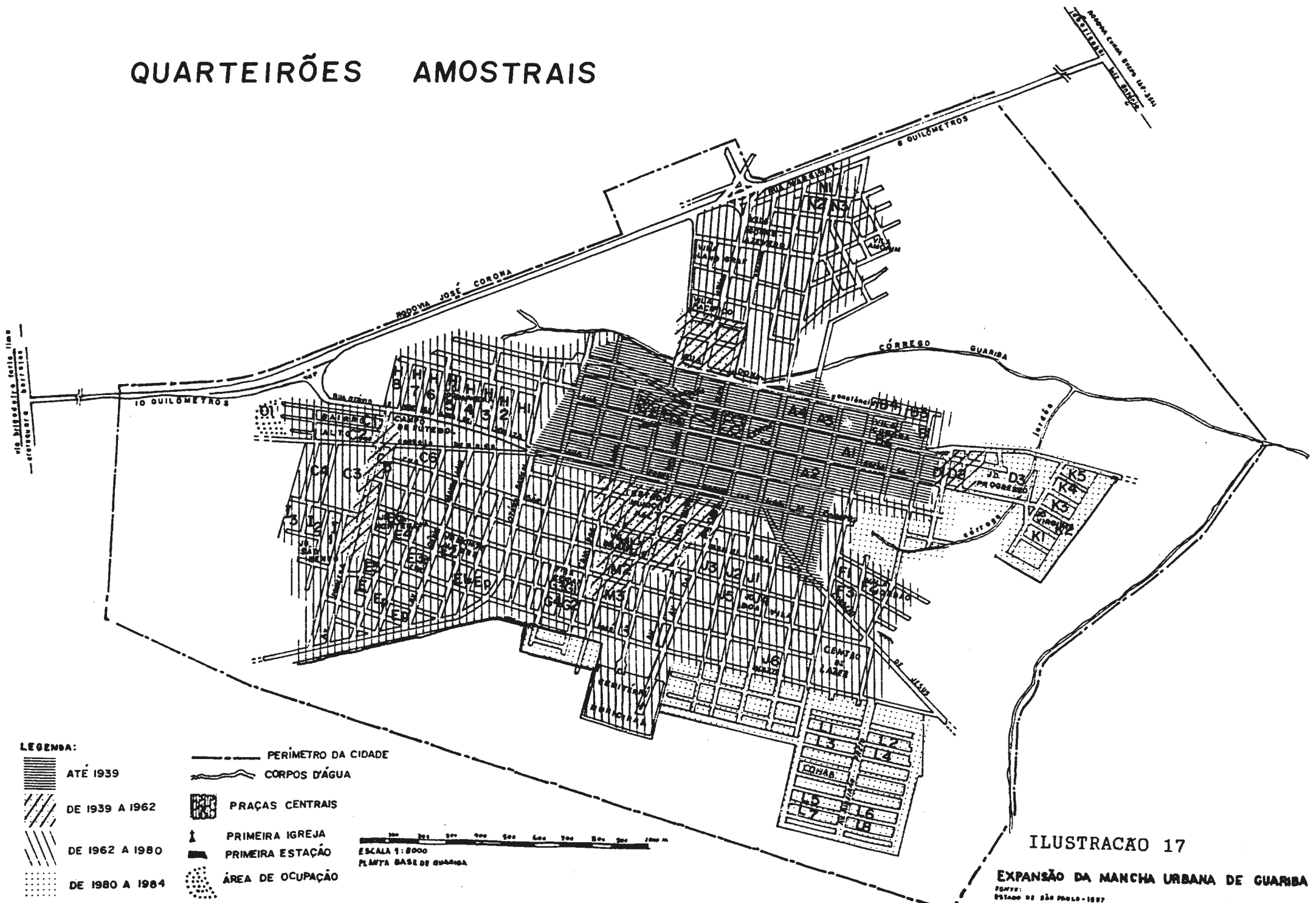
APENDICE 2 - PROCEDIMENTOS DE CAMPO

Os dados utilizados no Capítulo 4 da Parte III (ESTRUTURAÇÃO INTRA-URBANA DE GUARIBA) originaram-se de levantamento de campo realizado no início de 1988, antes do começo do período de safra.


Este levantamento subdividiu-se em duas unidades: a. levantamento de dados do Centro Comercial e de Serviços principal; b. levantamento de dados das áreas residenciais da cidade.







O levantamento do Centro Comercial e de Serviços principal tomou como amostra todos os estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços localizados em ambos os lados da rua Nove de Julho, da esquina da avenida XV de Novembro até a esquina da avenida Dez de Abril, o que representa praticamente a totalidade do Centro Comercial e de Serviços principal. Foi aplicado questionário constante de quesitos relativos ao nome do proprietário, tipo do estabelecimento, número de funcionários e modalidades de emprego dos funcionários, ano de implantação e tipo do estabelecimento anterior. A ILUSTRAÇÃO 17 mostra a área submetida a levantamento:

QUARTEIRÕES AMOSTRAIS



LEGENDA:

-  ATÉ 1939
-  DE 1939 A 1962
-  DE 1962 A 1980
-  DE 1980 A 1984

-  PERÍMETRO DA CIDADE
-  CORPOS D'ÁGUA
-  PRAÇAS CENTRAIS
-  PRIMEIRA IGREJA
-  PRIMEIRA ESTAÇÃO
-  ÁREA DE OCUPAÇÃO

ESCALA 1:8000
 PLANTA BASE DE GUARIBA

ILUSTRACAO 17
EXPANSÃO DA MANCHA URBANA DE GUARIBA
 Governo: Estado de São Paulo - 1987

O levantamento das áreas residenciais definiu como universos de pesquisa zonas ou bairros da cidade dotados de certa unidade histórica. No interior de cada uma dessas zonas-universo foram selecionados alguns quarteirões-amostra, nos quais foi aplicado questionário aos moradores de um terço das habitações, escolhidas segundo critérios de aleatoriedade.

A ILUSTRAÇÃO 17 mostra os quarteirões-amostra. O tamanho de cada amostra aparece a seguir:

- Zona A (Centro): Quarteirões A1 a A4 - 25 habitações, 115 moradores
- Zona B (V.Corona): Quarteirões B1 a B4 - 12 habitações, 49 moradores
- Zona C (B.Alto): Quarteirões C1 a C8 - 70 habitações, 387 moradores
- Zona D (J.Progresso): Quarteirões D1 a D3 - 21 habitações,
43 moradores
- Zona E (J.M.Alegre/Hortência): Quarteirões E1 a E6 - 47 habitações,
239 moradores
- Zona Ep (Pensões J.M.Alegre/Hort.): 3 Pensões localizadas nos
Quarteirões Ep, com 31 moradores
- Zona F (V.Jordão): Quarteirões F1 a F3 - 22 habitações,
103 moradores
- Zona G (V.CECAP): Quarteirões G1 a G4 - 18 habitações, 98 moradores
- Zona H (J.Primavera): Quarteirões H1 a H8 - 63 habitações,
261 moradores
- Zona I (J.S.Bento): Quarteirões I1 a I3 - 39 habitações,
220 moradores
- Zona J (J.B.Vista): Quarteirões J1 a J6 - 16 habitações,
60 moradores
- Zona K (J.Virginia): Quarteirões K1 a K5 - 19 habitações,
108 moradores
- Zona L (COHAB): Quarteirões L1 a L8 - 80 habitações, 447 moradores
- Zona M (V.Garavello): Quarteirões M1 a M3 - 26 habitações,
127 moradores
- Zona N (V.Amorim): Quarteirões N1 a N3 - 13 habitações, 65 moradores
- Zona O (Ocupação): Area O1 - 10 habitações, 49 moradores

Assim, as amostras representam uma proporção muito grande de cada uma das zonas-universo, embora não permitam conclusões estatísticas para a totalidade da cidade.

Os questionários aplicados constaram de quesitos relativos ao tipo de habitação; condição de moradia; número de cômodos; número de moradores; idade, escolaridade e naturalidade de cada um dos moradores; ocupações dos moradores ativos e empregos diretos nas usinas e destilarias da região; tempo de residência no município e no local de moradia do chefe da família; empregos rurais anteriores dos chefes de família exodistas.

NOTAS DE REFERENCIA

- (1) Cf. Michel Beaud (1987: 312).
- (2) Cf. Roberto Simonsen (1973: 189).
- (3) Ver, a esse respeito, as considerações de Emilia Viotti da Costa (1966), na primeira parte da obra.
- (4) Wilson Cano, op.cit., p. 22.
- (5) Consultar, a respeito, Verena Stolcke (1986: 37-44).
- (6) Cf. Wilson Cano (1977: 41).
- (7) Cf. Sérgio Milliet (1982: 24 e ss.).
- (8) Sobre a introdução da parceria nas fazendas de café, consultar Verena Stolcke (1986: 19-31). Sobre as experiências pioneiras do senador Vergueiro em Ibicaba, consultar Thomas Davatz (1941).
- (9) Sobre os significados da opção pela imigração, consultar especialmente José de Souza Martins (1973).
- (10) Sobre a Lei de Terras, consultar José de Souza Martins (1973: 52), José de Souza Martins (1981: 59) e Emilia Viotti da Costa (1977: 133).

- (11) Sobre os conceitos de Frente de Expansão e Frente Pioneira, consultar Leo Waibel (1955: 391-392) e José de Souza Martins (1975: 43-50). Sobre o conceito de Frente Pré-Pioneira e sua aplicação ao caso da zona de Jaú, consultar P.P.Perides (1981).
- (12) Cf. Pierre Monbeig (1984: 25-27).
- (13) Cf. Sérgio Milliet (1982: 54), Odilon Nogueira de Matos (1974: 66 e ss.) e Adolpho Augusto Pinto (1977: 32 e ss.).
- (14) Sobre as condições naturais nas zonas pioneiras, consultar Pierre Monbeig (1984: 33-92).
- (15) Cf. Wilson Cano (1977: 52-53).
- (16) Cf. Wilson Cano (1977: 36).
- (17) Dados de atas da Câmara Municipal, contidos na publicação de Vicente Nunes (1972).
- (18) Cf. Octavio Rangel (1929: 14-27).
- (19) Ver Pierre Monbeig (1984: 184-188).
- (20) Ver Wilson Cano (1977: 41-47).
- (21) Ver a tabela organizada por Wilson Cano (1977: 41).
- (22) Ver dados organizados por Wilson Cano (1977: 263-269).
- (23) Ver Wilson Cano (1977: 86-87) e Sérgio Silva (1981: 60-62).
- (24) Cf. Sérgio Silva (1981: 67-69).

- (25) Sobre a indústria derivada do café, ver Sérgio Silva (1981: 54-56) e Wilson Cano (1977: 79-81).
- (26) Sobre o papel desempenhado por aglomerações portuárias em "economias de arquipélago", ver Francisco de Oliveira (1982).
- (27) Sobre as relações entre o crescimento econômico (indústria, comércio, fundação de empresas, desenvolvimento da burguesia) da capital e a fronteira cafeeira em expansão, ver Richard M. Morse (1970: 228-242). Sobre as relações entre o crescimento urbano físico da capital e a fronteira cafeeira em expansão, ver Richard M. Morse (1970: 243-253). Sobre a remodelação arquitetônica desse período, ver Benedito Lima de Toledo (1983: 86-116).
- (28) Ver José de Souza Martins (1981: 23-58).
- (28) Ver Pedro Paulo Perides (1981: 251-254).
- (30) Ver Pedro Paulo Perides (1981: 268-269).
- (31) Cf. Pedro Paulo Perides (1981: 264).
- (32) Ver Angela Kageyama (1979).
- (33) Sobre as características gerais do chamado "ciclo do algodão", ver Clóvis Melo (1969: 115 e ss.).
- (34) Cf. Angela Kageyama (1979: 122).
- (35) Para as relações entre a pequena produção e o algodão na Alta Paulista e Noroeste, ver Pierre Monbeig (1984: 282 e ss.). Para a Alta Sorocabana, ver José de Souza Martins (1975: 73-82).

- (36) Cf. SEADE (1982: 8-9).
- (37) Ver Raymond Aron (1987: 35-86).
- (38) Ver Lea Goldenstein e Manoel F.G. Seabra (1982).
- (39) Ver José Graziano da Silva (1982: 60).
- (40) Ver José Graziano da Silva (1981: 70-72) e José Graziano da Silva (1982: 83-85).
- (41) Ver José Graziano da Silva (1981: 121-123).
- (42) Ver José Graziano da Silva (1981: 83).
- (43) SEPLAN/GESP (1978: 63, 65, 71, 72) e José Graziano da Silva (1981: 88) organizaram significativas séries de dados sobre diferentes dimensões da expansão das culturas "modernas" no estado.
- (44) Ver dados em José César Gnaccarini (1972: 89).
- (45) Sobre o Programa de Racionalização da Lavoura Canavieira ver José César Gnaccarini (1972: 100 e ss.) e Antonio Thomaz Jr. (1987: 3-4).
- (46) Ver Conselho Estadual de Energia de São Paulo (1987).
- (47) Ver José César Gnaccarini (1972: 161-163).
- (48) Sobre a participação de canas de fornecedores e próprias, ver a tabela organizada por Antonio Thomaz Jr. (1987: 8).
- (49) Ver Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia (1979: 9-13 e 46).

(50) A elaboração das classes de participação da lavoura canavieira na área dos estabelecimentos da ILUSTRAÇÃO G2 percorreu o seguinte itinerário:

1. Aplicação das fórmulas tradicionais: a) extração da raiz quadrada de N para encontrar C , sendo N = Número de elementos e C = Número de classes; b) operação (Valor Máximo - Valor Mínimo) : C = Amplitude de Classe;

2. Constatada a existência de um grande número de elementos (42 em um total de 80) na classe inferior (CI), esta foi isolada e as fórmulas acima aplicadas para um novo universo de elementos, correspondente ao universo anterior com exclusão da classe inferior;

3. Encontradas seis novas classes, duplicou-se a amplitude de cada uma delas para a redução a três classes mais significativas;

4. Estas três classes, adicionadas à classe inferior (CI), vieram a constituir a estrutura definitiva da classificação.

(51) Sobre as características técnicas da produção canavieira, ver Tanás Szmrecsányi (1976: 97-107).

(52) Cf. SEADE (1982: 19).

(53) Cf. SEADE (1982: 5-11).

(54) Ver o trabalho de Margarida M.Moura (1985).

(55) Sobre o sistema de barracão para os safristas na região de Jaboticabal, ver o ensaio de Antonio Thomaz Jr. (1984).

BIBLIOGRAFIA

1. Obras e Textos Utilizados

Adolpho Augusto Pinto, História da Viacão Pública de São Paulo, GESP, São Paulo, 1977.

Alves Motta Sobrinho, A Civilização do Café (1820-1920), Brasiliense, São Paulo, s.d..

Angela A. Kageyama, Crise e Estrutura Agrária: a agricultura paulista na década de 30, Dissertação de Mestrado, ESALQ-USP, Piracicaba, 1979.

Anibal Quijano Obregon, La formation d'un univers marginal dans le villes d'Amérique Latine, in Espaces et Sociétés 3, Julio, Paris, 1971.

Antônio Barros de Castro, 7 Ensaio sobre a Economia Brasileira, Vol.I, Forense, Rio de Janeiro, 1972.

Antonio Thomaz Jr., A Territorialização do Monopólio: As Agroindústrias Canavieiras de Jaboticabal, Relatório de Qualificação, FFLCH-USP, São Paulo, 1987.

Antonio Thomaz Jr., Barracão - forma de controle da mão-de-obra rural recriada pelo capital: os mineiros na região de Jaboticabal, in Boletim Paulista de Geografia 60, AGB-SP, São Paulo, 1984.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira, "Aos Trabalhadores nem o Bagaco" ou A Revolta dos Trabalhadores dos Canaviais e dos Laranjais, in Boletim Paulista de Geografia 60, AGB-SP, São Paulo, 1984.

Benedito Lima de Toledo, São Paulo: três cidades em um século, Duas Cidades, São Paulo, 1983.

Cláudio Antonio G.Egler, Preço da terra, taxa de juro e acumulação financeira no Brasil, in Revista de Economia Política v.5 (1), 1985.

Clóvis Melo, Os Ciclos Econômicos do Brasil, Laemmert, Rio de Janeiro, 1969.

Emilia Viotti da Costa, Da Monarquia à República: Momentos Decisivos, Grijalbo, São Paulo, 1977.

Emilia Viotti da Costa, Da Senzala à Colônia, Difel, São Paulo, 1966.

Fernando Henrique Cardoso, Participação e Marginalidade: Notas para uma Discussão Teórica, in O Modelo Político Brasileiro, Difel, São Paulo, 1972.

Francisco de Oliveira, Elegia para uma Re(li)gião, Paz e Terra, RJ, 1981.

Francisco de Oliveira, O Estado e o Urbano no Brasil in Espaço e Debates (6), 1982.

Harry Magdoff, L'Age de l'impérialisme, Maspero, Paris, 1970.

Jacques Néré, La Crise de 1929, Armand Colin, Paris, 1968.

John W. Alexander, Conceito Básico - Não Básico das Funções Econômicas Urbanas, in Boletim Geográfico do IBG (203), IBGE, Rio de Janeiro, 1968.

José César A. Gnaccarini, Estado, Ideologia e Ação Empresarial na Agroindústria Acucareira do Estado de São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1972.

José Graziano da Silva, A Modernização Dolorosa, Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

José Graziano da Silva, Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura, Hucitec, São Paulo, 1981.

José J. Gebara e José G. Baccarin, Alteração no Sistema de Corte de Cana, de 5 para 7 Ruas: Implicações para Produtores e Trabalhadores, in Boletim Paulista de Geografia 60, AGB-SP, São Paulo, 1984.

José Nun, Superpoblación Relativa, Ejército Industrial de Reserva y Masa Marginal, in Revista Latinoamericana de Sociologia, vol. 5 (2), julio, 1969.

José de Souza Martins, A Imigração e a Crise do Brasil Agrário, Pioneira, São Paulo, 1973.

José de Souza Martins, A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova República", Hucitec, São Paulo, 1986.

José de Souza Martins, Capitalismo e Tradicionalismo, Pioneira, São Paulo, 1975.

José de Souza Martins, O Cativo da Terra, Ciências Humanas, São Paulo, 1981.

J.R. de Araujo Filho, O Café, riqueza paulista, in Boletim Paulista de Geografia 23, AGB-SP, São Paulo, 1956.

Lea Goldenstein e Manoel F.G. Seabra, Divisão Territorial do Trabalho e Nova Regionalização in Revista do Departamento de Geografia (1), FFLCH-USP, São Paulo, 1982.

Leo H. Waibel, As Zonas Pioneiras do Brasil in Revista Brasileira de Geografia (4), outubro-dezembro de 1955.

Lúcio Kowarick, Capitalismo e Marginalidade na América Latina, Paz e Terra, RJ, 1977.

Luiz Pereira, Populações Marginais, in Estudos sobre o Brasil Contemporâneo, Pioneira, São Paulo, 1971.

Margarida Cintra Gordinho, Os Ometto, C.H.Knapp, São Paulo, 1986.

Margarida M. Moura, Os Deserdados da Terra, Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 1985.

Maria da Conceição D'Incao, O "Bóia-Fria": Acumulação e Miséria, Vozes, Petrópolis, 1975.

Maria de Lurdes Scarfon, Crescimento e Miséria - estudo sobre as populações "marginais" em um município paulista, Símbolo, São Paulo, 1979.

Michel Beaud, História do Capitalismo - de 1500 aos nossos dias, Brasiliense, São Paulo, 1987.

Milton Santos, Por uma Geografia Nova, Hucitec, São Paulo, 1980.

Milton Santos, Pobreza Urbana, Hucitec, São Paulo, 1978.

Odilon Nogueira de Matos, Café e Ferrovias, Alfa-Omega, São Paulo, 1974.

Paul Kennedy, Ascensão e Queda das Grandes Potências, Campus, Rio de Janeiro, 1989.

Paul Singer, Economia Política da Urbanização, CEBRAP-Brasiliense, São Paulo, 1973.

Paula Beiguelman, A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro, Pioneira, São Paulo, 1977.

Pedro Paulo Perides, Um Exemplo de Processo de Organização Territorial: A Sub-Região de Jaú (1830-1930), Tese, Mimeo., FFLCH-USP, 1981.

Peter Evans, A Triplíce Aliança, Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

Pierre Monbeig, Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo, Hucitec-Polis, São Paulo, 1984.

- Raymond Aron, Os Últimos Anos do Século, Guanabara, Rio de Janeiro, 1987.
- Richard M. Morse, Formação Histórica de São Paulo, Difel, São Paulo, 1970.
- Roberto C. Simonsen, Evolução Industrial do Brasil e outros estudos, Nacional/Edusp, São Paulo, 1973.
- Rosa Luxemburgo, A Acumulação do Capital, Zahar, Rio de Janeiro, 1970.
- Samir Amin e Kostas Vergopoulos, A Questão Agrária e o Capitalismo, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- SEPLAN/GESP, Trabalho Volante na Agricultura Paulista, Secretaria da Economia e Planejamento do Estado, São Paulo, 1978.
- Sérgio Milliet, Roteiro do Café e Outros Ensaios, Hucitec, São Paulo, 1982.
- Sérgio Silva, Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil, Alfa-Omega, São Paulo, 1981.
- Tamás Szmrecsányi, Contribuição à Análise do Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil, Tese de Doutorado, IFCH-UNICAMP, Campinas, 1976.
- Thomas Davatz, Memórias de um Colono no Brasil (1850), Martins, São Paulo, 1941.

Thomas H.Holloway, Vida e Morte do Convênio de Taubaté, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

Verena Stolcke, Cafeicultura - Homens, Mulheres e Capital (1850-1980), Brasiliense, São Paulo, 1986.

Vinicius Caldeira Brant, Do Colono ao Bóia-Fria: Transformações na Agricultura e Constituição do Mercado de Trabalho na Alta Sorocobana de Assis, Estudos CEBRAP 19, São Paulo, 1977.

Warren Dean, A Industrialização de São Paulo (1880-1945), Difel-Edusp, São Paulo, 1971.

Wilson Cano, Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, Difel, Rio de Janeiro - São Paulo, 1977.

W.W.Rostow, The World Economy, History and Prospect, Univ.Texas Press, Dallas, 1978.

2. Fontes e Documentos Históricos

GAZETA DE GUARIBA (semanário de Guariba) - diversos números.

O COMBATE (semanário de Jaboticabal) - diversos números.

Museu Histórico de Guariba, Registro de Estrangeiros Cadastrados em Guariba entre 1939 e 1952, Guariba, s.d.:

Octavio Rangel, História e Estatística Geral do Município de Guariba, Câmara Municipal de Guariba, Guariba, 1929.

Orôncio Vaz de Arruda Filho, Andanças, Nobel, São Paulo, 1987.

Prefeitura Municipal de Guariba, Fundação de Guariba, Guariba, 1989.

Ramez Atique, Caderno de Guariba, Museu Histórico "Jorge Nogueira de Carvalho", Guariba, 1980.

Vicente Nunes, Enciclopédia de Jaboticabal - Como Nasce uma Cidade, Prefeitura Municipal, Jaboticabal, 1972.

3. Fontes Estatísticas e Oficiais

Associação de Usineiros de São Paulo, Endereços das Usinas Produtoras de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, São Paulo, 1987.

Câmara Municipal de Guariba, Lei 969 / 84 - Delimitação do Perímetro Urbano e de Areas de Expansão Urbana do Município de Guariba, Guariba, 1984.

Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais, Relatórios da Diretoria, números 44 (1893), 46 (1895), 47 (1896) e 54 (1903).

Conselho Estadual de Energia de São Paulo, Pesquisa de Mercado do Alcool de Cana Produzido no Estado de São Paulo, GESP, São Paulo, 1987.

GESP, Estatística Agrícola e Zootécnica de Jaboticabal de 1904-1905, Sec. Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1908.

GESP, Estatística Agrícola e Zootécnica do Estado de São Paulo 1931 a 1940, Sec. Agricultura, Indústria e Comércio, 1944.

GESP, Recenseamento Demográfico, Escolar e Agrícola-Zootécnico de 1934, Sec. Agricultura, Indústria e Comércio e Sec. Educação e Saúde Pública, 1935.

GESP, Relatório da Agricultura de 1923, Sec. Agricultura, Indústria e Comércio, 1927.

Instituto do Açúcar e do Alcool / Superintendência Regional de São Paulo, Safra 1989-90 / Boletim III, São Paulo, 1990.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censos, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Enciclopédia dos Municípios, IBGE, Rio de Janeiro, 1957.

Instituto de Economia Agrícola, Desenvolvimento da Agricultura Paulista, Secretaria da Agricultura, São Paulo, 1971.

SEADE, Análise Demográfica Regional - Ribeirão Preto, Secretaria da Economia e Planejamento do Estado, São Paulo, 1982.

Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia / GESP - Rezzoneamento das Areas para Implantação de Destilarias de Alcool - Subsídios e Diretrizes para o Estado de São Paulo, 1979-1985, GESP, São Paulo, 1979.

Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool no Estado de São Paulo, Relação das Destilarias Autônomas Produtoras de Alcool do Estado de São Paulo, São Paulo, 1987.

4. Documentação Cartográfica

Conselho Nacional de Geografia, Cartas dos Municípios de Araraquara, Barrinha, Guariba, Matão, Ribeirão Preto e Taquaritinga - quinquênio 1954-1958, escala 1:150.000, IBGE, 1957.

Ministério do Planejamento e Coordenação Geral / IBGE-Superintendência de Cartografia, Carta do Brasil, escala 1:50.000, folha de Guariba, 1971.

Ministério do Planejamento e Coordenação Geral / IBGE-Superintendência de Cartografia, Carta do Brasil, escala 1:50.000, folha de Jaboticabal, 1971.

Museu Histórico de Jaboticabal, Carta do Município de Jaboticabal - 1910, sem escala.

Prefeitura Municipal de Guariba, Aerofoto da Cidade de Guariba - 1962, sem escala.

Prefeitura Municipal de Guariba, Planta da Cidade de Guariba - 1939, escala 1:1.000.

Prefeitura Municipal de Guariba, Planta da Cidade de Guariba - 1980, escala 1:2.000.

Prefeitura Municipal de Guariba, Planta da Cidade de Guariba - 1984,
escala 1:8.000.

Prefeitura Municipal de Guariba, Planta da Cidade de Guariba - 1987,
escala 1:8.000.

SEP/CAR/IGC; Levantamento Aero-Fotogramétrico - Região Ribeirão Preto,
foto Guariba, escala 1:35.000, São Paulo, 1983.

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.ffeilch.usp.br/>.

